

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 185/2025
Data: 26/11/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS É ADIADO E DEVE FICAR PARA 2026; ENTENDA OS MOTIVOS	4
ANTAQ DESTACA IMPACTO DE R\$ 13 BILHÕES DO SETOR PORTUÁRIO NA ARRECADAÇÃO NACIONAL	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
ANTAQ REALIZA APRESENTAÇÃO E CONVERSA COM AUTORIDADES PORTUÁRIAS SOBRE PROJETO DE OUTORGA VERDE.....	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
GOVERNO SE ANTECIPA E CRIA PROGRAMA DE DESCARBONIZAÇÃO PARA SE AJUSTAR À TAXAÇÃO GLOBAL POR EMISSÕES NA NAVEGAÇÃO.....	8
MPOR E B3 REALIZAM LEILÃO DE 19 AEROPORTOS REGIONAIS NESTA QUINTA-FEIRA (27).....	9
PORTARIA DO MPOR ESTABELECE NOVOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATOS DE CONCESSÕES DE AEROPORTOS	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
RENAN FILHO ENTREGA OBRA QUE IRÁ BENEFICIAR IMPORTANTE POLO INDUSTRIAL DE GOIÁS	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – SEGURANÇA ENERGÉTICA E OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS.....	12
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - ESPÍRITO ANIMAL E RENTISMO: O DESAFIO DE INVESTIR NO BRASIL	13
PRESSÃO POR ENERGIA E ENTRAVES REGULATÓRIOS ABREM DEBATES NO FÓRUM BRASIL EXPORT	14
JULIÃO: PRIORIDADE DO NOVO FÓRUM É CRIAR AMBIENTE ESTÁVEL PARA O SETOR ENERGÉTICO.....	16
PAZUELLO DIZ QUE INDUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DEVE SER APARTIDÁRIA.....	16
MINISTRO DO TST APONTA NOVAS OPORTUNIDADES NA ENERGIA E COBRA PADRÕES TRABALHISTAS	17
BRASIL PRECISA INVESTIR R\$ 44 BI ATÉ 2030 PARA MODERNIZAR O SETOR DE ENERGIA	18
COMBUSTÍVEL LEGAL: O DESAFIO DE GARANTIR CONCORRÊNCIA JUSTA E QUALIDADE ATÉ A BOMBA	19
DIRETOR DA ABIAPE DESTACA A AUTOPRODUÇÃO DE ENERGIA PARA DESCARBONIZAR INDÚSTRIAS.....	21
PROGRAMAÇÃO FÓRUM BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA	22
VIRIDIS CONFIRMA APORTE DE US\$ 30 MILHÕES PARA PROJETO DE TERRAS RARAS EM MG.....	22
SETOR DE MINERAIS CRÍTICOS GANHA NOVA ASSOCIAÇÃO PARA UNIFICAR DEMANDAS NO BRASIL.....	23
BRASIL TERÁ 13 CONCESSÕES RODOVIÁRIAS E OITO FERROVIÁRIAS EM 2026, DIZ RENAN FILHO	24
MINISTÉRIO DESTACA BNDES COMO ELEMENTO-CHAVE PARA FINANCIAR PROJETOS DE FERROVIAS	25
UNIÃO CONFIRMA CONCESSÃO DA PONTE SÃO BORJA–SANTO TOMÉ.....	26
MPOR LANÇA GUIA PARA APRIMORAR SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO EM CONCESSÕES E PPPs.....	27
CAIXA RETOMA CRÉDITO DE LONGO PRAZO PARA A INDÚSTRIA NAVAL APÓS MAIS DE DEZ ANOS	28
PRIMEIRA TURMA DO STF CONFIRMA DECISÃO DE MORAES E BOLSONARO COMEÇA A CUMPRIR PENA.....	29
DEFESAS SÃO SURPREENDIDAS COM DECISÃO QUE DECRETOU CONCLUSÃO DO PROCESSO.....	30
ALEXANDRE DE MORAES MANTÉM EX-PRESIDENTE NA PF EM VEZ DE MANDÁ-LO PARA A PAPUDA	31
HELENO, PAULO SÉRGIO E GARNIER VÃO PARA PRISÃO MILITAR EM BRASÍLIA. BRAGA NETTO FICA NO RIO	32
ANDERSON TORRES, EX-MINISTRO DA JUSTIÇA, VAI CUMPRIR SUA PENA NA ‘PAPUDINHA’	32
STM DEVE JULGAR PERDAS DE PATENTES DE BOLSONARO E DOS OUTROS MILITARES CONDENADOS	33
MORAES DETERMINA CASSAÇÃO DO MANDATO DE RAMAGEM E PRETENDE PEDIR SUA EXTRADIÇÃO	34
BOLSONARO PODERÁ MIGRAR PARA O SEMIABERTO A PARTIR DE 2030? ENTENDA AS POSSIBILIDADES	35
MPF PROCESSA CINCO PESSOAS E DUAS TRANSPORTADORAS POR BLOQUEIO DA DUTRA EM 2022	36
FLÁVIO BOLSONARO COBRA VOTAÇÃO DO PROJETO DE ANISTIA E CULPA “FORÇAS OCULTAS” POR INÉRCIA	37
PRESIDENTE DA CÂMARA APROVA PARECER QUE PROÍBE DEPUTADOS DE VOTAREM DO EXTERIOR	38
SENADO APROVA APOSENTADORIA DE AGENTES DE SAÚDE.....	38
NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTRO COBRA REDUÇÃO NO PREÇO DAS PASSAGENS E PROPOSTAS PARA FREAR JUDICIALIZAÇÃO.....	40
<i>Críticas e cobranças</i>	<i>40</i>
<i>Combustível em queda</i>	<i>40</i>
<i>Pedido de propostas</i>	<i>40</i>
<i>“O mais caro do mundo”</i>	<i>40</i>
<i>Mais leilões</i>	<i>40</i>
<i>Crédito</i>	<i>41</i>
<i>Nova meta</i>	<i>41</i>
DAVI ALCOLUMBRE REBATE DESCONFIANÇA E DIZ QUE VOTAÇÃO NÃO É RETALIAÇÃO AO GOVERNO	41
BRASIL ATINGE O MENOR PATAMAR DE POBREZA E DESIGUALDADE DOS ÚLTIMOS 30 ANOS	41
BC PERSEGUIE CENTRO DA META DE INFLAÇÃO E OBRIGAÇÃO É USAR TAXA DE JUROS, DIZ GALÍPOLO	42
DÓLAR RECUA 0,34% COM FRAQUEZA GLOBAL DA MOEDA APÓS DIVULGAÇÃO DE DADOS NOS EUA.....	43



IBOVESPA TEM SEGUNDO DIA DE RECUPERAÇÃO MODERADA, PERTO DOS 156 MIL PONTOS	44
NEGOCIAÇÕES PARA REDUZIR IMPACTO DO TARIFAÇO AVANÇAM, DIZ ALCKMIN	45
INDÚSTRIA QUÍMICA TERÁ NOVO PROGRAMA DE INCENTIVOS APÓS AVAL DO SENADO	46
MUNICÍPIOS VÃO CRIAR AGÊNCIA REGIONAL AMBIENTAL PARA AGILIZAR LICENÇAS DE TERMINAIS	47
TRUMP DIZ QUE SÓ VAI SE ENCONTRAR COM ZELENSKI E PUTIN QUANDO ACORDO DE PAZ ESTIVER FINALIZADO	48
DEMOCRATAS ACUSAM PRESIDENTE AMERICANO DE USAR FBI PARA INTIMIDAR CONGRESSISTAS	50
JORNAL O GLOBO – RJ.....	50
HADDAD AFASTA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS E DIZ QUE TESOURO SÓ DARÁ AVAL PARA EMPRÉSTIMO COM PLANO 'CONSISTENTE' DE REESTRUTURAÇÃO	50
TOFFOLI SUSPENDE TODOS OS PROCESSOS SOBRE INDENIZAÇÃO POR ATRASO OU CANCELAMENTO DE VOOS	51
PENTÁGONO DIZ QUE ALIBABA, BAIDU E BYD DEVEM SER ADICIONADAS À LISTA DE EMPRESAS QUE APOIAM O EXÉRCITO CHINÊS	52
IRMÃOS BATISTA AMPLIAM NEGÓCIO DE COURO E ANUNCIAM FUSÃO COM A VIVA, CRIANDO GIGANTE DO SETOR.....	54
TRUMP DIZ QUE XI CONCORDOU EM AUMENTAR COMPRA DE SOJA DOS EUA, APÓS CONVERSA POR TELEFONE.....	55
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	56
BRASIL GASTA R\$ 20 BI COM REMUNERAÇÕES ACIMA DO TETO E LIDERA RANKING DE SUPERSALÁRIOS; VEJA PAÍSES	56
EX-PRESIDENTE DOS CORREIOS DIZ QUE PLANO DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA É 'MORTE ASSISTIDA'	59
OPINIÃO - CONGRESSO SABOTA AS CONTAS PÚBLICAS E FAZ POLÍTICA DA PIOR QUALIDADE PARA RETALIAR O GOVERNO	61
GOVERNO LEILOA 19 AEROPORTOS REGIONAIS NA ESTREIA DO PROGRAMA AMPLIAR NESTA QUINTA-FEIRA.....	62
VALOR ECONÔMICO (SP).....	64
CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI QUE PERMITE EXÉRCITO EXECUTAR OBRAS PÚBLICAS SEM LICITAÇÃO	64
BRASIL TERÁ MENOR CUSTO LOGÍSTICO E MAIOR CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO, DIZEM ESPECIALISTAS	65
NOVO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA VAI CONSIDERAR LIMITAÇÕES FISCAIS, SUSTENTABILIDADE E REFORMA TRIBUTÁRIA.....	66
TCU DÁ SINAL VERDE PARA 1º LEILÃO DO PROGRAMA AMPLIAR.....	67
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	68
PROJETO PREVÊ CRÉDITO EXTRA DE R\$ 500 MILHÕES PARA PROGRAMA DAS FRAGATAS	68
BASE DA ATEM EM SANTARÉM RECEBE ISPS CODE DE SEGURANÇA EM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS.....	69
SUBMARINO 'ALMIRANTE KARAM' É LANÇADO MAR E 'TONELERO' É ENTREGUE AO SETOR OPERATIVO DA MARINHA.....	70
KEPLER WEBER CONSTRUIRÁ UNIDADE PARA ARMAZENAGEM DE ATÉ 240 MIL TONELADAS EM GO.....	71
SHELL CONCLUI ASSINATURA DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO NA BACIA DE SANTOS.....	71
ROTTERDÃ TERÁ TERMINAL PARA CARGAS DESTINADAS A PARQUES EÓLICOS OFFSHORE.....	72
CONAB PREVÊ RECORDE NA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO EM 2026	73
FROTA DE APOIO MARÍTIMO EM AJB ENCERROU OUTUBRO ESTÁVEL	73
MARINHA FIRMA COOPERAÇÃO SOBRE REGULAÇÃO NUCLEAR NAVAL COM AUTORIDADE ARGENTINA	75
ICTSI É AUTORIZADA A INVESTIR R\$ 950 MILHÕES EM MELHORIAS NO PORTO DO RIO	76
EMPRESA NORUEGUESA DE COMBUSTÍVEIS VERDES VISITA SUAPE	76
COM 21% DA MOVIMENTAÇÃO, SOJA LIDERA EXPORTAÇÕES PELOS PORTOS DO PARANÁ EM 2025.....	77
REPRESENTANTES DO AGRO PEDEM LEILÃO DO TECON 10 EM ETAPA ÚNICA E SEM RESTRIÇÕES.....	77
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	79
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	79



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS É ADIADO E DEVE FICAR PARA 2026; ENTENDA OS MOTIVOS

Atraso na análise do TCU impede realização do certame este ano e empurra licitação para o início do ano que vem

Por Ted Sartori 26 de novembro de 2025



Megaterminal está recheado de disputas nos bastidores, tanto por parte das empresas do setor quanto de integrantes do próprio Governo (Alexsander Ferraz/AT)

O leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, ficará mesmo para 2026. A demora para a análise da modelagem por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) – mais de seis meses, adiada para 8 de dezembro – foi decisiva para inviabilizar o certame este ano, como previa o Ministério de Portos e Aeroportos

(MPor).

A licitação deve acontecer entre o final de janeiro e o início de fevereiro do próximo ano. A previsão foi dada nesta terça-feira (25) pelo coordenador-geral de Arrendamentos Portuários da Secretaria Nacional de Portos do MPor, Carlos Magno Lopes da Silva Filho. Ele participou de audiência pública convocada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para tratar dos impactos do leilão do Tecon Santos 10 sobre o agronegócio brasileiro.

“Em termos de cronograma, aguardamos a manifestação do TCU, agendada para 8 de dezembro. Para um edital de uma concessão desse porte, tem que ter, pelo menos, 45 dias. A expectativa é que a licitação ocorra entre o final de janeiro e início de fevereiro. Nosso foco, como secretaria, é fazer o leilão acontecer da forma mais rápida possível. Já deveria ter acontecido, mas esse foi o prazo que conseguimos diante de todas as colaborações que foram colhidas ao longo do processo”, afirma.

Análise

O relatório sobre a modelagem do leilão do Tecon Santos 10 seria votado no último dia 18 pelo TCU, mas o ministro Augusto Nardes pediu vista (mais prazo) para analisar melhor a matéria. Depois que a Corte de Contas concluir os votos e anunciar a decisão, a documentação retornará à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para ajustes e, finalmente, para publicação do edital. Lançado o certame, os interessados terão até 30 dias para apresentarem propostas. “Com relação à questão concorrencial, o Ministério aguarda a manifestação final do Tribunal”, sintetiza Magno.

O ministro Antonio Anastasia, relator da matéria, defendeu a ampla concorrência e avalia que não há risco de concentração de mercado. Ele afirmou que o desinvestimento (vender um terminal para assumir outro) é o caminho mais adequado. Já o ministro Bruno Dantas, revisor do processo no Tribunal, é favorável à exclusão da participação de armadores e empresas que já têm terminais em Santos em uma primeira fase.

Livre concorrência e rapidez

Durante a audiência pública, os representantes dos produtores de algodão, açúcar e café deixaram claro os desejos de livre concorrência e de rapidez no pregão envolvendo o Tecon Santos 10.

“Esperamos que o bom senso prevaleça. O Brasil precisa dar mensagem para o próprio País e para o mundo de concorrência ampla e irrestrita com celeridade. Estamos perdendo tempo”, afirma o presidente do Comitê de Logística da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea), Brenno Borges Queiroz.

A secretária-executiva na Associação de Exportadores de Açúcar (Aexa), Angela Quintanilha, lembrou que a produção avança, mas o Porto de Santos engasga. “Isso cai no colo do usuário e o dono da carga leva essa conta. O agro está sempre quebrando recordes, mas, na verdade, está se esforçando o tempo todo em produzir boas práticas, enquanto o estado brasileiro está sempre atrasado na parte que lhe compete na infraestrutura”, comenta.

O diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron, foi drástico quanto ao futuro. “Se não tivermos solução rápida no curto prazo e com o tema se arrastando, na pior hipótese ao longo dos anos teremos que parar de produzir e exportar porque não teremos infraestrutura portuária para atender a demanda dessa carga”.

Atual formato e Ativo

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou um modelo de leilão em duas etapas, proibindo que empresas que operam contêineres no Porto de Santos participem da primeira. Companhias como a suíça MSC, a dinamarquesa Maersk, a francesa CMA CGM e a DP World (Emirados Árabes) ficariam fora na primeira rodada. Se não houver interessados na primeira rodada, essas empresas poderiam concorrer em uma eventual segunda rodada sob a condição de se desfazerem dos contratos atuais caso arrematassem a concessão. A Antaq alega que o modelo escolhido visa impedir concentração do mercado.

No entanto, a Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia), do TCU, sugeriu ao relator alterações no edital permitindo a livre concorrência. Caso um operador do Porto de Santos vença, basta abrir mão dos ativos atuais.

O Tecon Santos 10 ocupará área de 621,9 mil metros quadrados (m²) no Porto de Santos. Terá capacidade para operação de 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) e 91 mil toneladas de carga geral. O contrato é de 25 anos, com investimento de R\$ 6,45 bilhões. Vale recordar que o vencedor do pregão custeará a infraestrutura aquática do futuro Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, no Valongo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/11/2025

ANTAQ DESTACA IMPACTO DE R\$ 13 BILHÕES DO SETOR PORTUÁRIO NA ARRECADAÇÃO NACIONAL

Durante o Encontro Porto & Mar, especialistas reforçam a importância das hidrovias, das concessões e da atuação conjunta dos órgãos de regulação

Por Ted Sartori 25 de novembro de 2025



Mundim, do Cade: órgão está atento ao aumento constante de leilões; Barros lembra que a Antaq se preocupa com toda a cadeia portuária (Dimmy Falcão/Especial para A Tribuna)

O caráter superlativo envolvendo os portos brasileiros pode ser expresso em vários números. Durante palestra no 2º Encontro Porto & Mar, realizado pelo Grupo Tribuna na última terça-feira, em Brasília, o superintendente de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Renildo Barros, trouxe

uma cifra que sintetiza muito da força dos complexos portuários nacionais.

“Para se ter uma ideia, fizemos um levantamento muito simples no ano passado e chegamos a um número que indica que só o setor portuário gera diretamente quase R\$ 13 bilhões por ano em tributação. Tudo isso passa pela agência reguladora (Antaq) e faz com que haja movimentação portuária pujante, eficiente e economicamente funcional”, afirma.

Barros lembra que a Antaq não está apenas preocupada com o terminal, mas sim com a cadeia portuária como um todo porque a operação do setor somente acontece caso o ecossistema também acompanhe o mesmo caminho. Para isso, há conversas frequentes com todo integrante que possa interferir, tanto positiva quanto negativamente, na gigantesca malha hidroviária brasileira.

“Esse ecossistema é regulado, fiscalizado e acompanhado por nós. A agência se preocupa diuturnamente com a função social e a geração de emprego, renda e tributação trazida pelo setor portuário para a economia nacional”, reforça, chamando novamente a atenção para o valor de R\$ 13 bilhões.

O superintendente de Outorgas da Antaq também lembrou da importância das hidrovias e de conceder a administração delas ao setor privado. Atualmente, elas correspondem a 16% da malha logística do País. “Hoje, o potencial pode chegar até 64 mil quilômetros, se a gente conseguir conceder as hidrovias para o privado para que ele possa realizar o que faz de melhor, otimizando o acesso e, com isso, conseguir mudar o panorama da entrega, da carga, da origem e do destino”, argumenta.

Atenção total

O superintendente-adjunto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Felipe Mundim, mostra que o órgão tem de estar bastante atento, levando em conta o aumento constante de leilões dos mais diversos envolvendo o setor portuário e o que vem a reboque. A visão também foi exposta durante o 2º Encontro Porto & Mar.

“Essa tendência é muito interessante porque, além de ter um aumento do número de atos de concentração em que o Cade pode ser necessariamente consultado para se manifestar, a gente também pode ter algumas práticas anticompetitivas que podem ser implementadas nesse setor e, por consequência, a necessidade de manifestação e atuação do Cade”, afirma.

Mundim explica que há dois cadernos do Cade em que é feito um consolidado da jurisprudência do órgão, com todas as decisões tanto em atos de concentração quanto de condutas. “Nos últimos 20 anos, temos mais de 100 atos de concentração analisados no setor portuário. Além disso, temos também um conjunto de dezenas de atos de concentração analisados no transporte marítimo de contêineres”, enumera.

Criada em 2011, a Superintendência-Geral do Cade é considerada por Mundim um órgão técnico bastante consolidado, apesar do aparente pouco tempo de existência. “Esse órgão consegue concentrar todo o conhecimento de todos os setores que o Cade analisa. Em especial, no caso do setor portuário, temos diversas manifestações e estamos próximos das discussões para que, quando seja instado a se manifestar, estejamos bem preparados”, explica.

Encontro estratégico

O Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna, é estratégico para o setor, por ter como marca um debate técnico, reunindo especialistas e integrantes do poder público que realmente atuam no dia a dia das instituições. No último dia 18, em Brasília, o evento reforçou o papel estratégico de entidades e empresas na modernização e integração da infraestrutura brasileira, ao tratar da segunda onda de concessões no País. “Acreditamos que em 2026 essa pauta estará dentro de todo debate do setor portuário e marítimo do Brasil”, ressalta o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues, que foi mediador do evento.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/11/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZA APRESENTAÇÃO E CONVERSA COM AUTORIDADES PORTUÁRIAS SOBRE PROJETO DE OUTORGA VERDE



Esse é o primeiro tema do ambiente de regulação experimental. Inscrições podem ser feitas até o dia 9 de dezembro

Brasília, 26/11/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) apresentou e realizou uma roda de conversa online com representantes das autoridades portuárias para tratar do projeto Outorga Verde. Esse foi o primeiro assunto a ser implementado no âmbito do ambiente regulatório experimental - sandbox regulatório.

O objetivo do encontro, que aconteceu nesta quarta-feira (26), foi para que as autoridades portuárias conhecessem o programa, compreendessem o processo de seleção e alinhassem eventual interesse em participar.

A iniciativa tem como objetivo selecionar empresas interessadas na ocupação e exploração de áreas ociosas em portos organizados, destinadas à implantação de projetos inovadores voltados à transição energética, envolvendo tecnologias emergentes e métodos de trabalho associados.

Na ocasião, a diretora Flávia Takafashi, que relatou o processo que tratou do tema, destacou que o mercado de sustentabilidade tem crescido nos últimos anos e “vai precisar ser desenvolvido, mas será necessário a atuação e a participação dos portos também”.

O sandbox regulatório permite que uma empresa teste produtos e serviços inovadores por um determinado intervalo de tempo em regras diferentes das demais, sob a supervisão da Agência. Ao final desse período, é feita uma avaliação dos possíveis benefícios ou riscos à sociedade.

Interessados em participar podem se inscrever até o dia 9 de dezembro. O edital está disponível no site da Agência neste link. A previsão é que o resultado final seja divulgado em fevereiro de 2026.

Modernizar o setor

A implementação do projeto Outorga Verde contribui para a modernização do setor portuário, para o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e para a construção de uma cultura comprometida com a sustentabilidade.

Será área de interesse do projeto, que tem prazo de 4 anos, a geração de energia renovável; infraestrutura para combustíveis alternativos; a eletrificações de operações portuárias; bunkering - processo de abastecer navios - de combustíveis limpos; desenvolvimento de inovação e tecnologia voltada à descarbonização e sustentabilidade; análise de well-to-wake; desenvolvimento de novas tecnologias como Onshore Power Supply (OPS) e eletrificação; ou a adaptação à mudança de clima e resiliência climática. Os investimentos devem ser feitos exclusivamente pela outorgada.

Para a estruturação deste sandbox será necessária a instituição de comissão específica para gestão do tema; a publicação de edital de chamamento público e seleção das propostas; a apresentação de propostas acompanhadas de carta de compromisso da autoridade portuária; a seleção e aprovação

dos projetos pela Diretoria Colegiada; a formalização de autorizações temporárias com termo detalhado de condições e, por fim, a celebração de contrato de outorga com interveniência da ANTAQ.

Benefícios

O sandbox regulatório vai desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais, mediante o cumprimento de critérios previamente estabelecidos e por meio de procedimento facilitado.

Com o instrumento é possível ter mais governança e estabilidade regulatória, ao mesmo tempo em que desatrela o início de determinadas atividades econômicas à edição de novas regulações aderentes a novos modelos de negócios.

O modelo atende situações específicas, a partir de chamamento público com regras e critérios de participação definidos em edital. O sandbox permite testar novas regras em pequenos grupos antes de serem lançados para os usuários em geral, estimulando o ambiente de inovação tecnológica.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 26/11/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

GOVERNO SE ANTECIPA E CRIA PROGRAMA DE DESCARBONIZAÇÃO PARA SE AJUSTAR À TAXAÇÃO GLOBAL POR EMISSÕES NA NAVEGAÇÃO

Ministério de Portos e Aeroportos prevê medidas de redução da emissão em portos e na navegação, estimulando procedimentos e combustíveis mais sustentáveis



O Governo Federal lançou medidas inéditas de descarbonização nos portos e na navegação, incluindo eletrificação de estruturas, modernização de procedimentos e estímulo a combustíveis limpos - Foto: Divulgação

De olho na taxa global de emissões que entrará em vigor nos próximos anos, o Governo Federal lançou medidas inéditas de descarbonização nos portos e na navegação, incluindo eletrificação de estruturas, modernização de procedimentos e estímulo a combustíveis

limpos. As ações compõem os Programas Nacionais de Descarbonização de Portos e da Navegação, lançados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) na COP30, em Belém.

A iniciativa posiciona o país para se adequar às regras internacionais que estão sendo discutidas na Organização Marítima Internacional (IMO), que prevê a cobrança de taxas conforme o nível de emissão de gases de efeito estufa de cada embarcação. A proposta em debate estabelece multas entre US\$ 100 e US\$ 380 por tonelada de CO₂, com previsão de entrada em vigor em 2027, alinhada à meta global de emissões próximas de zero em 2050.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, as medidas criam um ambiente de modernização e transição energética para todo o setor. “O programa vai estimular ações de descarbonização tanto na infraestrutura portuária, com eletrificação e procedimentos mais eficientes, quanto na produção e no uso de combustíveis sustentáveis para embarcações”, explicou.



Entre as principais diretrizes dos novos programas está a eletrificação dos portos para fornecer energia limpa aos navios atracados e reduzir o consumo de combustíveis fósseis durante as operações. A solução é considerada estratégica para diminuir emissões diretas e acelerar a transição energética no setor. Durante a COP30, por exemplo, foi utilizado Gás Natural Liquefeito (GNL) para abastecer embarcações que funcionaram como hotéis flutuantes. Embora provisória e ainda dependente de combustível fóssil, a alternativa reduz entre 20% e 30% das emissões em comparação ao diesel.

Em 2025, o MPor lançou também o Pacto pela Sustentabilidade, que reconhece e incentiva empresas do setor portuário e de navegação a adotar boas práticas socioambientais e de governança. As organizações participantes poderão receber selos ambientais, reforçando o compromisso voluntário com a descarbonização e com a agenda ESG.

Navegação

Além das ações voltadas à infraestrutura portuária, o ministério está ampliando o estímulo à navegação fluvial, modal que emite cerca de cinco vezes menos que o transporte rodoviário. A Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN) conduz o processo das primeiras concessões de hidrovias do país, oferecendo mais segurança jurídica e previsibilidade ao transporte de cargas pelos rios brasileiros.

A SNHN também regulamentou a política de incentivo à navegação de cabotagem, a BR do Mar. Agora, empresas que desejarem ampliar sua atuação e afretar novos navios deverão adotar embarcações com menor nível de emissão, fortalecendo o papel da cabotagem na redução de emissões e no equilíbrio da matriz de transportes.

Outro destaque é o programa Porto Sem Papel que reduziu de 20 para 4 dias o tempo médio de permanência dos navios na área portuária, ao eliminar etapas redundantes e unificar informações exigidas por diversos órgãos. A diminuição do tempo de operação reduz o consumo de combustível e contribui diretamente para as metas de descarbonização.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2025

MPOR E B3 REALIZAM LEILÃO DE 19 AEROPORTOS REGIONAIS NESTA QUINTA-FEIRA (27)

Ação compõe o Programa AmpliAR que prevê investimento privado de R\$ 1,25 bilhão em 19 aeroportos regionais

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a B3 realizam, nesta quinta-feira (27), às 10h, o leilão da primeira rodada do Programa AmpliAR, iniciativa que prevê investimentos privados para a modernização de 19 aeroportos regionais na Amazônia Legal e no Nordeste. A previsão é de que sejam investidos R\$1,25 bilhão. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa da cerimônia.

O AmpliAR integra o conjunto de ações federais voltadas ao fortalecimento da aviação regional e prevê, ao longo das próximas fases, a modernização de até 100 aeroportos em todo o país. Nesta etapa inicial, serão ofertados 19 aeroportos por meio de um modelo simplificado de concessão, com mecanismos de reequilíbrio contratual que visam atrair investimentos e garantir sustentabilidade operacional. Os aeroportos contarão com infraestrutura adequada por 30 anos e gestão privada pelo prazo do contrato da concessionária que assumir os terminais.

Confira os aeroportos participantes da primeira fase do Programa AmpliAR:

Região Norte

- Aeroporto de Tarauacá – AC (Acre)
- Aeroporto de Barcelos – AM (Amazonas)

- Aeroporto de Cacoal - Rondônia (RO)
- Aeroporto de Araguaína - Tocantins (TO)
- Aeroporto de Itacoatiara – AM (Amazonas)
- Aeroporto de Itaituba- Pará (PA)
- Aeroporto de Vilhena - Rondônia (RO)
- Aeroporto de Parintins – AM (Amazonas)

Região Nordeste

- Aeroporto Horácio de Mattos / Lençóis – BA (Bahia)
- Aeroporto de Paulo Afonso – BA (Bahia)
- Aeroporto de Guanambi – BA (Bahia)
- Aeroporto Santa Magalhães / Serra Talhada – PE (Pernambuco)
- Aeroporto Serra da Capivara / São Raimundo Nonato – PI (Piauí)
- Aeroporto de Barreirinhas – MA (Maranhão)
- Aeroporto de Araripina – PE (Pernambuco)
- Aeroporto de Garanhuns – PE (Pernambuco)
- Aeroporto Canoa Quebrada / Dragão do Mar (Aracati) – CE (Ceará)
- Aeroporto Comandante Ariston Pessoa / Cruz (Jericoacoara) – CE (Ceará)

Região Centro-Oeste

- Aeroporto de Porto Alegre do Norte - Mato Grosso (MT)

Atendimento à imprensa

Profissionais de imprensa interessados em acompanhar o leilão deverão realizar o credenciamento pelo e-mail imprensa@b3.com.br. O evento também contará com transmissão ao vivo pelo canal do Ministério de Portos e Aeroportos (<https://www.youtube.com/live/Kh7K0Jzf1pQ>). Ao final da cerimônia, o ministro Silvio Costa Filho, falará com os jornalistas presentes.

Serviço

O quê: Leilão da 1ª rodada do Programa AmpliAR

Quando: Quinta-feira, 27 de novembro

Horário: 10h

Onde: B3 – Bolsa de Valores, São Paulo

Link de transmissão: <https://www.youtube.com/live/Kh7K0Jzf1pQ>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/11/2025

PORTARIA DO MPOR ESTABELECE NOVOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATOS DE CONCESSÕES DE AEROPORTOS



Documento foi assinado durante a 5ª edição do Airport National Meeting 2025, em Brasília

O ato determina que o MPor deverá avaliar se as novas exigências, que não constavam nos contratos originais, estão adequadas à política pública de aviação civil e às diretrizes do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac)

MPor avaliará se as novas exigências estão alinhadas à política de aviação civil.- Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou, nesta terça-feira (25), portaria que estabelece novos procedimentos para avaliar obrigações contratuais das concessionárias aeroportuárias, impostas por outros órgãos da administração pública federal. A assinatura ocorreu durante a abertura do Airport National Meeting (ANM) 2025, em Brasília.



O ato determina que o MPor deverá avaliar se as novas exigências, que não constavam nos contratos originais, estão adequadas à política pública de aviação civil e às diretrizes do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). Na prática, a medida visa garantir maior previsibilidade regulatória para os operadores e viabilizar novos serviços evitando desequilíbrios financeiros nos contratos, promovendo incentivos para atendimento às demandas de órgãos públicos de forma eficaz e segura, priorizando o interesse da população e melhoria dos serviços para os usuários.

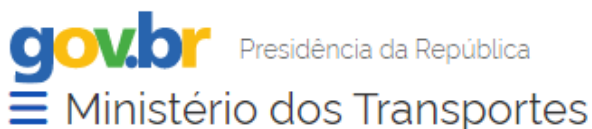
A partir de agora, as demandas da Administração Pública Federal que gerem novas obrigações devem ser apresentadas pelos interessados para avaliação da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos.

“Quero parabenizar todas as concessionárias por acreditarem no Brasil e pela qualidade dos serviços que entregam cada vez mais ao nosso país. Nunca vivenciamos um momento tão fértil e de tantas oportunidades para o setor da aviação brasileira. Temos desafios, mas temos também uma agenda de oportunidades pela frente, e toda caminhada começa com o primeiro passo”, afirmou Costa Filho.

Durante o evento, o secretário executivo do MPor, Tomé Franca, reforçou o impacto social e econômico da modernização contínua dos aeroportos. “É muito bom ver a transformação dessa infraestrutura gerando mais segurança operacional e eficiência logística para o Brasil. Isso permite encurtar distâncias, otimizar o tempo das pessoas e conectar famílias e destinos. Além disso, contribui para a indústria e o transporte de carga, o que é fundamental para o crescimento econômico do país. Deixo meu registro para parabenizar os concessionários, os CEOs e o time de cada concessionária, que fazem essa realidade acontecer”, disse Franca.

Já o CEO da ABR Aeroportos do Brasil, Fábio Rogério Carvalho, destacou os resultados recentes do setor e a responsabilidade das concessionárias privadas, que administram 59 aeroportos no país. “Desejo que este evento tenha duas funções: ser um manifesto e uma celebração. Uma celebração do que alcançamos, pois tivemos o melhor mês de outubro da história da aviação brasileira e recorde de turistas estrangeiros. Nossos 59 terminais representam 99% das cargas e 93% dos passageiros do país, o que nos traz um senso de responsabilidade muito grande. Por isso, essa celebração também precisa ser um manifesto”, afirmou Carvalho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 26/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO ENTREGA OBRA QUE IRÁ BENEFICIAR IMPORTANTE POLO INDUSTRIAL DE GOIÁS

Travessia Urbana de Catalão, na BR-050/GO, recebeu investimento de R\$ 196 milhões; evento é nesta quinta (27)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega nesta quinta-feira (27) a Travessia Urbana de Catalão, na BR-050/GO. A obra contempla a duplicação de 11,5 quilômetros da rodovia, que tem papel estratégico para a economia regional e registra, em Catalão, fluxo médio de 15 mil veículos por dia.

Com investimento de R\$196 milhões, a melhoria foi executada pela concessionária Ecovias Minas Goiás. Para o trecho, ainda estão previstos cinco retornos, nove viadutos, a implantação de 12 quilômetros de vias marginais, uma passarela e melhorias de acessos.



A nova estrutura melhora o acesso e o escoamento da produção do Distrito Industrial de Catalão (DIMIC), principal polo industrial da região, localizado às margens da rodovia.

Desde que assumiu a pasta dos Transportes, Renan Filho já realizou quatro leilões de rodovias goianas. Juntos, esses projetos somam R\$36,2 bilhões em investimentos, que ampliam a infraestrutura viária e a integração logística do estado.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Entrega da Travessia Urbana de Catalão – BR-050/GO

Data: Quinta-feira, 27 de novembro

Horário: 10h30

Local: Marginal Sul da BR-050, km 280 (em frente ao Posto JK)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 26/11/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – SEGURANÇA ENERGÉTICA E OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O debate sobre a segurança energética no primeiro dia do Fórum Brasil Export Minas e Energia, nessa terça-feira, dia 25, em Brasília, salientou uma urgência inadiável: o Brasil precisa de R\$ 44 bilhões em investimentos até 2030 para modernizar seu setor e acompanhar o crescimento acelerado da demanda global. A pressão imposta por novos data centers e pela expansão da inteligência artificial, que já consome uma parcela significativa da energia mundial, exige que o País aja com celeridade para expandir sua capacidade de produção energética.

O desafio é complexo, especialmente porque a geração precisa coincidir com o consumo exato. O risco de curtailment (corte de geração), que ocorre quando a produção fica maior do que o que é consumido, alertado por Luiz Carlos Ciochi, do WEC Brasil, significa que o País desperdiça energia renovável disponível, perdendo potencial de desenvolvimento. A solução passa por aumentar a carga elétrica com indústrias eletrointensivas e, fundamentalmente, por modernizar o marco regulatório que impede a comercialização do excedente gerado por micro e pequenos produtores.

A realização de investimentos no setor energético de modo a atender suas novas demandas é um imperativo estratégico. O Brasil detém uma vocação renovável notável, com mais de 45% de sua matriz composta por fontes limpas e liderança na produção de biocombustíveis. No entanto, essa vantagem competitiva só será plenamente aproveitada se os gargalos de infraestrutura e legislação forem resolvidos.

Os investimentos devem focar na expansão das linhas de transmissão e na criação de mecanismos que permitam a comercialização eficiente do excedente de energia, como defendido pelo deputado federal Lula da Fonte. Onde se disponibiliza energia, o crescimento econômico acompanha, conforme observou Marcos Cid de Araújo, da OSX Brasil.

Além disso, é crucial que esse crescimento ocorra de forma sustentável. O deputado Coronel Assis destacou a importância da segurança jurídica para destravar o potencial de usinas de etanol de milho, que geram empregos e desenvolvimento regional. O setor precisa equilibrar a necessidade de aumentar a carga (por exemplo, com data centers e projetos eletrointensivos) com a salvaguarda do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento se dê de forma limpa e responsável.

A transição energética global impõe novos desafios ao setor de combustíveis marítimos. Glória Sousa, da Bunker Holding Group, ressaltou que a segurança energética se apoia no fornecimento contínuo, preço acessível e estabilidade. Os portos, como engrenagens nesse sistema, precisam se adaptar rapidamente às novas rotas globais e aos navios dual fuel. O avanço na diversificação de modais de abastecimento para navios (como a norma que permitiu operações com navio tanque fora de áreas abrigadas) é um sinal positivo.

A urgência é que o Brasil reforce sua infraestrutura para que essa energia limpa chegue a todas as regiões, fortalecendo a segurança energética nacional e o compromisso com a descarbonização. Investir em energia e em sua geração de forma sustentável é, mais do que nunca, um passo estratégico para o desenvolvimento econômico do País e um esforço essencial para garantir o fortalecimento de sua economia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - ESPÍRITO ANIMAL E RENTISMO: O DESAFIO DE INVESTIR NO BRASIL



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
opinioao@portalbenews.com.br

Para valer a pena tomar risco empreendendo, as margens de lucro precisam ser praticamente o dobro do que em outros países. Estes juros elevados, quando colocados os desafios adicionais do custo Brasil para as regiões periféricas, levam a um risco ainda maior e não é de se estranhar tanta desigualdade.

Vivemos no Brasil em um ataque constante ao “espírito animal” descrito por Keynes (1936), quando apontou os impulsos psicológicos, emoções, intuições e expectativas que levam o empresário a investir em momentos de incerteza. Temos um juro que adoece ou mata esse espírito animal. Se ficarmos atentos para as notícias que correm na maior parte da imprensa de economia, prevalece o amedrontamento. Será que estas notícias são para a população, para os investidores ou para empresários?

Por outro lado, o investimento com baixa dose de risco apresenta rentabilidade interessante. A taxa Selic atual, de 15% ao ano, contra uma inflação pelo IPCA de 12 meses, com base de outubro, de 4,68%, implica em um juro real de 10,32% para os títulos do tesouro. Para investir na economia real, a rentabilidade mínima, seguindo o retorno esperado do ativo, vai ser de cerca de 20% ao ano, descontada a inflação ou um retorno nominal de 25%, seguindo a metodologia de CAPM e as taxas de risco de Damodaran. Ainda devemos considerar a tributação mais baixa para o investimento financeiro do que para o lucro de empresas de pequeno e médio porte, onde não há uma engenharia fiscal aprofundada.

Assim, para valer a pena tomar risco empreendendo, as margens de lucro precisam ser praticamente o dobro do que em outros países. Estes juros elevados, quando colocados os desafios adicionais do custo Brasil para as regiões periféricas, levam a um risco ainda maior e não é de se estranhar tanta desigualdade. Sair do mercado financeiro para a economia real fica pouco atraente. Sendo assim, para muitos, é apropriada a venda do medo, pois isso abala o tal “espírito animal” e deixa as empresas sem força para investir, ao mesmo tempo que quem tem dinheiro só o faz para um prêmio elevado, realimentando a inflação. Em paralelo, as empresas sem capital viram zumbis, quebrando por falta de capacidade de captar recursos a custos compatíveis com seus lucros.

A alteração da dinâmica de dinheiro fácil do “overnight” dos anos de alta inflação parece ainda não ter saído de nossa cultura. Seguimos em um paraíso para o rentismo. Mesmo assim, aumenta o emprego formal e as empresas seguem a aumentar as suas margens para viabilizar investimentos com capital próprio, pela impossibilidade de captação de recursos no mercado com juros condizentes

com negócios “normais”. Sem esta possibilidade, como falar em ganhos de produtividade? Afinal, dependeríamos de capacitar os trabalhadores e pesados investimentos em tecnologias produtivas.

Somente com a quebra desta dinâmica é que poderemos começar a considerar a aumentar o tamanho dos negócios, o que poderia levar a um aumento expressivo tanto da indústria de transformação quanto de outros setores. A possibilidade de reverter este juro tão alto parece mais difícil do que empreender, pois ele está em um ciclo de retroalimentação do medo, levando a mais ganhos de quem os define – o tal “mercado”. O juro alto leva a um medo de déficit, que aumenta o déficit e afasta o investimento, alimentando a inflação, provocando um aumento do medo.

Quando for melhor investir em empresas e quando for mais fácil ganhar dinheiro com negócios, começaremos a sair da armadilha que nos autoimpusemos. Afinal, é melhor investir sem risco do que em negócios e nos seus riscos. Há ainda a possibilidade de os aconselhados e conselhos do Banco Central perceberem o alto nível de emprego em que estamos como um sinal negativo. O ganho de eficiência começa a ser necessário pelo alto emprego. Precisamos de mais tecnologia e equipamentos, mas como investir, considerando um juro tão alto? Já passou da hora de reduzir a Selic para retomarmos investimentos empresariais.

Augusto Cesar Barreto Rocha é professor da Universidade Federal do Amazonas. Ele escreve semanalmente para o BE News, com seus artigos sendo publicados às quartas-feiras.

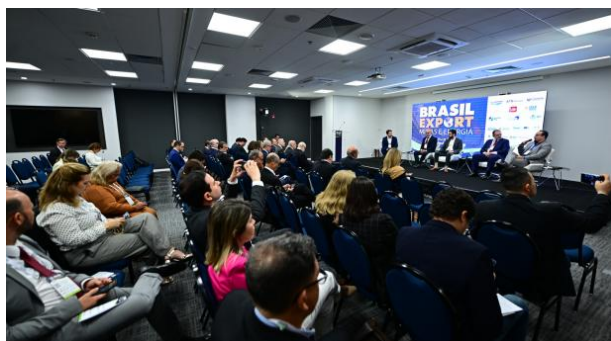
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

PRESSÃO POR ENERGIA E ENTRAVES REGULATÓRIOS ABREM DEBATES NO FÓRUM BRASIL EXPORT

Primeiro dia do encontro discutiu modernização da matriz, competitividade industrial, perdas no mercado de combustíveis e impactos trabalhistas da transição

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Autoridades e representantes do setor debateram expansão da matriz energética, atualização regulatória, competitividade industrial e desafios do mercado de combustíveis

O primeiro dia do Fórum Brasil Export Minas e Energia, realizado nesta terça-feira (25) em Brasília (DF), reuniu autoridades, parlamentares, especialistas e representantes do setor produtivo em debates sobre expansão da matriz energética,

atualização regulatória, competitividade industrial e desafios do mercado de combustíveis. A programação incluiu ainda a sessão solene de abertura, com representantes dos três Poderes.

Os trabalhos começaram com o painel “Demanda global, sustentabilidade e a geopolítica da segurança energética”. Segundo estudo citado pelo deputado federal Lula da Fonte (PP/PE), o Brasil precisará investir R\$ 44 bilhões até 2030 para modernizar sua infraestrutura energética. Dados apresentados mostraram que a demanda mundial por eletricidade deve crescer cerca de 10% nos próximos três anos, impulsionada por novos equipamentos, data centers e uso de inteligência artificial. Lula da Fonte observou que 4% da energia gerada no mundo já é destinada a IA e centros de dados, tendência que reforça a necessidade de antecipação do Brasil.

Nesse mesmo painel, Luiz Carlos Ciocchi, diretor executivo do WEC Brasil, apontou que o país enfrenta o desafio do curtailment — quando a capacidade instalada supera a demanda — e defendeu estímulos ao consumo industrial por meio da atração de setores eletrointensivos. O debate também tratou de entraves legais para a expansão de energias renováveis. O deputado Coronel



Assis (União/MT) citou o potencial de geração de empregos no Mato Grosso com usinas de etanol de milho, enquanto Lula da Fonte destacou limitações que impedem a comercialização de excedentes de energia solar e eólica em estados como Pernambuco. Segundo eles, projetos em tramitação buscam corrigir essas distorções.

O painel também discutiu efeitos da transição energética na cadeia portuária. Glória Sousa, ESG Project Lead da Bunker Holding Group, afirmou que segurança energética envolve oferta contínua, estabilidade e preços acessíveis, elementos críticos para o abastecimento marítimo. Marcos Cid de Araújo, diretor da OSX Brasil, observou que o etanol brasileiro começa a migrar para a produção de SAF e defendeu a expansão das linhas de transmissão para que o país consiga distribuir energia de forma equilibrada.

Irregularidades

No painel “Combustível Legal”, parlamentares e representantes do setor analisaram irregularidades que afetam produção, distribuição e revenda, estimando perdas superiores a R\$ 12 bilhões apenas em 2025. O diretor da ANP Daniel Maia Vieira destacou que competitividade depende de mecanismos de integridade em toda a cadeia, envolvendo agências federais, fisco e forças de segurança. Os deputados Eduardo Pazuello (PL-RJ), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Ubiratan Sanderson (PL-RS) defenderam maior rigor regulatório, padronização nacional de práticas e votações no Congresso alinhadas ao desenvolvimento econômico.

Na abertura da manhã, o diretor de Economia da Abiape, Daniel Pina, abordou o avanço da autoprodução como ferramenta para ampliar a competitividade industrial em mercados que exigem menor pegada de carbono. Ele avaliou que a sanção da Lei 15.269/2025, derivada da MP 1304, atualiza parâmetros institucionais para o setor elétrico e tende a estimular novos investimentos. O painel contou ainda com representantes do Grupo Atem, PortosRio e Axia Energia.

O fórum também dedicou um painel ao eixo jurídico, voltado à regulação, às convenções internacionais e à formação de marítimos. Representantes da Marinha, do Syndarma, da Abeam, de escritórios de advocacia e do setor de apoio marítimo avaliaram desafios normativos para a navegação e para a indústria de óleo e gás, com destaque para a necessidade de harmonização regulatória e fortalecimento da qualificação profissional.

Sessão solene

No encerramento do dia, durante a sessão solene, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre de Souza Belmonte destacou desafios trabalhistas associados à expansão das energias renováveis, citando casos de vínculos precários, jornadas extensas e deslocamentos longos até parques eólicos e solares. Ele afirmou que a transição energética precisa ser também uma transição humana e defendeu ambientes seguros, jornadas equilibradas e proteção social. “O eventual descumprimento de normas de saúde e segurança, desastres ambientais, acidentes de trabalho, resultam em responsabilidade e indenizações que podem e devem ser evitadas”, disse.

Ainda na sessão solene, o deputado Eduardo Pazuello voltou a defender articulação suprapartidária para destravar decisões que afetam o setor, ressaltando que a FREPPEGEN reúne 270 parlamentares. O diretor-executivo do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN), general Marco Aurélio Costa, afirmou que a entidade pretende intensificar a interlocução entre setor público e privado.

Conselho

Encerrando a programação, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, anunciou que a criação do conselho de Minas e Energia será o próximo passo da nova frente permanente de debates inaugurada pelo fórum.

O Fórum Brasil Export Minas e Energia prossegue nesta quarta-feira (26), com transmissão da TV BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

JULIÃO: PRIORIDADE DO NOVO FÓRUM É CRIAR AMBIENTE ESTÁVEL PARA O SETOR ENERGÉTICO

CEO do Brasil Export afirmou que o Minas e Energia seguirá a linha apartidária do grupo para fortalecer debates e preparar a instalação do novo conselho setorial

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br



Fabricio Julião anunciou a criação de um conselho de Minas e Energia: “Muito importante nós criarmos o mesmo ambiente que nós criamos junto ao setor de infraestrutura”

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, destacou o trabalho que o grupo passa a ter agora com a criação do mais novo fórum de debates, o Brasil Export Minas e Energia, cuja primeira edição do evento ocorre nesta terça e quarta-feira, em Brasília. Julião enfatizou que a frente de trabalho do grupo, nacionalmente conhecida em prol da infraestrutura, terá a mesma base para garantir o desenvolvimento do setor de petróleo, gás e energia.

Em seu discurso na sessão solene do evento, na noite desta terça-feira (25), Julião destacou o compromisso do Grupo Brasil Export

com o mais novo segmento.

“Nosso compromisso de não ter bandeira, de não ter partido, de não ter ideologia. A nossa única bandeira é o crescimento do setor da infraestrutura, o que nós queremos quando lançamos um novo projeto, um novo espaço democrático. Obrigado pela confiança a todos os parceiros e tenho certeza que a partir de agora temos muito o que trabalhar e a produzir por este novo setor, que é um setor que transforma, como transforma o setor da infraestrutura”, disse.

Com a realização do fórum inédito, o próximo passo, segundo o CEO do Brasil Export, será a criação do conselho de Minas e Energia do grupo. Juntando todos os fóruns nacionais, estaduais, regionais e internacionais, o Brasil Export já possui mais de 700 conselheiros atuando de Norte a Sul.

“Neste momento, daremos início a formação do conselho de Minas e Energia. Muito importante nós criarmos o mesmo ambiente que nós criamos junto ao setor de infraestrutura, criarmos também em Minas e Energia”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

PAZUELLO DIZ QUE INDUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DEVE SER APARTIDÁRIA

Deputado afirma que a FREPPEGEN atua de forma apartidária e cobra mais agilidade em decisões e licenças para destravar o setor de petróleo, gás e energia

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br



O presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Petróleo, Gás e Energia (FREPEGE), deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), afirmou que ideologias partidárias devem ser deixadas de lado em prol da indução de desenvolvimento. O parlamentar discursou na sessão solene do Fórum Brasil Export Minas e Energia nesta terça-feira (25), em Brasília.

“Não se dá para ter ideologia em assuntos de indução de desenvolvimento. A nossa frente parlamentar é apartidária, e

quando a gente orienta o voto para 270 deputados, esse é o grande diferencial de uma frente parlamentar que tem o instituto como baliza. A gente fica chateado quando um deputado usa de ideologia de direita ou de esquerda para não concordar com algo que é indução do desenvolvimento. Aqui, se dedica ao apoio do setor, é preciso botar isso acima de qualquer discussão”, disse Pazuello.

O deputado disse que o Brasil precisa encontrar maneiras objetivas voltadas para a velocidade em ações e negócios em prol do setor.

“Velocidade é tudo que nós precisamos. Velocidade nas decisões, velocidade nas licenças, velocidade na abertura para novas empresas. Nós precisamos destravar o setor, destravar o nosso país”, concluiu.

O diretor-executivo do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN), general Marco Aurélio Costa, destacou o objetivo de juntar os elos dos setores privados e públicos para desenvolver iniciativas em prol do setor.

“Queremos fazer a interlocução entre o meio privado e o meio público. Este é nosso objetivo e nós entendemos que temos um diferencial hoje reforçado com a presença e cooperação do Brasil Export”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

MINISTRO DO TST APONTA NOVAS OPORTUNIDADES NA ENERGIA E COBRA PADRÕES TRABALHISTAS

Alexandre Belmonte alerta para vínculos precários no setor e reforça que a expansão da energia deve vir acompanhada de condições dignas e proteção social.

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br



O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alexandre de Souza Belmonte, destacou as relações de trabalho e as oportunidades geradas a partir das novas oportunidades geradas na geração e produção de energia no território nacional. Ele discursou durante a sessão solene do Fórum Brasil Export Minas e Energia, na noite desta terça-feira, realizado em Brasília (DF).

“O avanço da geração de energia eólica e solar tem criado oportunidade, mas também tem exposto relatos de vínculos precários de jornadas extensas, deslocamentos longos de ida e volta aos locais efetivos de trabalho e regiões remotas. Tem sido observado que a negociação coletiva enfrenta uma tal fragmentação que dificulta padrões uniformes de proteção”, disse.

O ministro destacou que, em um mundo dominado pela tecnologia, pelas inovações, ainda precisa trabalhar o lado humano na relação empregador-empregado.

“O Tribunal tem plena consciência de que energia e mineração constituem atividades que exigem investimento e leitura jurídica qualificada. Mas a transição energética brasileira não pode limitar seu plano tecnológico, ela precisa ser também uma transição humana com condições de trabalho dignas, ambientes seguros, jornadas equilibradas, proteção social efetiva e participação ativa dos trabalhadores nas soluções que forem encontradas. O eventual descumprimento de normas de saúde e segurança, desastres ambientais, acidentes de trabalho, resultam em responsabilidade e indenizações que podem e que devem ser evitadas da perspectiva da agenda ESG, e frente ao risco de formação de passivo trabalhista”, comentou Belmonte.

Por fim, o ministro do TST afirmou que o setor da energia e da mineração são considerados temas de soberania nacional, não somente atividades industriais e socioeconômicas. “São pilares da vida

cotidiana de milhões de brasileiros e da livre iniciativa. São pilares da sociedade, são como marido e mulher, com personalidades fortes e antagônicas. Brigam, mas acabam se entendendo”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

BRASIL PRECISA INVESTIR R\$ 44 BI ATÉ 2030 PARA MODERNIZAR O SETOR DE ENERGIA

Dados são de um estudo do Ministério de Minas e Energia, citado pelo deputado federal Lula da Fonte durante o Fórum Minas

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebene.com.br



A necessidade de investimento para modernizar o setor de energia foi debatida durante o painel “Demanda global, sustentabilidade e a geopolítica da segurança energética”

O Brasil necessita de R\$ 44 bilhões até 2030 para modernizar o setor de energia, conforme estudo do Ministério de Minas e Energia citado pelo deputado federal Lula da Fonte (PP/PE) durante o painel “Demanda global, sustentabilidade e a geopolítica da segurança energética”, realizado

nesta terça-feira (25), no Fórum Brasil Export Minas e Energia do Grupo Brasil Export.

O investimento busca equilibrar a modernização da infraestrutura com a preservação ambiental em um cenário de crescimento acelerado do consumo. A demanda global de energia elétrica cresce cerca de 10% nos próximos três anos, conforme pesquisa da Agência Internacional de Energia apresentada pela moderadora Núria Bianco, diretora de Inteligência do Grupo.

A adoção de novos equipamentos responde por 44% desse aumento no consumo, novos data centers por 39% e o uso da inteligência artificial por 38%. Segundo ela, esse cenário pressiona os países a expandir sua capacidade de produção energética em ritmo acelerado.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o deputado aproveitou para alertar que 4% da energia gerada em todo o mundo já serve à inteligência artificial e aos data centers, e essa proporção tende a crescer até 2030. Diante dessa pressão, o parlamentar defendeu que o Brasil não pode atrasar sua modernização, mas precisa salvaguardar o meio ambiente no processo de expansão.

Luiz Carlos Ciochi, diretor executivo do WEC Brasil, alertou que a lei dos circuitos elétricos impõe um limite sico incontornável: a geração ocorre apenas no momento exato do consumo.

Por essa razão, o país enfrenta o desafio do curtailment (corte de geração) quando a capacidade instalada supera a demanda. A solução, segundo o executivo, passa por aumentar a carga elétrica com indústrias eletrointensivas, como alumínio e data centers, em vez de desperdiçar energia renovável já disponível.

“Quando você corta, perde energia. Quando aumenta a carga, traz desenvolvimento para o país”, afirmou Ciochi.

Legislação

O desafio da modernização ocorre em um país com matriz energética que conta com mais de 45% de participação de fontes renováveis e lidera mundialmente o uso de biocombustível em larga escala. Essa vocação renovável, segundo os debatedores, precisa de marco regulatório atualizado para alcançar todo seu potencial.

O deputado federal Coronel Assis (União/MT) defendeu que a segurança jurídica no setor energético passa pela atuação da Frente Parlamentar de Minas e Energia. O parlamentar citou o caso do Mato Grosso, hoje o maior produtor de milho no Brasil, onde usinas de etanol de milho em instalação produzirão mais de 40 mil empregos diretos. “O interesse dos setores impacta diretamente na produção de emprego, no modal logístico e no desenvolvimento regional”, afirmou o deputado, que representa o estado.

Lula da Fonte apontou que a legislação impede consumidores comuns de vender o excedente gerado de energia solar e eólica. Pernambuco gera 45% da energia anual suficiente através dessas fontes, segundo a Agência de Energia do estado (Anel), mas perde parte dessa energia por falta de mecanismos de comercialização. O Congresso Nacional tramita projetos para permitir que micro e pequenos consumidores vendam o excedente gerado, o que destravaria a oferta energética no país. O mesmo estado inaugura em 2026 usina de gás verde em Garaçu, município na região metropolitana.

Portos

A expansão da demanda energética ocorre em paralelo a uma transição nos combustíveis utilizados globalmente. Glória Sousa, ESG Project Lead da Bunker Holding Group, explicou que a segurança energética envolve três pilares: fornecimento contínuo, preço acessível e estabilidade. Esses princípios aplicam-se também à indústria de combustíveis marítimos, responsável por transportar mais de 90% dos bens comercializados internacionalmente.

A executiva destacou que o Brasil avança na diversificação de modais de abastecimento para navios. A norma de 2004 instituiu a figura do provedor de banco e permitiu operações com navio tanque fora de áreas abrigadas, o que atraiu embarcações que antes não buscavam combustível no país. “A indústria precisa de players qualificados para trazer essa demanda e justificar investimentos a médio e longo prazo”, afirmou Sousa.

Marcos Cid de Araújo, diretor da OSX Brasil, observou que os portos funcionam como engrenagem nesse sistema de transição energética. Navios já circulam ou entram em construção com motores preparados para combustíveis diversos, e novas rotas globais se delineiam a partir dessa mudança.

O executivo alertou que a diretriz mundial indica que o etanol brasileiro migra para SAF (combustível de avião), com valor agregado maior do que o uso em veículos terrestres. “A gente precisa trazer essa energia para o país inteiro, reforçar as linhas de transmissão. Onde trouxemos energia, disponibilizamos crescimento econômico”, afirmou Araújo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

COMBUSTÍVEL LEGAL: O DESAFIO DE GARANTIR CONCORRÊNCIA JUSTA E QUALIDADE ATÉ A BOMBA

Painel reuniu ANP, Brasilcom e parlamentares para discutir desafios regulatórios, tributários e logísticos na comercialização de combustíveis no país

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



O painel “Combustível Legal – Boas práticas de comercialização de combustíveis no Brasil” discutiu formas de garantir qualidade, legalidade e concorrência justa em toda a cadeia

No primeiro dia do Fórum Brasil Export Minas e Energia, realizado nesta terça-feira (25), em Brasília (DF), autoridades e representantes do setor de óleo, gás e combustíveis reforçaram a urgência de enfrentar práticas irregulares que



afetam desde a produção até a chegada do combustível aos mais de 45 mil postos brasileiros.

O painel “Combustível Legal – Boas práticas de comercialização de combustíveis no Brasil” reuniu parlamentares, reguladores e especialistas para discutir formas de garantir qualidade, legalidade e concorrência justa em toda a cadeia.

Participaram da discussão o deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Petróleo, Gás e Energia; o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), referência nacional em temas de energia e transição energética; o deputado Ubiratan Sanderson (PL-RS); o diretor da ANP Daniel Maia Vieira; e o diretor jurídico da Brasilcom, Carlos Germano Júnior.

A composição do painel evidenciou a dimensão do desafio: uma cadeia que movimenta parcela expressiva da economia, mas que segue vulnerável a práticas ilícitas que distorcem preços, prejudicam concorrentes, desequilibram a arrecadação e colocam em risco a qualidade do produto entregue ao consumidor.

Mesmo com o Brasil consolidado como um grande produtor e exportador, a realidade ainda inclui adulteração de combustíveis, uso de estruturas portuárias por facções criminosas e esquemas de sonegação que, somente em 2025, já ultrapassam R\$ 12 bilhões.

Nesse cenário, a ANP desempenha papel central, regulando desde a produção até a revenda. Daniel Maia chamou atenção para a complexidade logística, especialmente no caso dos biocombustíveis, cuja produção é concentrada em poucas regiões e cujo deslocamento por rodovias e hidrovias precisa atender a um país de dimensões continentais até chegar aos cerca de 45 mil postos em operação.

Segundo ele, assegurar que esse caminho seja percorrido com integridade demanda esforço contínuo e coordenação entre órgãos. E, ao falar daquilo que considera o ponto mais crítico para garantir um mercado mais limpo, sintetizou: “Os aspectos tributários trazem o desafio também em relação a essa concorrência leal. Eu diria que esse é o elemento central dos nossos desafios.”

A discussão avançou para o papel do Congresso, onde a FREPPEGEN, presidida por Pazuello, já reúne 270 deputados e busca consolidar-se como uma força política de representação setorial. Para o parlamentar, grande parte dos problemas persiste porque o Legislativo não tem exigido das agências e do Executivo o rigor necessário para coibir irregularidades.

Ele ressaltou que as agências reguladoras são instituições de Estado e não podem flexibilizar sua atuação a cada mudança de governo. Pazuello defendeu que a frente está alinhada com uma agenda de desenvolvimento do setor, e não com disputas ideológicas, reforçando que votações que envolvem petróleo, gás e energia precisam servir ao crescimento econômico e à proteção do consumidor: “Quando você fala de uma frente alinhada, ela está alinhada pelo desenvolvimento do setor. É nosso papel explicar que aquela votação não pode ser uma votação ideológica. É uma votação de indução de desenvolvimento”.

Modernização

A necessidade de avançar na modernização do setor também foi destacada por Arnaldo Jardim, que lembrou o paradoxo brasileiro: o país exporta petróleo, mas ainda importa cerca de 25% do diesel que consome. Ele defendeu que o fortalecimento do mercado passa pela ampliação das fontes renováveis, pela expansão do biometano e pelo avanço dos combustíveis sustentáveis para aviação e navegação, processos decisivos para a descarbonização e para atender padrões internacionais.

No entanto, alertou que, sem controle rigoroso desde a produção até o posto, essas iniciativas podem estimular novas formas de fraude. Jardim citou a reforma tributária como um passo concreto para combater distorções que incentivavam burlas localizadas e criavam vantagem indevida para agentes criminosos. Nas palavras dele, “começa a se implantar no Brasil a partir de 2027 de uma



forma mais destacada. Isso vai eliminar alguns fatores em que a incidência diversa do ICMS foi um fator de convite à burla e à fraude.”

Para os debatedores, as irregularidades dependem de uma integração mais sólida entre ANP, Receita Federal, forças de segurança, autoridades fiscais estaduais e o setor privado. A diferença de enquadramentos tributários, a dificuldade de fiscalização nas rotas logísticas e a atuação de devedores contumazes fragilizam o ambiente concorrencial e penalizam justamente quem opera dentro da legalidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

DIRETOR DA ABIAPE DESTACA A AUTOPRODUÇÃO DE ENERGIA PARA DESCARBONIZAR INDÚSTRIAS

Autoprodução de energia é um modelo onde a indústria gera a sua própria eletricidade, o que pode auxiliar nos processos de descarbonização das operações

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br

O papel das indústrias para a autoprodução de energia e o desenvolvimento para novas energias do ponto de vista sustentável foram assuntos debatidos em um dos painéis

O diretor de Economia da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Daniel Pina, destacou o papel das indústrias para a autoprodução de energia, além do desenvolvimento para novas energias do ponto de vista sustentável. O tema foi discutido nesta terça-feira (25), no painel de abertura do Fórum Brasil Export Minas e Energia, realizado em Brasília (DF).

A autoprodução de energia é um modelo onde o consumidor ou a indústria gera a sua própria eletricidade, seja no ponto de consumo ou em outro local. Isso pode ser feito por meio de fontes renováveis, como painéis solares ou turbinas eólicas, instaladas nos locais de operação.

Pina enalteceu a importância e o papel do setor industrial no setor. “Hoje a gente tem um movimento muito grande, não somente das indústrias brasileiras, mas até para que elas possam ter competitividade no mercado internacional de descarbonização dos seus produtos finais. E a autoprodução tem sido um pilar muito grande para o desenvolvimento das indústrias também em termos de descarbonização e isso é feito por meio de investimentos, principalmente usinas renováveis de energia limpa, usinas eólicas, solares e hidrelétricas”, destacou.

O diretor da Abiape disse que o Brasil se encaixa em um cenário favorável porque tem sua matriz de energia renovável e pelo baixo custo de energia para trazer novas indústrias para o país. “Estou falando aqui de projetos de hidrogênio, projetos de data centers e outras indústrias elétricas. Nós precisamos fazer o nosso dever de casa direitinho, que é manter a competitividade da energia elétrica”.

Marco legal

O Governo Federal sancionou a MP (Medida Provisória) 1304, que o transformou na lei 15.269/2025, o novo marco do setor elétrico. Entre outros fatores, a nova lei tem como objetivos principais manter as contas de luz sob controle; reforçar a segurança do abastecimento; atualizar regras para o setor elétrico, o gás natural e a transição energética.

“Hoje a gente tem um motivo de comemoração muito grande para a autoprodução. A lei traz pela primeira vez em mais de 20 anos um marco institucionalizado da autoprodução de energia. Já é um avanço significativo para que nós tenhamos investimentos e que a indústria continue a descarbonizar as suas matrizes”, completou.

O painel do Fórum Brasil Export Minas e Energia contou com as participações de Angelo Maranhão, diretor institucional para Navegação do Grupo Atem; Flávio Vieira da Silva diretor-presidente da

PortosRio; e Jader Fernandes de Jesus, diretor da Axia Energia. A moderação foi do jornalista Bruno Merlin, diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

PROGRAMAÇÃO FÓRUM BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA

PROGRAMAÇÃO FÓRUM **BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA**

(sujeito a confirmações)

26 | NOVEMBRO | HOJE

09h00 Credenciamento

09h30 Palestra: O uso do SAF e energias alternativas na aviação, por Marcelo Rezende Bernardes, Superintendente de Governança e Meio Ambiente da ANAC

10h00 Painel 5: Combustível nuclear e a modernização da matriz energética brasileira | De Angra 3 às PCRs

Moderação: Raquel Lannes, Diretora de Novos Negócios do Grupo Brasil Export

Debatedores: Max Lemos, Deputado Federal; Julio Lopes, Deputado Federal; Ailton Fernando Dias, Diretor de Instalações Nucleares e Salvaguardas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); John Forman, Conselheiro do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN)

10h45 Intervalo

11h00 Painel 6: Terras raras e as novas fronteiras para a mineração brasileira

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores: Carlos Padilla, Coordenador de Investimentos da ApexBrasil;

Osório Coelho, Diretor do Departamento de Programação da Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; José Luís Vidal, Diretor da WV Logistics; Paulo Sidney, Diretor Técnico e Comercial da CODERN; Francisco Valdir Silveira, Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB)

12h00 Painel 7: Novos potenciais de exploração | Margem Equatorial, Bacia de Santos, Campos e Pelotas

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores: Gabriel Mota, Deputado Federal; Adriana Queiroz Ramos, Analista de Pesquisa Energética da Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis na Empresa de Pesquisa Energética; Jeff Martins, Diretor do Terminal Portuário de Angra dos Reis (TPAR); Anderson Fajardo Silva Martins, Vice-Presidente Jurídico e de Governança do SINAVAL; Pedro Calmon Neto, Sócio do PCFA Advocacia

12h45 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

VIRIDIS CONFIRMA APOORTE DE US\$ 30 MILHÕES PARA PROJETO DE TERRAS RARAS EM MG

Parceria com fundos brasileiros se torna vinculativa e libera primeira parcela para avançar o Colossus, em Poços de Caldas

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Assinatura do protocolo de investimento firmado entre a Viridis e o governo de MG em 2024: para o vice-presidente da empresa, acordo com o jornal é um passo decisivo de Moraes pelo Cime

A Viridis Mining and Minerals informou que o Memorando de Entendimentos firmado com os fundos brasileiros Régia Capital e ORE Investments tornou-se totalmente vinculativo, após a conclusão das etapas de due diligence e captação necessárias para a formalização da parceria. A medida marca o início da execução do Acordo Definitivo e libera o primeiro aporte de US\$ 5 milhões de um pacote total de US\$ 30 milhões destinado ao avanço do Projeto Colossus, em Poços de Caldas (MG), classificado pela empresa como estratégico no segmento de terras raras.

Segundo a companhia, a formalização ocorreu após três meses de análises técnicas, ambientais e econômicas conduzidas por equipes especializadas em terras raras contratadas pelos dois fundos. O processo, que antecedeu a validação do investimento, avaliou a consistência dos estudos que embasam o Projeto Colossus, considerado pela Viridis o depósito com maior concentração de elementos terras raras magnéticos, especialmente disprósio e térbio, entre empreendimentos ocidentais em desenvolvimento.



A relevância da parceria ganhou novo peso após a escolha do consórcio Régia/ORE, por Vale e BNDES, para gerir o Fundo Brasileiro de Minerais Estratégicos, iniciativa que terá as duas instituições como investidores âncora. A nomeação amplia a dimensão institucional do empreendimento, ao aproximar o Projeto Colossus de uma estrutura de capital voltada exclusivamente a minerais críticos e reforçar o vínculo do projeto com estratégias de longo prazo no setor.

O diretor-presidente da Viridis, Moreno, afirmou que a assinatura do Acordo Definitivo representa um avanço decisivo para a empresa. Segundo ele, “a execução do Acordo Definitivo com a Régia e a ORE marca um marco significativo para a Viridis e um forte endosso ao Colossus”. Ele declarou ainda que a transição do MOU inicial para uma parceria plenamente vinculativa, após meses de due diligence, “demonstra a confiança nos fundamentos técnicos e econômicos do Projeto”.

Ao comentar os impactos imediatos do aporte inicial de US\$ 5 milhões, Moreno destacou que “o primeiro aporte fortalece nosso balanço e mantém o ritmo dos trabalhos”, afirmando também que o compromisso global de US\$ 30 milhões oferece “um caminho sólido até a decisão final de investimento, com disciplina e geração de valor”. O executivo acrescentou que o apoio das agências EDC, Bpifrance e BNDES evidencia “o papel estratégico do Colossus na segurança das cadeias ocidentais de suprimentos”.

Com a primeira liberação de recursos, a companhia afirma que reforça a capacidade de executar atividades consideradas essenciais para a decisão final de investimento (FID), prevista para o terceiro trimestre de 2026. Entre as prioridades mencionadas estão o andamento do processo de licenciamento ambiental, a continuidade das sondagens de infill e exploração, o desenvolvimento da planta de demonstração do Centro de Pesquisa e Processamento de Terras Raras e a finalização do estudo de viabilidade definitiva, conduzido pela consultoria Hatch.

De acordo com a Viridis, o cronograma de desembolsos foi estruturado para manter a alocação rigorosa de capital e evitar diluição excessiva da base acionária. As próximas parcelas de US\$ 5 milhões, US\$ 10 milhões e US\$ 10 milhões estão previstas em intervalos de até 12 meses, com possibilidade de antecipação conforme o avanço das etapas do projeto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

SETOR DE MINERAIS CRÍTICOS GANHA NOVA ASSOCIAÇÃO PARA UNIFICAR DEMANDAS NO BRASIL

AMC reúne empresas de lítio, níquel, grafite, terras raras e cobre e quer ampliar coordenação técnica e atuação regulatória

Do Estadão Conteúdo

O Brasil agora conta com uma nova entidade voltada especificamente para discussão dos interesses sobre terras raras. Conforme anunciado pelo grupo formado por diferentes empresas, a Associação de Minerais Críticos (AMC) reunirá players da cadeia produtiva de insumos como lítio, níquel, grafite, terras raras e cobre.

A presidente do conselho da AMC, Marisa Cesar, avalia que a criação da entidade responde à necessidade de coordenação técnica em um setor que cresce rapidamente. “A Associação de Minerais Críticos foi criada para integrar as empresas e consolidar o Brasil como referência global, com inovação, responsabilidade socioambiental e um ambiente regulatório estável.”

A AMC buscará suprir lacunas de representação, especialmente entre empresas juniores, e contribuir de forma organizada com a formulação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, ainda sendo gestada no País. “AAMC surge para complementar o trabalho já muito bem desenvolvido pelas demais entidades representativas, como o Ibram”, afirma o vice-presidente do conselho da AMC, Marcelo Carvalho.

A atuação da associação se concentrará em três eixos: articulação institucional e regulatória, inteligência setorial voltada à competitividade e atração de investimentos. Entre os temas a serem discutidos estão licenciamento, infraestrutura, logística, previsibilidade regulatória e instrumentos econômicos como um fundo garantidor para a cadeia de minerais críticos. O grupo fundador inclui A Clara, Atlantic Nickel, Centaurus, Graphcoa, Graph+, Meteoric, PLS, Viridis e Lithium Ionic, além do apoio do escritório Frederico Bedran Advogados. O sócio do escritório e diretor executivo da AMC, Frederico Bedran, reforça a visão de que a entidade foi concebida para agregar todo o segmento.

"Todas as empresas e instituições que atuam ou investem em minerais críticos são bem vindas. Nosso compromisso é criar um espaço de diálogo técnico estruturado que ajude a superar gargalos históricos e fomente um ambiente favorável a investimentos", diz Bedran.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

BRASIL TERÁ 13 CONCESSÕES RODOVIÁRIAS E OITO FERROVIÁRIAS EM 2026, DIZ RENAN FILHO

Ministério destaca maturidade dos estudos, papel do BNDES e diretrizes da nova Política Nacional de Outorgas Ferroviárias

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



De acordo com o ministro dos Transportes, Renan Filho, o resultado apresentado pela pasta aproxima o governo federal da meta de 35 concessões rodoviárias em quatro anos

O Ministério dos Transportes pretende realizar 21 leilões de infraestrutura em 2026, mantendo o mesmo volume de certames alcançado neste ano. A carteira anunciada nesta terça-feira, 25, prevê 13

concessões rodoviárias e oito ferroviárias, com investimentos estimados em R\$ 288 bilhões.

Para o setor rodoviário, a estimativa é de R\$ 148 bilhões em aportes, distribuídos por todas as regiões do país. O cronograma inclui sete novas concessões e seis otimizações de contratos vigentes. A pasta retirou a Rota Agro Central (BR070/ 174/ 364/ MT/ RO) do calendário, reduzindo a previsão anterior de 14 para 13 leilões. Se a programação for integralmente executada, o governo igualará em 2026 o total de certames previstos para 2025. Até agora, foram realizados 12 neste ano, número que chegará a 13 com o leilão da Fernão Dias, em dezembro. Segundo o ministro Renan Filho, o resultado aproxima o governo da meta de 35 concessões rodoviárias em quatro anos. "A imprensa e boa parte do mercado não acreditavam que seria possível, mas conseguimos cumprir o que dizíamos", afirmou.

O calendário rodoviário começa em março, com a Rota dos Sertões (BR-116/BA/PE), Rotas Gerais (BR-116/251/ MG) e a otimização da Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR). Em abril, está prevista a otimização da Rota Arco Norte (BR163/MT/PA). Na sequência, vêm os processos de repactuação da Rota do Pequi (BR060/153/DF/GO), marcada para junho, e da Rota Litoral Sul (BR-116/376/PR e BR-101/SC), prevista para julho. Em agosto, ocorre o leilão da Rota Portuária do Sul (BR-116/392/RS), seguido, em setembro, pela otimização da Rota Planalto Sul (BR-116/PR/SC). A Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) aparece na agenda de outubro. Em novembro, estão previstos os certames da Rota 2 de Julho (BR-116/324/BA) e das Rodovias Integradas de Santa Catarina, Lotes 1 e 3. O ano termina, em dezembro, com o leilão da Rota Integração do Sul (BR116/158/290/392/RS).



No caso das ferrovias, o plano prevê oito leilões, com potencial de movimentar R\$ 140 bilhões em investimentos. O primeiro é o do Corredor Minas-Rio, marcado para abril. Em junho, o governo pretende levar a leilão o Anel Ferroviário Sudeste. A Malha Oeste está prevista para julho, e o Corredor Leste-Oeste, para agosto. Em setembro, a pasta projeta a disputa pela Ferrogrão, apesar de o projeto permanecer em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Três licitações foram reservadas para dezembro: Malha Sul – Corredor Paraná-Santa Catarina, Malha Sul – Corredor Rio Grande e Malha Sul – Corredor Mercosul.

Renan Filho disse ter confiança na “financiabilidade” dos projetos, especialmente os ferroviários, que têm maior complexidade e exigem maturação mais longa. Ele afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá papel central na estruturação financeira dos certames. “O desafio não é mais rodovias, é ferrovias, pelo caráter de longo prazo. Mas com certeza tem financiabilidade”, disse. Em complemento, a diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudanças Climáticas do banco, Luciana Costa, mencionou o histórico da instituição em outros setores: “Por que não podemos fazer com ferrovias? Admitimos que temos desafios. O ciclo de investimento do capex é de dez anos, mas estamos seguros que temos conhecimento técnico para isso.”

Outorgas ferroviárias

Além do calendário, o governo lançou a Política Nacional de Outorgas Ferroviárias, que reúne diretrizes de planejamento, governança, sustentabilidade e um modelo de funding que combina recursos públicos e privados. Segundo o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, a política incorpora práticas modernas de estruturação e regras contratuais alinhadas às concessões rodoviárias. No total, a carteira ferroviária abrange mais de 9 mil quilômetros e atrai potencial de investimentos que, segundo o ministério, podem chegar a R\$ 600 bilhões quando considerados os efeitos de ciclo completo.

Os projetos reúnem trechos como o Anel Ferroviário do Sudeste (EF-118), a Ferrogrão, o Corredor Leste-Oeste, a Malha Oeste e corredores da Malha Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

MINISTÉRIO DESTACA BNDES COMO ELEMENTO-CHAVE PARA FINANCIAR PROJETOS DE FERROVIAS

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério dos Transportes reforçou durante o lançamento da carteira de 2026 que a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será um dos pilares da estratégia para viabilizar os oito leilões ferroviários previstos para o próximo ano. A instituição atuará na modelagem financeira, na intermediação com o mercado e na oferta de instrumentos como debêntures de infraestrutura. A presença do banco foi apontada pela diretora Luciana Costa como fator que aumenta a confiança de investidores: “Somos um selo de qualidade para os projetos que estruturamos.”

No setor privado, representantes destacaram a oportunidade gerada pela nova política ferroviária. O diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Davi Barreto, afirmou que “o setor está muito animado com esses projetos, com essa visão de investimento no setor”. Na mesma linha, o diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Marco Aurélio Barcelos, disse que “nós estamos abertos de forma definitiva para o investimento privado de longo prazo” e ressaltou o efeito da credibilidade sobre a atração de capital.

Segundo o ministério, a carteira de concessões de 2026 inclui 13 novos leilões e seis otimizações contratuais, mecanismo desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União para modernizar acordos que perderam efetividade. Entre os projetos, está a Rota dos Sertões, com 502 quilômetros entre Feira de Santana (BA) e Salgueiro (PE), prevista para março e com estimativa de

R\$ 6 bilhões em investimentos. A pasta calcula que o empreendimento possa gerar cerca de 60 mil empregos.

Também foram destacados, no lançamento, os impactos econômicos de obras como a Ferrogrão, apontada pelo governo como capaz de criar mais de 100 mil postos de trabalho durante sua implantação. O projeto tem custo estimado em R\$ 25 bilhões, incluindo R\$ 8 bilhões em trilhos e instalações, e deve ligar Sinop (MT) a Itaituba (PA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

UNIÃO CONFIRMA CONCESSÃO DA PONTE SÃO BORJA–SANTO TOMÉ

Via conecta corredores rodoviários no Brasil e na Argentina e ganhará pacote de intervenções para aumentar eficiência

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A empresa CS Rodovias Mercosul, vencedora do certame, comprovou atender a todas as exigências econômicas, jurídicas e financeiras para assumir a administração da travessia

O Ministério dos Transportes deu mais um passo para fortalecer a integração logística entre Brasil e Argentina. Nesta terça-feira (25), o ministro dos Transportes, Renan Filho, homologou a concessão da Ponte Internacional São Borja–Santo Tomé, principal ligação terrestre entre os dois países. A empresa CS Rodovias Mercosul, vencedora do certame realizado em julho deste ano, comprovou atender a

todas as exigências econômicas, jurídicas e financeiras para assumir a gestão da travessia, que receberá investimentos de US\$ 99 milhões.

ANTES, MORADORES DA REGIÃO, TANTO DO LADO BRASILEIRO QUANTO DO ARGENTINO, PRECISAVAM PAGAR PARA ATRAVESSAR. AGORA, OS RESIDENTES SERÃO ISENTOS, E OS CAMINHONEIROS TERÃO DESCONTOS”

RENAN FILHO
ministro dos Transportes

“Há anos o Tribunal de Contas da União recomendava ao Ministério dos Transportes que realizasse a concessão para garantir o cumprimento da legislação. Pela primeira vez chegamos até aqui. Acredito que esse modelo utilizado na ponte pode trazer muitos ganhos ao comércio internacional, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, e poderá ser replicado em outras regiões do país”, celebrou o ministro.

A concessão integra um conjunto de ações do Governo Federal para ampliar a eficiência logística nas fronteiras brasileiras e potencializar o comércio exterior por meio da infraestrutura rodoviária. Atualmente, cerca de 23% do fluxo de produtos escoados entre Brasil e Argentina utiliza a travessia de São Borja–Santo Tomé. Com relação ao Chile, o percentual chega a 29%, reforçando a relevância estratégica da ponte para o Mercosul.

“Esse projeto traz efeitos importantes. O primeiro é o impacto direto no custo para quem vive próximo à ponte. Antes, moradores da região, tanto do lado brasileiro quanto do argentino, precisavam pagar para atravessar. Agora, os residentes serão isentos, e os caminhoneiros terão descontos”, disse Renan Filho.



O acesso ao empreendimento tem início na BR-285/ RS, em São Borja (RS), e percorre 6,6 quilômetros até o início da ponte. A ligação conecta importantes corredores logísticos, como BR-392, BR-472 e BR-158, utilizadas para o transporte de cargas. No lado argentino, a travessia se integra à Ruta Nacional 14.

“Temos acompanhado o esforço do Ministério dos Transportes em avançar com concessões em diferentes modais. Comemoramos o resultado desse processo. Por sermos um estado que favorece concessões, entendemos que este modelo é adequado para garantir investimentos e assegurar a manutenção de ativos públicos relevantes, como a Ponte São Borja–Santo Tomé”, afirmou o vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza.

Entre as novidades contratadas está a redução de até 97% no preço das tarifas, o que tornará a travessia mais acessível para turistas e usuários frequentes.

“Na organização desse projeto, ouvimos todos os envolvidos: despachantes, prefeitos, autoridades e usuários que dependem da ponte para deslocamento e para atividades de importação e exportação. Foi um trabalho extenso das nossas equipes para elaborar um contrato moderno, que conecta não apenas dois países, mas dois povos e duas economias”, destacou a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

Modernização

As obras a serem executadas pela CS Rodovias Mercosul incluem a instalação de um novo sistema de iluminação, recuperação do pavimento, construção de um pátio de parada para caminhões e melhoria dos acessos rodoviários. Também estão previstos investimentos em suporte às operações alfandegárias, atendimento a veículos de carga, integração com órgãos reguladores e ampliação das áreas dedicadas ao processamento aduaneiro.

“É um projeto que vai muito além da manutenção. Vamos transformar a região em um hub logístico, com novos serviços, áreas de apoio, tecnologia de controle aduaneiro e outras soluções estudadas ao longo dos últimos anos. A operação moderniza a estrutura internacional, movimenta a economia, gera empregos diretos e indiretos e reduz custos operacionais”, ressaltou o porta-voz da CS Rodovias Mercosul, Fernando Quintas.

Concessão chegando

Antes do encerramento do ano, o Ministério dos Transportes realizará o último leilão rodoviário, referente à concessão da BR-381/MG/SP, conhecida como Fernão Dias. Ao todo, treze certames serão realizados em 2025, assegurando mais de R\$ 232 bilhões em investimentos privados ao modal.

“O Governo Federal seleciona seus investimentos de forma plurianual. Esse movimento impulsiona o desenvolvimento dos dois países e melhora a qualidade de vida da população brasileira”, concluiu o ministro Renan Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

MPOR LANÇA GUIA PARA APRIMORAR SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO EM CONCESSÕES E PPPS

Material busca evitar lacunas de cobertura e reforçar a preparação de projetos diante do avanço de eventos climáticos severos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos apresentou nesta terça-feira (25), durante o Fórum Nacional de PPPs 2025, em Brasília (DF), o novo Guia Prático de Seguros e Capitalização para Concessões e PPPs, documento que traz orientações inéditas sobre gestão de riscos e contratações de seguros, com foco especial nos desafios provocados por eventos climáticos extremos. O material, elaborado



em parceria com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) e lançado originalmente na COP30, busca apoiar gestores públicos e concessionárias na escolha de mecanismos de proteção mais eficazes para projetos de infraestrutura.

A diretora de Assuntos Econômicos do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), Helena Venceslau, representou a pasta na abertura do evento, realizado na sede da Confederação Nacional do Transporte (CNT). O encontro teve como tema “Avanços e transformações em Concessões e Parcerias na melhoria da infraestrutura e dos serviços prestados à sociedade”.

Em sua participação, Helena Venceslau explicou que o guia reúne orientações práticas voltadas a contratantes e contratadas de seguros, com o objetivo de aprimorar a proteção contratual e evitar lacunas que dificultem a recuperação de ativos após incidentes. Segundo ela, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos exige que o setor de infraestrutura adote modelos mais robustos e integrados de gestão de risco. Ao detalhar o propósito do material, afirmou que a iniciativa busca apoiar a escolha de soluções adequadas para diferentes tipos de projetos e ampliar a integração entre gestores públicos, concessionárias e seguradoras.

A diretora observou que a compreensão sobre o papel dos seguros ainda é limitada em muitos contratos de concessão, o que pode levar à contratação de produtos insuficientes. “Muitas vezes o seguro é contratado, mas não atende plenamente às necessidades do projeto. E isso só fica evidente quando o problema já aconteceu”, afirmou.

Ela citou como exemplo a paralisação de um aeroporto no Rio Grande do Sul, quando a cobertura vigente não foi suficiente para absorver prejuízos decorrentes de um evento climático de grande magnitude. Para Helena, a situação demonstra a necessidade de revisão dos modelos atualmente utilizados e de fortalecimento do diálogo entre poder concedente, concessionárias e setor segurador.

Gestão de riscos

Venceslau acrescentou que o lançamento do guia marca o início de uma agenda contínua voltada ao aprimoramento da gestão de riscos no setor portuário e aeroportuário. “O MPor seguirá trabalhando para modernizar produtos existentes, como o seguro de operador portuário, e incorporar boas práticas internacionais. É um passo importante para que nossos contratos sejam mais eficientes, seguros e preparados para os desafios futuros”, destacou.

O Fórum Nacional de PPPs terá programação ao longo da semana com debates sobre inovação, financiamento e sustentabilidade na infraestrutura. O encontro reúne representantes do governo federal, agências reguladoras, academia, empresas, organizações da sociedade civil e especialistas do setor. Entre os temas discutidos estão mudanças regulatórias, gestão sustentável de transportes, seguros e garantias, cidades inteligentes, parcerias ambientais, saneamento, energia, governança contratual e novos mecanismos de financiamento. As discussões contribuem para o desenvolvimento de estratégias voltadas ao aperfeiçoamento da infraestrutura brasileira e à melhoria dos serviços prestados à população.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

CAIXA RETOMA CRÉDITO DE LONGO PRAZO PARA A INDÚSTRIA NAVAL APÓS MAIS DE DEZ ANOS

Operação de R\$ 30 milhões com a Camorim marca o retorno do banco ao FMM e financia a ampliação da frota de rebocadores

Do Estadão Conteúdo

A Caixa Econômica Federal (CEF) formalizou nesta terça-feira, 25 o retorno como agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em contratos

**O INVESTIMENTO, NO VALOR DE R\$ 30 MILHÕES, SERVIRÁ
PARA AMPLIAR A FROTA DA EMPRESA, QUE TEM 30**

ANOS DE ATUAÇÃO NO SETOR MARÍTIMO NACIONAL, E REDUZIR A NECESSIDADE DE AFRETAMENTOS

de longo prazo após um intervalo de mais de uma década. O contrato foi firmado com a Camorim Serviços Marítimos, empresa 100% brasileira com sede em Niterói (RJ), para o financiamento de uma embarcação do tipo rebocador.

O investimento, no valor de R\$ 30 milhões, servirá para ampliar a frota da empresa, que tem 30 anos de atuação no setor marítimo nacional, e reduzir a necessidade de afretamentos. O contrato oferece carência de 12 meses e pode ser amortizado em até 148 meses.

Desde 2014, a Caixa manteve apenas operações de crédito de curto prazo ao setor. Segundo a diretora de Rede de Atacado do banco, Suely Patrão, a instituição está pronta para “atender a demanda e, com isso, aperfeiçoar a política de crédito para a indústria naval do país”.

Criado para estimular a modernização da frota e consolidar a indústria de construção e reparação naval, o Fundo da Marinha Mercante (FMM) é um fundo de caráter contábil. Sua gestão é realizada pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), sendo o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) a base principal de financiamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

PRIMEIRA TURMA DO STF CONFIRMA DECISÃO DE MORAES E BOLSONARO COMEÇA A CUMPRIR PENA

Ação penal do Núcleo 1 da trama golpista chega ao fim com o ex-presidente e outros seis condenados à prisão em regime fechado. Veja como ficou a situação de cada um

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ex-presidente Jair Bolsonaro foi sentenciado a 27 anos e três meses de prisão. Ele já está em uma sala especial na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal confirmou, nesta terça-feira (25), as decisões do ministro Alexandre de Moraes que determinaram o início do cumprimento das penas impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a outros seis condenados pela trama golpista. A análise ocorreu em sessão virtual convocada após Moraes assinar os mandados de prisão.

O resultado foi unânime entre os quatro integrantes do colegiado. Votaram pela manutenção das prisões os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e o próprio relator. A turma está reduzida desde a saída de Luiz Fux, que migrou para a Segunda Turma após divergir e votar pela absolvição de Bolsonaro no mês passado.

Em sua decisão inicial, Alexandre de Moraes rejeitou o trâmite dos novos recursos (embargos de declaração) apresentados nos autos e declarou o trânsito em julgado das condenações (fim da possibilidade de recursos). Em seguida, requereu ainda ao presidente da Primeira Turma do STF, ministro Flávio Dino, a convocação de sessão virtual extraordinária para referendar a medida, o que ocorreu mais tarde.

O ministro Alexandre também rejeitou os embargos infringentes apresentados por Almir Garnier e Braga Netto. Segundo ele, esse tipo de recurso só é cabível quando há, pelo menos, dois votos absolutórios em ações penais julgadas pelas Turmas, o que não ocorreu no caso.



No último dia 14, a Primeira Turma rejeitou, por unanimidade, os primeiros embargos de declaração apresentados por Bolsonaro e por outros seis condenados na Ação Penal (AP) 2668. O colegiado entendeu que as defesas demonstraram “mero inconformismo” com a decisão condenatória e, segundo o entendimento consolidado do STF, não é possível rediscutir o resultado do julgamento no âmbito desse tipo de recurso.

Oitavo condenado do Núcleo 1, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, teve o início do cumprimento de sua pena decretado em 30/10. Réu colaborador, ele foi condenado a dois anos de reclusão em regime aberto.

Os condenados

A defesa de Jair Bolsonaro deixou transcorrer o prazo de novos embargos de declaração sem qualquer manifestação. O ex-presidente foi sentenciado a 27 anos e três meses de prisão, em regime inicial fechado.

O almirante e ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, foi sentenciado a 24 anos de prisão, em regime inicial fechado. O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, foi condenado a 24 anos de prisão.

Já o general da reserva, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, recebeu sentença de 21 anos de prisão, em regime inicial fechado. O general da reserva e ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira foi condenado a 19 anos, em regime inicial fechado, enquanto o general da reserva Walter Braga Netto foi sentenciado a 26 anos, também em regime inicial fechado.

Como o deputado federal Alexandre Ramagem está foragido e fora do Brasil, foi expedido mandado de prisão e determinada sua inserção no Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP). Ramagem foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de pena privativa de liberdade em regime inicial fechado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

DEFESAS SÃO SURPREENDIDAS COM DECISÃO QUE DECRETOU CONCLUSÃO DO PROCESSO

Do Estadão Conteúdo

A confirmação do trânsito em julgado das condenações do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros seis envolvidos no Núcleo 1 da trama golpista surpreendeu as defesas de alguns dos sentenciados. A Secretaria Judiciária do STF certificou a conclusão da ação penal em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro, do deputado Alexandre Ramagem e do ex-ministro Anderson Torres porque eles não apresentaram novos embargos de declaração contra a condenação. O primeiro recurso foi rejeitado por unanimidade pela Primeira Turma.

A movimentação processual pegou as defesas de surpresa, segundo apurou o Estadão. Os advogados pretendiam apresentar um outro tipo de recurso, os chamados embargos infringentes, e contavam que teriam até o dia 3 de dezembro para isso.

O objetivo era fazer o processo passar por um novo julgamento, no plenário do Supremo Tribunal Federal. Pela jurisprudência do STF, os embargos infringentes só são possíveis se houver divergência de dois votos na turma, o que não ocorreu. O ministro Luiz Fux foi o único integrante da Primeira Turma que votou para absolver Bolsonaro e seus aliados.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, decidiu não aguardar as defesas recorrerem novamente e já reconheceu que as condenações são definitivas. “O caráter procrastinatório do recurso deve ser reconhecido monocraticamente pelo ministro relator, o qual tem competência

também para determinar o trânsito em julgado e o imediato cumprimento da pena", escreveu Moraes em seu despacho.

O ministro justificou que, "em virtude da defesa ter deixado transcorrer o prazo de novos embargos de declaração sem qualquer manifestação" e "por não existir previsão legal de qualquer outro recurso, inclusive de embargos infringentes, em virtude de sua manifesta inadmissibilidade, pois ausente o número necessário de votos absolutórios", o processo chegou ao fim.

As defesas esperavam que o ministro fosse aguardar o novo recurso antes de determinar

- ainda que monocraticamente
- o trânsito em julgado da ação e a execução das penas.

Havia uma expectativa, entre as equipes jurídicas, de que os recursos fossem considerados protelatórios e prontamente rejeitados, mas os criminalistas não imaginavam que o processo seria concluído ainda nesta semana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

ALEXANDRE DE MORAES MANTÉM EX-PRESIDENTE NA PF EM VEZ DE MANDÁ-LO PARA A PAPUDA

Ministro descartou colocar o ex-presidente neste momento na penitenciária. Ele também determinou que sejam feitos exames médicos para o início da execução da pena

Do Estadão Conteúdo



Com a decisão de Moraes, Bolsonaro segue na mesma sala especial para onde foi levado no último sábado, na sede da Polícia Federal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) permaneça na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Ele está preso no local desde sábado, 22. Agora, cumprirá a pena de 27 anos e três meses pela trama golpista.

Na decisão em que determinou que Bolsonaro continue na sala de Estado-Maior na PF, Moraes ainda determinou a realização de "exames médicos oficiais para o início da execução da pena, inclusive fazendo constar as observações clínicas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário".

Transferir Bolsonaro para a Penitenciária da Papuda agora provocaria uma comoção popular e política que o STF tenta evitar. Diante do inevitável trauma institucional de prender um ex-presidente da República condenado por tentativa de golpe, a ordem na Corte é que isso seja feito da forma mais discreta possível.

A premissa funcionou quando Moraes determinou a prisão preventiva de Bolsonaro no sábado. Os agentes não divulgaram imagens do ex-presidente sendo levado para a carceragem da Polícia Federal, em uma mostra de que a instituição segue a mesma recomendação de tentar manter o fogo baixo.

Na segunda-feira, 24, houve troca de película da porta onde o ex-presidente foi avistado por fotógrafos no dia anterior, na intenção de preservar tanto quanto possível a imagem do réu.



Um dos objetivos é ressaltar a diferença no estilo do atual comando da PF em relação à época da Lava Jato. Quando Luiz Inácio Lula da Silva foi preso, em 2018, havia uma multidão de apoiadores do petista no local, o que ressaltou a divergência política por trás da medida imposta pelo então juiz Sérgio Moro.

O comprometimento com a descrição da prisão de Bolsonaro não vem apenas do STF e da PF. No dia 17, o comandante do Exército, Tomás Paiva, pediu a Moraes que os militares condenados pela trama golpista não fossem algemados no momento da prisão. A conversa ocorreu na residência do general, em Brasília. O ministro da Defesa, José Múcio, também estava presente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

HELENO, PAULO SÉRGIO E GARNIER VÃO PARA PRISÃO MILITAR EM BRASÍLIA. BRAGA NETTO FICA NO RIO

Do Estadão Conteúdo

Enquanto Jair Bolsonaro ficará na sede da Polícia Federal em Brasília, os oficiais-generais condenados por tentativa de golpe de Estado no mesmo processo ficarão presos em instalação militar. Essa foi a determinação do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, para os ex-generais Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira e o ex-almirante Almir Garnier.

A informação da ordem de detenção para início da pena foi confirmada por integrantes do Exército e da Polícia Federal. Os generais ficarão detidos no Comando Militar do Planalto. A ordem de prisão foi executada pelo próprio Exército de forma coordenada e com participação da Polícia Federal.

Moraes também determinou a execução da pena do general Braga Netto, que já está detido em quartel no Rio de Janeiro. Ele permanecerá no mesmo local onde já estava preso.

O prazo para apresentação de recursos se encerrou às 23h59 de segunda-feira, última chance para contestar o acórdão da Primeira Turma que rejeitou os primeiros embargos de declaração e confirmou as condenações por tentativa de golpe de Estado. Parte das defesas protocolou novos recursos no limite do prazo, mas Moraes rejeitou os pedidos e certificou o trânsito, abrindo caminho para o início do cumprimento definitivo das penas.

Com a certificação do trânsito em julgado, as prisões passam a valer como execução da pena, inicialmente em regime fechado.

O general Augusto Heleno, que chefiou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo Bolsonaro, foi condenado a 21 anos de prisão em regime inicial fechado. Já Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, recebeu pena de 19 anos. Walter Braga Netto, que foi ministro da Casa Civil e também da Defesa, foi condenado a 26 anos. O almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, também foi condenado a 24 anos de prisão em regime inicial fechado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

ANDERSON TORRES, EX-MINISTRO DA JUSTIÇA, VAI CUMPRIR SUA PENA NA 'PAPUDINHA'

Do Estadão Conteúdo

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres vai cumprir pena por crime de tentativa de golpe de Estado no presídio da Papuda, na capital federal. A ordem de início de cumprimento de pena foi assinada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Moraes mandou Anderson Torres cumprir pena em cela do 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha, que fica dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, no DF. O local é destinado à prisão de policiais. Torres é delegado da Polícia Federal.

Conforme a condenação, 21 dos 24 anos de prisão serão em regime fechado. Nesta terça, o advogado Eumar Roberto Novacki afirmou que apresentaria o ex-ministro à polícia, caso fosse intimado.

Na segunda-feira, ele pediu ao ministro Alexandre de Moraes para que Anderson Torres fosse autorizado a cumprir a pena na Superintendência da Polícia Federal, onde está o ex-presidente Jair Bolsonaro, ou no Batalhão de Aviação Operacional. Mas não foi atendido.

Segundo os advogados, Torres está em acompanhamento psiquiátrico e utiliza antidepressivos, conforme prescrição médica anexada ao processo. Eles afirmaram que o sistema prisional comum não oferece condições adequadas para o acompanhamento terapêutico necessário ao ex-ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

STM DEVE JULGAR PERDAS DE PATENTES DE BOLSONARO E DOS OUTROS MILITARES CONDENADOS

Alexandre de Moraes determinou que a Justiça Militar e o Ministério Público Militar (MPM) sejam comunicados das sentenças dos envolvidos na trama golpista

Da Agência Brasil



De acordo com a Constituição, oficial das Forças Armadas pode ser expulso das forças no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão por condenação criminal

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta terça-feira (25) que a Justiça Militar e o Ministério Público Militar (MPM) sejam comunicados sobre a execução das condenações do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros militares das Forças

Armadas na ação penal da trama golpista.

Com a declaração de trânsito em julgado das condenações e as prisões dos acusados, o ex-presidente, que é capitão da reserva do Exército, os generais Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier deverão ser alvo de uma ação de perda do oficialato e serão julgados pelo Superior Tribunal Militar (STM).

"Oficie-se à presidência do Superior Tribunal Militar e à Procuradoria Geral do Ministério Público Militar, nos termos do art. 142, parágrafo 3º, VI e VII, para decidir sobre a perda do posto e da patente de Jair Messias Bolsonaro", despachou o ministro.

De acordo com a Constituição, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso das forças no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão por condenação criminal. Não há prazo para o Ministério Público Militar solicitar a perda das patentes ao STM.

As defesas de quatro réus do Núcleo 1 chegaram a apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) novos recursos na ação penal que tinha como alvo o núcleo central da trama golpista, que pretendia manter o ex-presidente Jair Bolsonaro ilegalmente no poder.

Os advogados dos generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, bem como do almirante Almir Garnier, insistiram mais uma vez na inocência de seus clientes. Mas nada disso mudou a história do processo.

A defesa de Mauro Cid, delator da trama golpista, não apresentou nenhum recurso. O tenente-coronel do Exército já cumpre a pena reduzida de dois anos em regime aberto, a qual foi condenada após ter reconhecida a utilidade de seus depoimentos para esclarecer o caso.

Na prisão

Em outra decisão, Alexandre de Moraes autorizou nesta terça-feira (25) que o ex-presidente Jair Bolsonaro receba alimentação especial na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, onde está preso.

Com isso, uma pessoa previamente cadastrada pela defesa poderá entregar a comida ao ex-presidente no horário que for estipulado pela corporação. O pedido de alimentação especial foi feito pelos advogados de Bolsonaro.

Moraes determinou que a Polícia Federal deverá fiscalizar e registrar os alimentos que forem levados ao ex-presidente. Com a declaração do trânsito em julgado, a prisão de Bolsonaro passou a ser definitiva, e não mais preventiva. Ele, assim como outros cinco já vão cumprir pena. A exceção é o deputado Alexandre Ramagem, que está foragido, nos Estados Unidos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

MORAES DETERMINA CASSAÇÃO DO MANDATO DE RAMAGEM E PRETENDE PEDIR SUA EXTRADIÇÃO

Segundo o ministro, a perda do mandato deve ser declarada pela Mesa da Câmara já que o deputado, condenado de forma definitiva, não pode mais exercer as funções parlamentares

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O ministro Alexandre de Moraes determinou nesta terça-feira, 25, que a Câmara dos Deputados declare a perda do mandato do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). A ordem aparece na mesma decisão em que o ministro certifica o trânsito em julgado da ação penal da trama golpista, na qual Ramagem foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão em regime inicial fechado.

Ramagem deixou o País em setembro, após ser condenado pelo Supremo, e é considerado foragido. Moraes afirma que, com a execução definitiva da pena e o início do cumprimento em regime fechado, o deputado fica impossibilitado de comparecer às sessões legislativas, o que torna a cassação obrigatória segundo a Constituição.

No despacho, o ministro destaca que a perda do mandato deve ser declarada pela Mesa da Câmara porque Ramagem, condenado de forma definitiva, não pode mais exercer as funções parlamentares. A Constituição prevê a cassação quando há condenação criminal transitada em julgado.

A ordem integra o mesmo despacho em que Moraes rejeita os últimos recursos apresentados pelas defesas na ação penal do golpe, determina o trânsito em julgado e põe fim à fase recursal.

A condenação de Ramagem foi fixada em 16 anos, um mês e 15 dias de prisão em regime inicial fechado, além de 50 dias-multa, por ter utilizado a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitoramento ilegal de adversários políticos e dar suporte a tentativas de ruptura institucional.

Alexandre de Moraes também pretende pedir a extradição do deputado para cumprir a pena em regime inicial fechado. Interlocutores do ministro avaliam que o deputado é considerado "sabidamente foragido".

Moraes deverá pedir a inclusão do nome do parlamentar na lista de difusão vermelha da Interpol, o alerta para foragidos internacionais.

Mesmo proibido de deixar o Brasil e com o passaporte retido, Ramagem que chefiou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro fugiu para Miami, nos Estados Unidos, após a condenação no processo da trama golpista.

A prisão preventiva do deputado foi decretada por Moraes na última sexta-feira, 21. O próximo passo é acionar o Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), para solicitar a extradição.

Os trâmites dependem da colaboração do governo Donald Trump, que sancionou ministros do STF. Vistos foram cancelados e restrições financeiras foram impostas com base na Lei Magnitsky.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

BOLSONARO PODERÁ MIGRAR PARA O SEMIABERTO A PARTIR DE 2030? ENTENDA AS POSSIBILIDADES

Para ter a progressão de regime, um réu primário precisa cumprir 16% da pena se o crime tiver sido cometido sem violência ou grave ameaça. Caso contrário, percentual sobe para 25%

Do Estadão Conteúdo



Bolsonaro foi condenado por cinco crimes. A interpretação sobre a forma como eles foram cometidos ficará a cargo do STF quando houver um pedido de progressão de regime

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deverá cumprir ao menos quatro anos de prisão até que possa migrar para o regime semiaberto. Nesta terça-feira, 25, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou o trânsito em julgado da ação penal da trama golpista. Com a decisão, Bolsonaro começa a cumprir a pena de 27 anos e três meses de prisão por comandar uma tentativa de golpe de Estado,

ao lado de aliados próximos e integrantes das Forças Armadas.

Bolsonaro cumprirá a pena inicialmente em regime fechado, já que a condenação é de mais de oito anos de prisão. O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou que o ex-presidente permaneça na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, onde está preso preventivamente desde o último sábado, 22.

A Lei de Execução Penal determina que a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso quando o preso tiver cumprido um percentual dela, que varia de acordo com o crime cometido.

Para réu primário, como é o caso de Bolsonaro, o percentual a ser cumprido pode ser de 16% se o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, ou de 25% em casos com violência à pessoa ou grave ameaça.

O ex-presidente foi condenado pelos crimes de organização criminosa armada, deterioração de patrimônio tombado, dano qualificado contra o patrimônio da União, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Os dois últimos crimes exigem, segundo o Código Penal, o emprego de violência ou grave ameaça.

No entanto, a interpretação sobre a forma como os crimes foram cometidos ficará a cargo da Corte e ocorrerá após o pedido de progressão feito pela defesa do condenado.



Na avaliação do coordenador do Direito ESPM Marcelo Crespo, no caso de Bolsonaro, a pena foi imposta por crimes comuns praticados com violência ou grave ameaça, o que deve levar à aplicação do percentual de 25%.

"Isso significa que Jair Bolsonaro somente poderá deixar o regime fechado e migrar para o semiaberto após cumprir aproximadamente seis anos e nove meses de pena", calcula Crespo. "Como ele inicia o cumprimento agora, em novembro de 2025, a projeção legal indica que a data provável para essa progressão seria agosto de 2032", afirma.

Mas, caso a Corte entenda que os crimes de Bolsonaro foram cometidos sem violência ou grave ameaça, considerando 16% para o cálculo, o ex-presidente poderia migrar para o semiaberto provavelmente entre março e abril de 2030.

Redução da pena

Como regra, há ainda a possibilidade de remição da pena pelo trabalho ou estudo. Nesse caso, o réu tem direito a um dia de pena reduzido a cada 3 dias de trabalho. Crespo pondera que a aplicação depende das condições reais do estabelecimento prisional e da autorização do juízo responsável pela execução.

"Em cenários comuns, o trabalho no cárcere pode reduzir consideravelmente o tempo de cumprimento antes da progressão, mas, no caso específico de um ex-chefe de Estado sob custódia especial, a execução tende a ser mais restritiva, o que reduz a probabilidade de remições significativas", explica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

MPF PROCESSA CINCO PESSOAS E DUAS TRANSPORTADORAS POR BLOQUEIO DA DUTRA EM 2022

Grupo fechou a rodovia entre Jacareí e São José dos Campos, no Vale do Paraíba (SP), para protestar contra o resultado das eleições presidenciais de 2022

Do Estadão Conteúdo

O Ministério Público Federal ingressou com uma ação contra cinco pessoas e duas transportadoras acusadas de bloquearem a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), entre Jacareí e São José dos Campos, no Vale do Paraíba (SP), para protestar contra o resultado das eleições presidenciais de 2022.

A Procuradoria destaca que 'a interrupção do fluxo, em atos realizados entre 31 de outubro e 2 de novembro daquele ano, trouxe consequências severas' e, por isso, pede que os réus sejam condenados ao pagamento de indenizações por danos morais coletivos.

Os valores estabelecidos na ação variam de R\$ 5 mil a R\$ 40 mil por réu, 'de acordo com o grau de participação de cada um, a gravidade dos danos e os veículos utilizados'.

A Procuradoria aponta na ação Tiago Rosa Silvestre, Fabio Henrique da Conceição, Admilson Pereira da Silva, Abílio Carneiro Nunes, Elisangela Vendramin Amaral, Todacarga Transportes Ltda e Truck Simone Ltda. O Estadão busca contato com os citados. O espaço está aberto.

O MPF ressalta que os atos de 2022 tiveram 'motivação antidemocrática e acarretaram prejuízos à ordem social, à economia e a serviços essenciais'.

Os bloqueios em um dos principais eixos de circulação do país provocaram impactos sobre o escoamento de mercadorias, o deslocamento de pacientes para procedimentos emergenciais e o transporte de medicamentos e outros insumos de saúde, além de inúmeros contratemplos à população, afirma a Procuradoria.

"Tais consequências transcendem o mero transtorno individual, configurando um severo ataque à ordem pública e à economia nacional", argumenta o procurador da República Fernando Lacerda Dias, autor da ação. Segundo ele, "tal situação gera frustração em massa, sensação de insegurança e instabilidade social, ao demonstrar a vulnerabilidade da infraestrutura logística frente a atos ilegais."

Três réus foram identificados como líderes do movimento, liderado por um grupo de caminhoneiros com influência sobre profissionais autônomos do setor.

A ação do MPF abrange também a participação de dois acusados em outro bloqueio realizado na mesma região, em março de 2021, quando integrantes da categoria promoveram atos em diversos locais do país por reivindicações relacionadas ao transporte rodoviário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

FLÁVIO BOLSONARO COBRA VOTAÇÃO DO PROJETO DE ANISTIA E CULPA "FORÇAS OCULTAS" POR INÉRCIA

Senador também fez duras críticas à decisão de Moraes de manter seu pai preso na PF. "Ele tinha que ser colocado dentro da prisão domiciliar, no mínimo", disse

Do Estadão Conteúdo



Flávio Bolsonaro disse que, caso o projeto de anista seja votado e não seja aprovado, ele aceitaria o resultado

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) criticou nesta terça-feira, 25, a prisão definitiva de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e afirmou que "forças ocultas" têm impedido a votação do projeto de anistia. Segundo ele, a oposição respeitaria o resultado caso o texto fosse votado e rejeitado.

Flávio se refere ao projeto de lei da anistia, que inicialmente tinha como objetivo conceder anistia total e irrestrita aos condenados pelos atos de 8 de Janeiro.

O relator do projeto, Paulinho da Força (RepublicanosSP), contudo, tentou converter a ideia dos bolsonaristas em uma proposta que poderia ter mais adesão no Congresso, o chamado PL da Dosimetria para redução de penas. A discussão acabou perdendo força.

"Não consigo entender por que fica interdito esse debate por causa de forças ocultas, alheias, externas ao Congresso Nacional", disse o senador. "Pedimos ao presidente Hugo Motta, pedimos ao presidente Davi Alcolumbre que deixem o processo legislativo acontecer. Se a gente ganhar, respeita a decisão. Se a gente perder, a gente vai respeitar a decisão, mas temos que ir para o voto. Acreditamos que temos os votos", disse.

Além das críticas à tramitação do projeto, Flávio criticou o ministro do Supremo Alexandre de Moraes e a prisão definitiva do pai e defendeu que Bolsonaro seja transferido de volta para a prisão domiciliar. O senador afirmou parecer que "há uma força-tarefa para matar Bolsonaro".

"Foi um absurdo, ele tinha que ser colocado dentro da prisão domiciliar, no mínimo, que é onde ele tem os cuidados permanentes de familiares, onde a gente fica menos preocupado", disse.

O senador disse que Bolsonaro teve uma crise de solução na prisão. "Ele falou que tinha passado por uma crise de solução mais uma vez, e, obviamente, está psicologicamente abalado e está inconformado", afirmou.

Questionado se está arrependido de ter convocado uma vigília nas proximidades da casa de seu pai, Flávio respondeu: "Quem tem que se arrepender é o Alexandre de Moraes, de estar afrontando Deus do jeito que ele está fazendo".

Apoiadores criticam decisão do STF

Aliados do ex-presidente se manifestaram nas redes sociais sobre a prisão de Bolsonaro. O senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil, cobrou o compromisso de candidatos à Presidência da direita com o indulto ao ex-presidente. "O 1º critério absolutamente excludente! do nosso apoio ao presidente em 26 é se comprometer a conceder indulto e perdão ao presidente Bolsonaro, extensivo aos que participaram das depredações do 8 de janeiro. Direto e reto."

O deputado federal Mário

Frias (PL-SP), secretário da Cultura no governo passado, também criticou a decisão do Supremo. "Não existe mundo ideal. O que existe é uma realidade dura, covarde e impiedosa. Há gente poderosa que se sentiu ameaçada por um presidente eleito pelo voto popular, sem conchavos e sem acordos obscuros", escreveu no X.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ministra da Mulher no governo Bolsonaro, disse que "não há como não se indignar com tamanha perseguição à direita, com um julgamento viciado, uma farsa montada para dar ares de legitimidade à arbitrariedade".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

PRESIDENTE DA CÂMARA APROVA PARECER QUE PROÍBE DEPUTADOS DE VOTAREM DO EXTERIOR

Decisão ocorre após Alexandre Ramagem registrar voto favorável ao projeto de lei antifacção, mesmo estando em Miami

Do Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), acolheu um parecer da Secretaria-Geral da Mesa que diz ser impossível que um deputado estando no exterior, sem ser em missão oficial, vote em sessões deliberativas semipresenciais da Casa, ainda que esteja em licença para tratamento de saúde.

A avaliação é feita após o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) registrar voto favorável ao projeto de lei antifacção, na semana passada, mesmo estando em Miami, nos Estados Unidos. Para o Supremo Tribunal Federal, Ramagem, condenado por tentativa de golpe, é considerado foragido.

Apesar de o parecer se moldar ao caso de Ramagem, a expectativa é a de que o deputado não tenha seu voto anulado. A avaliação é a de que o parlamentar conseguiu registrar o voto porque havia requerido licença médica, condição que permite aos deputados o voto à distância. No entanto, até então não se sabia que ele estava no exterior.

Agora, a Câmara diz que não é possível um deputado votar do exterior, mesmo estando em licença, e ressalta que cabe à Presidência da Câmara impedir o registro de presença e votação do mesmo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

SENADO APROVA APOSENTADORIA DE AGENTES DE SAÚDE

O texto do projeto é visto como uma retaliação ao Palácio do Planalto pela indicação de Jorge Messias ao STF. Resultado terá impacto bilionário aos cofres públicos

Do Estadão Conteúdo



A votação da matéria foi acompanhada por representantes dos agentes de saúde, que presenciaram a sessão da galeria do plenário do Senado

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira, 25, por 57 votos a zero, além de duas abstenções, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 185 de 2024, que regulamenta as aposentadorias de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE).

O resultado representa uma derrota para o governo federal devido ao impacto bilionário aos cofres públicos. O texto, visto como uma retaliação do Senado ao Palácio do Planalto pela indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), segue agora para a análise da Câmara.

Com exceção do Novo, todos os partidos orientaram voto favorável, incluindo o PT, mesmo com os alertas da área econômica do governo.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima que o texto possa causar um impacto de R\$ 103 bilhões aos municípios, ao elevar o déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que atualmente já supera a marca de R\$1,1 trilhão.

O Ministério da Fazenda não divulgou sua estimativa. Na segunda-feira, 24, o secretário executivo da pasta, Dario Durigan, adiantou que, caso o texto fosse aprovado pelo Congresso, o governo seria "obrigado" a vetá-lo e poderia acabar judicializando a questão no STF, se o veto for derrubado pelo Congresso.

Atualmente, as aposentadorias especiais para as duas categorias já estão previstas na Constituição, após uma emenda de 2022. O projeto aprovado, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), regulamenta os benefícios.

O texto determina uma idade mínima menor para os profissionais, aposentadoria integral e reajustes iguais aos da ativa. A Câmara aprovou uma proposta com objetivo semelhante, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, que está no Senado, mas o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), optou por pautar o projeto de Veneziano.

O texto de Veneziano determina que os agentes que se aposentarem terão direito a 100% da remuneração que recebiam no momento da aposentadoria. Também estabelece reajustes iguais aos servidores ativos de suas categorias e idades mínimas menores para concessão da aposentadoria: homens: 52 anos + 20 anos de efetivo exercício; e mulheres: 50 anos + 20 anos de efetivo exercício.

Há ainda uma concessão alternativa: homens: 52 anos + 15 anos na função + 10 anos de contribuição em outra atividade; e mulheres: 50 anos + 15 anos na função + 10 anos de contribuição em outra atividade.

As regras facilitadas também valerão a dirigentes sindicais que estiverem licenciados para cumprir mandatos das duas categorias. O projeto ainda garante concessão de aposentadoria por incapacidade permanente, resultante de doença profissional ou do trabalho; e direito à pensão por morte com integralidade e paridade. Caso aprovadas, as mudanças devem ser incorporadas em até 120 dias após a publicação da lei.



Alterações

Segundo o autor, Veneziano Vital do Rêgo, as alterações se justificam pelos riscos enfrentados pelas categorias. "Os agentes estão expostos a agentes agressivos devido à constante exposição a doenças infectocontagiosas, que vão deteriorando, degradando e que podem comprometer as condições de saúde dos ACS e ACE ao longo do tempo mais rapidamente que um cidadão comum, reduzindo por demais a sua capacidade laboral e afetando o seu bem-estar", disse na justificativa.

O projeto foi aprovado em 1º de outubro pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e, desde então, aguardava votação no plenário. O presidente do Senado anunciou na última quinta-feira 20, que o pautaria, o que foi visto como uma represália pela decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de indicar Jorge Messias ao Supremo. O presidente do Senado defendia o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para vaga no STF.

No plenário, o projeto foi relatado pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), de oposição ao governo. "O custo de não investir nos agentes de saúde é muito maior do que qualquer custo da aposentadoria especial. Cada R\$ 1 investido nesses profissionais, economiza-se de R\$ 4 a R\$ 7 em internações, tratamentos e procedimentos de alta complexidade", defendeu.

A votação da matéria foi acompanhada por representantes dos agentes de saúde, que presenciaram a sessão da galeria do plenário do Senado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/11/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTRO COBRA REDUÇÃO NO PREÇO DAS PASSAGENS E PROPOSTAS PARA FREAR JUDICIALIZAÇÃO

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CRÍTICAS E COBRANÇAS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, criticou o alto custo das passagens aéreas e cobrou das companhias brasileiras propostas concretas para reduzir a alta judicialização do setor, considerada um grande entrave ao desenvolvimento da aviação. A declaração foi feita durante sua participação na abertura do Airport National Meeting 2025, realizado pela Aeroportos do Brasil (ABR) nessa terça-feira, dia 25, em Brasília.

COMBUSTÍVEL EM QUEDA

O ministro apresentou dados que reforçam o questionamento às empresas: "No período entre dezembro de 2022 e abril de 2025, houve uma redução de 29% no custo do QAV (querosene de aviação), e nem por isso o preço das passagens abaixou", destacou.

PEDIDO DE PROPOSTAS

Costa Filho reforçou que, há mais de dois anos, o Governo solicita um programa de redução da judicialização, mas nenhuma proposta efetiva foi apresentada. "Conversei com cada ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e todos se sensibilizaram para o tema, mas até hoje as companhias aéreas não apresentaram nenhuma proposta", afirmou.

"O MAIS CARO DO MUNDO"

No mesmo evento, o CEO da companhia aérea Azul, John Peter Rodgerson, alertou para desafios estruturais que dificultam a queda de preços e o crescimento. Ele afirmou que o custo com processos judiciais para as empresas é de R\$ 1,5 bilhão ao ano e, ainda, que o combustível de aviação no Brasil ainda é "o mais caro do mundo".

MAIS LEILÕES

O ministro Silvano Costa Filho também destacou, na abertura do Airport National Meeting 2025, as medidas do Governo para reforçar a segurança jurídica e atrair investimentos, como a expansão do programa AmpliAR. Por meio dele, concessionárias assumem a gestão de aeroportos regionais deficitários (com VPL negativo) em troca de reequilíbrios contratuais, como redução de outorgas ou



extensão de prazos. O titular da pasta dos Aeroportos anunciou que 13 aeroportos regionais com VPL negativo serão leiloados na B3 na próxima semana, com a meta de entregar 30 aeroportos regionais à gestão privada em menos de 12 meses.

CRÉDITO

Costa Filho ainda afirmou que o Governo está estruturando uma agenda inédita de R\$ 5 bilhões em crédito para o setor.

NOVA META

No evento, o presidente da Aeroportos do Brasil (ABR), Fábio Rogério, celebrou o desempenho recorde do setor, mas defendeu que o País estabeleça como meta "pelo menos uma viagem por habitante por ano" para dobrar o tamanho do mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

DAVI ALCOLUMBRE REBATE DESCONFIANÇA E DIZ QUE VOTAÇÃO NÃO É RETALIAÇÃO AO GOVERNO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), aproveitou o anúncio da sessão do Congresso para rebater o discurso de que tem pautado projetos como represália ao governo pela indicação de Jorge Messias do Supremo Tribunal Federal. Alcolumbre defendia o nome de Rodrigo Pacheco (PSDMG), seu aliado.

"Jamais tomaria iniciativa em retaliação a qualquer coisa que seja. Tenho muita tranquilidade e serenidade da minha postura e conduta. Toda hora, alguém quer criar alguma crise ou conflito onde nunca existiu", declarou.

"O presidente do Congresso Nacional tem suas atribuições e ele não se furtará nem se omitirá em exercê-las", continuou.

Pouco antes dessa declaração, Alcolumbre marcou para 10 de dezembro a sabatina e votação da indicação de Messias. O calendário, considerado apertado, é visto como um desafio para Messias, por dar apenas duas semanas para que o governo articule os 41 votos necessários para aprovação da indicação. Messias sofre resistências da oposição e mesmo de aliados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

BRASIL ATINGE O MENOR PATAMAR DE POBREZA E DESIGUALDADE DOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Renda cresceu cerca de 70%, enquanto a taxa de extrema pobreza recuou de 25% para menos de 5%. Conforme o Ipea, melhores índices são de 2003 a 2014 e de 2021 a 2024.

Da Agência Brasil

O Brasil registrou, em 2024, os melhores resultados de renda, desigualdade e pobreza de toda a série histórica iniciada em 1995, segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo foi divulgado nesta terça-feira (25) a partir de dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mais dinheiro no bolso: segundo o estudo apresentado pelo Ipea, mais de 60% da redução da extrema pobreza entre 2021 e 2024 decorreu da melhora distributiva.

Ao longo de 30 anos, a renda domiciliar per capita cresceu cerca de 70%, o coeficiente de Gini (índice que mede concentração de renda) caiu quase 18% e a taxa de extrema pobreza recuou de 25% para menos de 5%.

O progresso foi irregular, concentrado entre 2003 e 2014, e retomado com força entre 2021 e 2024.



Após um ciclo prolongado de crises entre 2014 e 2021 — marcado por recessão, lenta recuperação e forte impacto da pandemia — a renda per capita atingiu seu menor patamar em uma década. A trajetória mudou a partir de 2021: em três anos seguidos, a renda média cresceu mais de 25% em termos reais, maior avanço desde o Plano Real, acompanhado de queda expressiva na desigualdade.

“Os resultados mostram que é possível reduzir intensamente a pobreza e a desigualdade, mas que esses movimentos também podem ser interrompidos ou mesmo revertidos por vários fatores. E que é importante combinar diferentes meios para alcançar esses objetivos fundamentais do país”, destacou Marcos Dantas Hecksher, autor do estudo ao lado de Pedro Herculano Souza.

Os pesquisadores atribuem a melhora recente ao aquecimento do mercado de trabalho e à expansão das transferências de renda, ambas responsáveis por quase metade da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza entre 2021 e 2024. Programas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial se mostraram mais efetivos após 2020.

No entanto, o efeito das transferências perdeu força em 2023 e 2024 com o fim do ciclo de expansão, enquanto o mercado de trabalho manteve forte influência sobre os indicadores sociais.

“As desigualdades precisam ser combatidas por meio de todas as políticas públicas. Não apenas por melhor direcionamento de gastos sociais aos mais pobres, mas também por uma distribuição mais justa dos impostos. É importante promover a produtividade do trabalho dos mais pobres e, ao mesmo tempo, reduzir a fatia dos recursos públicos que precisa ser destinada ao pagamento de juros da dívida pública aos mais ricos”, diz Hecksher.

Redução da pobreza

Em 2024, o país registrou os menores níveis de pobreza da série. Ainda assim, 4,8% da população vivia abaixo da linha de extrema pobreza (US\$ 3 por dia) e 26,8% abaixo da linha de pobreza (US\$ 8,30 por dia). Mais de 60% da redução da extrema pobreza entre 2021 e 2024 decorreu da melhora distributiva, segundo a decomposição apresentada pelo estudo.

A nota técnica aponta que o avanço observado no pós-pandemia tende a perder ritmo com o encerramento da expansão das políticas assistenciais, tornando o mercado de trabalho ainda mais determinante nos próximos anos. Os autores alertam que pesquisas domiciliares tendem a subestimar rendimentos muito altos e parte das transferências sociais, o que exige cautela na leitura dos resultados.

O documento conclui que o período recente marca uma mudança estrutural importante: depois de anos de estagnação ou retrocesso, os indicadores de renda, desigualdade e pobreza voltaram a melhorar ao mesmo tempo e de forma acelerada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

BC PERSEGUE CENTRO DA META DE INFLAÇÃO E OBRIGAÇÃO É USAR TAXA DE JUROS, DIZ GALÍPOLO

Segundo o presidente do Banco Central, a redução é lenta e o objetivo central é chegar aos 3% e não no limite de 4,5%

Do Estadão Conteúdo

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, voltou a reforçar nesta terça-feira, 25, que a autarquia persegue o centro da meta de inflação de 3%. “A determinação legal que recebi foi a meta 3%. E o instrumento que me foi conferido foi a taxa de juros. A obrigação do Banco Central é usar a taxa de juros para perseguir a meta de inflação”, disse, durante participação em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Galípolo frisou que o BC sempre vai seguir o comando legal daqueles que receberam o voto e fizeram a legislação. Também argumentou que é verdade que o Brasil sustenta taxas de juros mais elevadas do que seus pares, mas que o comando legal não é por a taxa de juros na mediana dos países emergentes. "Até porque, se fosse, seria uma coisa com pouco sentido econômico."

O presidente do BC também afirmou que ao longo deste ano, o BC não chegou a cumprir a meta em nenhum mês. "A meta não é a banda superior. A banda foi feita para saber que, dado que ela oferece flutuações, imaginar que você ia conseguir cravar uma inflação de 3% todo mês é pouco viável, é pouco factível", disse. "De maneira nenhuma, quem me deu o comando legal falou que a meta é 4,5%."

Também disse que as projeções do Focus e da Firmus indicam que o BC não vai conseguir cumprir a meta durante o mandato de Galípolo. "Eu vou passar o meu mandato inteiro sem cumprir a meta de inflação." Segundo ele, a inflação está se reduzindo, mas ainda de forma mais lenta do que o desejado. "Nós vemos essa inflação gradativamente reduzindo, mais lenta do que nós gostaríamos, mas ao mesmo tempo, isso emagrece o risco de você ter uma queda abrupta na atividade", afirmou.

Galípolo lembrou que no início do ano existiam aqueles que entendiam que a taxa de juros não ia dar conta, os céticos, e de outro lado, aqueles que avaliavam que o nível da Selic iria provocar uma redução abrupta da atividade. "Conforme o ano foi passando, esses dois riscos em todas as projeções e dados foi gradativamente emagrecendo."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

DÓLAR RECUA 0,34% COM FRAQUEZA GLOBAL DA MOEDA APÓS DIVULGAÇÃO DE DADOS NOS EUA

Com a publicação de informações sobre a inflação, investidores reforçam as apostas em corte de juros pelo Federal Reserve, em dezembro

Da Estadão Conteúdo



O dólar à vista terminou o dia em queda de 0,34%, a R\$ 5,3767. Foi o segundo pregão consecutivo de recuo da divisa, em aparente correção dos excessos da última sexta-feira

O dólar encerrou a sessão desta terça-feira, 25, em baixa moderada, na casa de R\$ 5,37, acompanhando a onda de desvalorização da moeda americana no exterior. Investidores reforçaram as apostas em corte de juros pelo Federal Reserve em dezembro após a divulgação de dados de inflação e atividade nos EUA que ficaram represados durante a paralisação (shutdown) da máquina pública.

O real, que costuma apresentar desempenho superior ao da maioria das divisas emergentes em dias de apetite ao risco, exibiu ganhos bem mais modestos que pares latino-americanos, como os pesos mexicano e chileno.

Operadores pontuam que a cautela fiscal limitou o fôlego da moeda brasileira. Houve receio com a apreciação pelo Senado do projeto de lei que regulamentará a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde, apelidado de pauta-bomba pelo impacto fiscal bilionário. O PL foi aprovado após o fechamento do mercado de câmbio.

Após mínima a R\$ 5,3576 por volta das 10h30, o dólar chegou a tocar pontualmente terreno positivo entre o fim da manhã e o início da tarde, quando superou o nível de R\$ 5,40 e registrou máxima a R\$



5,4130. O aprofundamento das perdas da moeda americana no exterior ao longo da segunda etapa de negócios voltou a jogar a divisa para baixo no mercado local.

O dólar à vista terminou o dia em queda de 0,34%, a R\$5,3767. Foi o segundo pregão consecutivo de recuo da divisa, em aparente correção dos excessos da última sexta-feira, quando avançou 1,18% e fechou acima de R\$ 5,40, no maior nível desde 17 de outubro. Com as perdas de hoje, a moeda volta a mostrar baixa em outubro (-0,07%). No ano, a desvalorização é de 13%.

O gerente da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, ressalta que a apreciação do projeto de lei dos agentes comunitários pelo Senado parece uma resposta do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal. Alcolumbre trabalhava pelo nome do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"O dólar cai aqui apenas porque o ambiente lá fora é favorável a moedas emergentes. O quadro fiscal ainda é muito frágil e essa disputa entre governo e Senado aumenta a percepção de risco", afirma Galhardo.

DXY

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY furou o piso dos 100,000 pontos e rondava 99,688 pontos no fim da tarde, em queda de cerca de 0,45%, após mínima aos 99,654. O índice de preços ao Produtor (PPI na sigla em inglês) de setembro veio em linha com as expectativas. Do lado da atividade, as vendas no varejo dos EUA subiram 0,2%, aquém das estimativas (0,3%).

"Os dados da economia americana que estão saindo após o fim do shutdown, corroboram a visão de que o Fed deve reduzir os juros em dezembro. Isso favorece o enfraquecimento do dólar no mundo e tem reflexos aqui", afirma a economista da Coface para América Latina, Patrícia Krause. Indicado pelo presidente Donald Trump ao Fed, o diretor Stephen Miran disse que a conjuntura "pede cortes nas taxas de juros", argumentando que a taxa de desemprego avança porque a "política monetária está muito restritiva".

À tarde, notícia da Bloomberg afirmou que o diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Kevin Hassett, é visto como favorito para substituir Jerome Powell no comando do Federal Reserve.

Entre indicadores locais, destaque para os resultados das contas externas em outubro. O déficit em transações correntes foi de US\$ 5,1 bilhões, acima da mediana de Projeções Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado (US\$4,4 bilhões), mas o menor para os meses de outubro desde 2022.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/11/2025

IBOVESPA TEM SEGUNDO DIA DE RECUPERAÇÃO MODERADA, PERTO DOS 156 MIL PONTOS

Leve alta no dia foi de 0,41%. Na semana, em duas sessões, o Ibovespa avançou 0,74% e, no mês, 4,26%, colocando o ganho acumulado no ano a 29,62%

Do Estadão Conteúdo

O Ibovespa obteve um segundo dia de alta discreta na casa dos 155 mil pontos, mas tendendo aos 156 mil no fechamento, como na segunda-feira, 24, em ajuste mais suave do que o observado nos principais índices de Nova York.

Ao fim, a referência da B3 mostrava ganho de 0,41%, aos 155.910,18 pontos, entre mínima de 154.821,35 e máxima de 156.373,21 pontos, tendo saído de abertura aos 155.278,10 pontos. O giro financeiro ficou, nesta terça-feira, 25, em R\$20,3 bilhões.

Na semana, em duas sessões, o Ibovespa avança 0,74% e, no mês, 4,26%, colocando o ganho acumulado no ano a 29,62%.

Em dia de queda ao redor de 1,5% para o Brent e o WTI em Londres e Nova York, as ações de Petrobras (ON 0,96%, PN -0,80%) destoaram do sinal positivo observado em blue chips como Vale (ON +0,78%) e bancos, com destaque para Santander (Unit +1,51%, na máxima do dia no fechamento). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Usiminas (+6,43%), C&A (+3,64%) e Magazine Luiza (+3,64% também). No lado oposto, Braskem (-3,72%), MBRF (-3,27%) e Prio (-2,65%).

"Ainda há alguma propensão a risco pela expectativa de corte de juros nos Estados Unidos em dezembro, que enfraquece adicionalmente o dólar", diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research. "Dia relativamente positivo, de recuperação, sem grandes notícias no radar, com o setor siderúrgico mostrando bom desempenho na sessão. O petróleo, por sua vez, foi afetado pela expectativa de aumento da oferta global da commodity, ante a possibilidade de cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia", aponta Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

NEGOCIAÇÕES PARA REDUZIR IMPACTO DO TARIFAÇO AVANÇAM, DIZ ALCKMIN

Ao abrir o Encontro Brasil-EUA, vice-presidente ressalta exclusão de 238 itens e defende coordenação entre governo e setor privado para ampliar acesso ao mercado americano

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O próximo passo é excluir mais produtos e reduzir alíquotas", disse o vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin, que participou do encontro promovido pela Amcham Brasil



Os impactos do tarifaço, as negociações do Brasil com o governo dos EUA e as medidas para ampliar o acesso dos produtos brasileiros àquele mercado foram temas da participação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, na abertura da terceira edição do Encontro Empresarial Brasil-EUA, nesta terça-feira (25).

Alckmin participou remotamente do encontro, que é promovido pela Amcham Brasil em São Paulo.

"É diálogo e negociação. O próximo passo é excluir mais produtos e reduzir alíquotas. Vamos acelerar o processo", afirmou Alckmin.

Nos últimos meses, os Estados Unidos eliminaram tarifas de 238 produtos, incluindo frutas, sucos, cafés e carnes, reduzindo para 22% a fatia das exportações brasileiras ainda sujeitas ao tarifaço, percentual que já foi de 36%. Outros 27% estão na Seção 232, alinhados à tributação global, e 51% entram no país com tarifa zero ou 10%.

Ao comentar as medidas adotadas pelo governo brasileiro, Alckmin destacou o Plano Brasil Soberano, com apoio para empresas impactadas e outras medidas, e ações do governo em áreas que podem ajudar nas negociações para retirada de todos os produtos das tarifas adicionais.

"O Brasil não ficou parado diante do tarifaço. Colocamos em campo um plano robusto para proteger as empresas afetadas, com R\$ 40 bilhões em crédito, juros menores e garantias ampliadas. Nosso objetivo é assegurar fôlego para quem perdeu mercado e manter a indústria brasileira competitiva", destacou.



Ele reforçou também a importância das ações de médio e longo prazos, voltadas à inserção do Brasil em setores de alto valor agregado e tecnologias emergentes.

“Estamos preparando o Brasil para a nova economia. Avançamos em temas estratégicos como data centers, inteligência artificial, energia renovável e minerais críticos. O programa Redata já está no Congresso e vai atrair investimentos de alto valor agregado para o país”, garantiu.

Diálogo e articulação

A secretária de Comércio Exterior (Secex) do Mdic, Tatiana Prazeres, participou do painel Diálogo com o Governo Brasileiro, realizado logo após a fala do presidente da República em exercício.

Ao lado do embaixador Fernando Pimentel, em um painel moderado pelo CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto, a secretária Tatiana destacou que os resultados recentes refletem avanços importantes na relação bilateral e reforçam o papel central do diálogo e da articulação entre governo e setor privado.

“Os avanços recentes mostram que o diálogo funciona. Vimos progressos concretos e é fundamental manter essa coordenação entre governo e setor privado para seguirmos ampliando o acesso do Brasil ao mercado americano. A relação Brasil–Estados Unidos é estratégica e exige dedicação permanente, e os resultados reforçam que estamos no caminho certo”, avaliou Tatiana Prazeres.

Ao longo do diálogo, houve debate com as autoridades presentes sobre elementos relevantes para a estratégia negociadora brasileira, reforçando o papel do setor empresarial na consolidação de posições conjuntas e no fortalecimento da agenda econômica entre Brasil e Estados Unidos.

Abrão Neto, por sua vez, falou sobre a plateia sobre o papel do setor empresarial na consolidação de posições conjuntas e no fortalecimento da agenda econômica entre Brasil e Estados Unidos.

“Este encontro reafirma algo que está na essência da Amcham: o compromisso de aproximar as duas maiores economias das Américas. A relação bilateral é indispensável, não apenas pela história que representa, mas pelo futuro que oferece aos nossos países”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

INDÚSTRIA QUÍMICA TERÁ NOVO PROGRAMA DE INCENTIVOS APÓS AVAL DO SENADO

Presiq prevê incentivos fiscais entre 2027 e 2031, voltados à modernização tecnológica, eficiência energética e competitividade internacional do setor

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebeneews

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou o projeto de lei que cria o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química, o Presiq. A proposta seguiu para a sanção presidencial. Conforme a redação do PL, as atividades que compõem esse setor terão acesso, entre outros benefícios, a incentivos fiscais para se modernizar tecnologicamente, descarbonizar, promover a eficiência energética e a integração com iniciativas cadeias globais de transformação.

O Presiq é fruto do PL 892/2025, de autoria do deputado federal Afonso Motta (PDT-RS), que comemorou o êxito da tramitação da proposta.

“O Presiq vai virar lei! Nosso projeto garante um novo ciclo de desenvolvimento para a indústria química brasileira. O programa moderniza o atual regime de incentivos, que se encerra em 2026, e estabelece investimentos de R\$ 20 bilhões entre 2027 e 2031 para descarbonizar o setor, ampliar o uso de insumos renováveis e fortalecer a competitividade internacional da nossa indústria. Agora, seguimos firmes para que essa conquista se transforme em mais inovação, sustentabilidade e oportunidades para o Brasil!”, declarou o deputado.

O texto prevê a redução da capacidade ociosa instalada, ou seja, os recursos que não são empregados no processo de produção industrial, além do aumento da competitividade industrial, e a instituição de incentivos específicos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outros benefícios previstos no texto incluem a redução de alíquotas de PIS e Cofins sobre produtos vendidos pelo setor no âmbito do atual Regime Especial da Indústria Química, o Reiq. Durante a votação do texto no plenário do Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) pediu a palavra para falar sobre sua abordagem em defesa da matéria junto ao Poder Executivo:

“Antes desta matéria ter sido votada na Câmara [dos Deputados], eu abordei com o ministro Fernando Haddad [da Fazenda] e construí um acordo de entendimento, de procedimento, para que não houvesse veto, e não houvesse redução do valor estabelecido pela Câmara em função da importância para a economia brasileira e para transição que a economia haverá de fazer na indústria de petroquímica”, declarou o senador.

No plenário do Senado, o projeto teve a relatoria da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB). O Presiq vai valer de janeiro de 2027 a dezembro de 2031, e a previsão de incentivos é de R\$15 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

MUNICÍPIOS VÃO CRIAR AGÊNCIA REGIONAL AMBIENTAL PARA AGILIZAR LICENÇAS DE TERMINAIS

Iniciativa discutida durante evento na ACS reúne prefeituras da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e projeta início das operações em 2026

Por MARCOS A. FERREIRA Do Jornal da Orla marcos.ferreira@jornaldaorla.com



Leopoldo Figueiredo, Rogério Oliveira, Cleiton Santos, Flávia Ramacciotti, Valdir Pereira Ramos Filho e Rodrigo Fernandes participaram do painel que discutiu o assunto na ACS

A Agência Regional Ambiental para destravar os processos burocráticos e dar celeridade às concessões de licenças ambientais deve iniciar atividades em meados de 2026. Esta é a expectativa do secretário de Meio Ambiente de Praia Grande, Valdir Pereira Ramos Filho. A ideia, lançada em junho pelo prefeito Alberto Mourão (MDB), a princípio com foco na atuação local, ganhou adeptos na Baixada Santista e Vale do Ribeira e vem sendo debatida, vislumbrando a regionalização.

O assunto centralizou o primeiro painel do “Invest Retroporto”, na manhã desta terça-feira (25), na Associação Comercial de Santos (ACS), numa iniciativa da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC).

Durante os debates sobre “Meio Ambiente e Segurança Jurídica para Investimentos”, a proposta da Agência Regional Ambiental recebeu apoio da secretária de Meio Ambiente Flávia Ramacciotti (São Vicente) e dos secretários Cleiton Jordão Santos (Cubatão) e Rodrigo Fernandes (Guarujá).

Valdir Pereira afirmou que tudo começou com uma ordem de serviço do prefeito Mourão, “para termos o licenciamento ambiental municipalizado e avançamos nas negociações para que isso fosse regionalizado”. De acordo com ele, a questão ambiental não se resolve em uma cidade só.

“Temos que ter uma integração, ações coordenadas. A Cetesb, que é o órgão estadual competente, está desenvolvendo um programa de municipalização ambiental, porque sabe que não tem perna



para atuar em 645 municípios. Então, considerando essa iniciativa, em junho de 2025 lançamos a carta de intenção de formação dessa agência regional e várias cidades assinaram, com exceção de Santos e Bertioga, que já fazem o licenciamento, e Guarujá, que ficou para um segundo momento, além de cidades do Vale do

Ribeira. Com base na legislação do Conselho de Meio Ambiente (Consema) 2024 e apoio do Governo do Estado, a gente vai estruturar e absorver o licenciamento de alto impacto local – é bom frisar esse ponto, porque a terminologia às vezes pode confundir: é alto impacto local”, explica.

Enquanto isso, Praia Grande continua seu projeto municipal: já realizou treinamento de 12 servidores para qualificar as análises dos pedidos de licença. Em Guarujá, conforme informou o secretário de Meio Ambiente, Rodrigo Fernandes, a Prefeitura está concluindo a “modelagem macro” do zoneamento ambiental, que inclui três Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e a zona industrial portuária e retroportuária.

A secretária Flávia Ramacciotti, de São Vicente, destacou que a digitalização de processos já reduziu o tempo para emissão de licenças para ações de baixo impacto.

O secretário Cleiton Santos, de Cubatão, destacou o diálogo da Administração Municipal com empresários e a importância dos programas habitacionais em desenvolvimento, “que tem retirado as famílias de áreas de risco e de preservação ambiental, oferecendo moradias dignas”.

O debate também contou com a participação de Rogério Oliveira, diretor da ABTTC, e do jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor-geral do Jornal da Orla e da Rede BE News.

Referência no Vale

De acordo com Valdir Pereira, os técnicos das prefeituras já estão debatendo e fazendo levantamentos sobre as demandas por licenciamento. Essas conversações vão subsidiar análises sobre a viabilidade da agência regional: vantagens, desvantagens, recursos necessários, entre outros pontos.

“Pedimos apoio à Agência Ambiental do Vale do Paraíba, a única consolidada e estabelecida para fazer o licenciamento, já com 18 municípios. A nossa ideia é que, quando a agência aqui inicie os licenciamentos. A gente quer que as análises sejam feitas com base em análise técnica legal e não tratado como mera burocracia, ou entrave ao desenvolvimento”, diz Valdir Pereira.

Ele afirma que, no Vale do Paraíba, processos de licenciamento que demoravam dois ou três anos levam de 25 a 30 dias. “Essa rapidez vai ajudar na proteção ambiental, porque, enquanto se espera anos pelo licenciamento, a área pode ser invadida, degradada, o terreno fica abandonado”.

Como vantagem, Valdir Pereira aponta, ainda, a questão do reinvestimento dos recursos, por exemplo, das multas. “Esse recurso vai para o Estado e será investido na área ambiental do Estado, não há obrigatoriedade de que seja no próprio município. Nós estamos falando de licenciamento ambiental e hoje quem faz é a Cetesb, que continuará na fiscalização e apoio à agência regional”.

Questionado se esse não era justamente o papel executivo da Agem, que foi desmontada pelo próprio Governo do Estado, o secretário de Praia Grande nega: “Não será uma agência vinculada ao Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb) ou à Agência Metropolitana (Agem), mas, por se tratar iniciativa regional, todos têm de ter ciência, e o prefeito Kayo Amado, que preside o Condesb, também apoia a iniciativa”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/11/2025

TRUMP DIZ QUE SÓ VAI SE ENCONTRAR COM ZELENSKI E PUTIN QUANDO ACORDO DE PAZ ESTIVER FINALIZADO

Tanto o presidente norte-americano, quanto os líderes europeus que participam de reuniões para buscar um acordo entre Rússia e Ucrânia, estão otimistas

Do Estadão Conteúdo



O plano de paz elaborado pelos Estados Unidos foi aprimorado, disse Trump, confiante de que Rússia e Ucrânia vão chegar a um acordo

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou na tarde desta terça-feira, 25, que espera se encontrar em breve com o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, e o líder russo, Vladimir Putin, mas somente quando o acordo para acabar com a guerra estiver finalizado ou em seus estágios finais.

"O plano de paz original de 28 pontos, que foi elaborado pelos Estados Unidos, foi aprimorado, com contribuições adicionais de ambos os lados, e restam apenas alguns pontos de desacordo", escreveu o republicano na Truth Social.

Trump também informou que direcionou seu enviado especial Steve Witkoff para se encontrar com Putin em Moscou e, ao mesmo tempo, o secretário do Exército americano, Dan Driscoll, se reunirá com os ucranianos.

"Serei informado sobre todo o progresso feito, junto com o vice-presidente JD Vance, o secretário de Estado Marco Rubio, o secretário de Guerra Pete Hegseth e a chefe de gabinete da Casa Branca Susie Wiles", acrescentou ele em postagem.

Líderes do continente europeu afirmaram ter feito "progresso" para encerrar a guerra entre a Rússia e a Ucrânia após uma reunião virtual da "Coalizão dos Dispostos" nesta terça-feira. O encontro acontece na esteira de outra rodada de negociações entre os Estados Unidos e oficiais dos dois países.

Dentre os participantes do encontro estavam o primeiro ministro britânico, Keir Starmer, o presidente da França, Emmanuel Macron, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio.

"Acredito que estamos avançando em uma direção positiva e há indicações de que, em grande parte, a maioria do texto pode ser aceito, como Volodimir Zelenski aponta", afirmou Starmer.

O premiê britânico disse, ainda, que a Coalizão deve continuar preparando garantias de segurança "robustas" para os ucranianos de que a Rússia não deve voltar a atacar. "Precisamos preparar o planejamento e o financiamento para construir a Força Futura da Ucrânia ... a Força Multinacional da Ucrânia será uma parte vital disso", pontuou.

Segundo a Reuters, o presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou, durante a reunião, que a Coalizão vai lançar um grupo de trabalho liderado pelos franceses e britânicos, mas com envolvimento da Turquia e dos Estados Unidos para definir as garantias de segurança à Ucrânia.

Paz duradoura

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que observou nos últimos dias e horas "progressos sólidos e encorajadores" para uma paz duradoura na Ucrânia. Segundo ela, os parceiros da Coalizão dos Dispostos se reuniram com o desejo de chegar a um acordo na região. Ela também agradeceu a presença do Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, durante a ligação.

"Precisamos de uma forte cooperação transatlântica. Porque ela traz resultados. Considere o impacto significativo de nossas ondas coordenadas e sucessivas de sanções contra a economia



russo. Estão reduzindo os recursos que a Rússia tem para travar sua guerra de agressão", escreveu von der Leyen na rede X.

A presidente da Comissão disse ainda que "a segurança da Ucrânia é a segurança da Europa", citando os ataques de Moscou nesta madrugada contra Kiev, com mísseis e drones chegando a violar o espaço aéreo da Moldávia e da Romênia.

«Os interesses da Ucrânia são os nossos interesses. Eles são inseparáveis. É por isso que continuaremos a apoiar firmemente a Ucrânia nas negociações futuras. Um ponto central é a questão do financiamento da Ucrânia, incluindo a utilização dos ativos soberanos russos imobilizados», acrescentou ela na postagem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025

DEMOCRATAS ACUSAM PRESIDENTE AMERICANO DE USAR FBI PARA INTIMIDAR CONGRESSISTAS

Senadora de Michigan disse que a divisão de contraterrorismo do FBI avisou a membros do Congresso que está abrindo uma investigação contra eles

Do Estadão Conteúdo

Legisladores democratas que apareceram em um vídeo nas redes sociais instando as tropas dos EUA a desafiarem "ordens ilegais" dizem que o FBI os contatou para começar a agendar entrevistas, sinalizando uma possível investigação sobre o assunto.

Isso marcaria a segunda investigação ligada ao vídeo, ocorrendo um dia após o Pentágono dizer que estava revisando o senador democrata Mark Kelly, do Arizona, por possíveis violações da lei militar. As ações do FBI e do Pentágono ocorrem depois que Donald Trump acusou os legisladores e disse que isso é "punível com a MORTE" em uma postagem nas redes sociais.

"O presidente Trump está usando o FBI como uma ferramenta para intimidar e assediar membros do Congresso", alegou um grupo de quatro membros democratas da Câmara em um comunicado nesta terça-feira, 25. "Ontem, o FBI contatou os sargentos de armas da Câmara e do Senado solicitando entrevistas."

A senadora de Michigan Elissa Slotkin, uma das seis legisladoras democratas no vídeo, disse a repórteres nesta terça que "na noite passada, a divisão de contraterrorismo do FBI enviou uma nota aos membros do Congresso, afirmando que estão abrindo o que parece ser uma investigação contra nós seis."

O gabinete da Senadora Kelly também recebeu contato do FBI por meio do Sargento de Armas do Senado. O porta-voz de Kelly enfatizou: "O senador não se deixará silenciar pela tentativa do presidente Trump e do secretário de Guerra Hegseth de intimidá-lo e impedi-lo de exercer suas funções."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/11/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

HADDAD AFASTA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS E DIZ QUE TESOURO SÓ DARÁ AVAL PARA EMPRÉSTIMO COM PLANO 'CONSISTENTE' DE REESTRUTURAÇÃO

Ministro disse que empresa precisa aliar serviços postais com outras funções para retomar sustentabilidade

Por Bernardo Lima — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Diogo Zacarias/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que o governo do presidente Lula não debate a privatização dos Correios, diante da maior crise da estatal, que busca um empréstimo bilionário para reforçar o caixa. Segundo ele, o Tesouro Nacional só dará aval a esse financiamento caso a empresa apresente um plano de reestruturação “consistente”.

— Não vejo debate dentro do governo sobre privatizar os Correios. Não vejo nenhum ministro propondo isso. Até porque fizemos um levantamento recente sobre a situação dos serviços postais no mundo: é muito difícil o Estado abrir mão desses serviços, até porque parte deles é subsidiada para garantir a universalização — disse o ministro à GloboNews.

Segundo Haddad, outros países têm agregado os serviços postais a outras funções (financeiras, previdenciárias, secundárias) para garantir a sustentabilidade do serviço postal universal, como o que é garantido pelos Correios.

— É isso que estamos discutindo com a nova diretoria — completou.

Diante de uma crise sem precedentes em sua história, os Correios correm contra o tempo para conseguir um empréstimo de ao menos R\$ 10 bilhões no curto prazo. No curto prazo, a cúpula da estatal espera ao menos este montante para reequilibrar as contas, pagar dívidas em atraso e colocar de pé um plano de reestruturação que permita sua sustentabilidade no médio e longo prazo.

O Tesouro Nacional deve atuar como avalista desta operação. Ou seja, caso os Correios não consigam pagar, o órgão deve honrar com os compromissos de pagamento do empréstimo.

Haddad garante que o Tesouro só dará o sinal verde para a operação caso a empresa apresente um plano de reestruturação adequado às necessidades da estatal.

— O que nós falamos é o seguinte: qualquer solução para esse caso vai passar necessariamente por um plano de reestruturação. Não há como o Tesouro Nacional pensar em algo que não passe por um plano de reestruturação aprovado pelo Tesouro Nacional, que é de quem se pede o aval justamente para conseguir viabilizar financeiramente esse plano

O ministro frisou que uma eventual atuação do Tesouro como garantidor de empréstimo só será aprovada se o plano de reestruturação da empresa “for apresentado de maneira consistente”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/11/2025

TOFFOLI SUSPENDE TODOS OS PROCESSOS SOBRE INDENIZAÇÃO POR ATRASO OU CANCELAMENTO DE VOOS

STF vai decidir se as normas para essas situações devem ser a do Código Brasileiro de Aeronáutica ou do Código de Defesa do Consumidor

Por Daniel Gullino e Bernardo Lima — Brasília

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de todos os processos judiciais que questionam as regras de responsabilidade das empresas aéreas sobre cancelamento, alteração ou atraso de voo por motivo de caso fortuito ou força maior.

A suspensão vale até que o STF decida se as normas para essas situações devem ser a do Código Brasileiro de Aeronáutica ou do Código de Defesa do Consumidor. Não há data para o julgamento ocorrer.



Aeroporto Tom Jobim - Galeão — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

Toffoli afirmou que há decisões conflitantes no Judiciário, o que traria insegurança tanto para as empresas quanto para os consumidores.

"Penso que, dessa maneira, será possível evitar tanto a multiplicação de decisões conflitantes quanto a situação de grave insegurança jurídica daí decorrente, a qual aflige, igualmente, empresas de transporte aéreo de passageiros e consumidores

desse serviço, como também e, sobretudo, desestimular, por ora, a litigiosidade de massa e/ou predatória", argumentou o ministro, ao defender a suspensão.

O caso chegou ao STF a partir de um recurso da companhia aérea Azul, que foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) a indenizar um passageiro com base no Código de Defesa do Consumidor. Em agosto, os ministros determinaram que o processo deve ter repercussão geral. Ou seja, o que ficar definido vale para todos os casos semelhantes.

Yan Meirelles, advogado especialista em direito cível e do consumidor, que é sócio do escritório Pessoa & Pessoa, afirma que a definição sobre qual sistema deve prevalecer possui impacto direto na delimitação da responsabilidade civil das companhias aéreas nos episódios motivados por caso fortuito ou força maior (má condições do tempo, por exemplo).

— Discute-se se a responsabilidade civil deve permanecer rigidamente objetiva, com amplas possibilidades de indenização, ou se deve ser modulada pelos parâmetros técnicos do setor, que admitem a ocorrência de eventos inevitáveis e alheios ao controle das empresas — afirmou.

A suspensão dos processos foi solicitada pela própria Azul e pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). A empresa e instituição argumentaram há tratamento desigual em casos idênticos e que isso compromete a isonomia e sobrecarrega o Judiciário.

A CNT ainda acrescentou que essa insegurança jurídica têm um efeito negativo nos preços de passagens e desincentiva a entrada de novas empresas aéreas no mercado.

Em nota, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) se declarou preocupada com o "avanço da indústria da judicialização sobre o setor aéreo e entende que a decisão desta quarta-feira (26/11), do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, tem como objetivo inibir a litigância predatória". A Associação alega que a judicialização do tema vem "atingindo níveis alarmantes", e causando grandes prejuízos aos passageiros e serviços aéreos do país.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/11/2025

PENTÁGONO DIZ QUE ALIBABA, BAIDU E BYD DEVEM SER ADICIONADAS À LISTA DE EMPRESAS QUE APOIAM O EXÉRCITO CHINÊS

A lista 1260H não acarreta em consequências legais diretas, mas funciona como um alerta importante para investidores americanos

Por Bloomberg — Washington



Pentágono conclui que Alibaba, Baidu e BYD têm ligações com o exército chinês — Foto: Daniel SLIM / AFP

O Pentágono concluiu que Alibaba, Baidu e BYD devem ser adicionadas a uma lista de empresas que apoiam o Exército de Libertação Popular da China, segundo uma carta enviada ao Congresso cerca de três semanas antes de Donald Trump e Xi Jinping concordarem com uma ampla trégua comercial.

O subsecretário de Defesa, Stephen Feinberg, informou aos legisladores sobre essa conclusão na carta datada de 7 de outubro, cuja cópia foi vista pela Bloomberg News, e que foi enviada aos presidentes dos comitês de Serviços Armados da Câmara dos Deputados e do Senado.

Não estava claro se as empresas foram formalmente incluídas na chamada lista 1260H do Pentágono, que não acarreta consequências legais diretas, mas funciona como um alerta importante para investidores americanos.

Feinberg afirmou que as três empresas, juntamente com outras cinco — Eoptolink Technology, Hua Hong Semiconductor, RoboSense Technology, WuXi AppTec e Zhongji Innolight — merecem ser incluídas na lista 1260H, que identifica empresas ligadas ao Exército chinês que operam nos EUA.

A lista é publicada anualmente, e a versão mais recente, atualizada em janeiro antes de Trump assumir o cargo, não as inclui.



Stephen Feinberg, subsecretário de Defesa dos EUA — Foto: Kent Nishimura/Bloomberg

“Em nossa revisão das informações mais recentes disponíveis, o Departamento identificou oito entidades que determinou serem ‘empresas militares chinesas’ de acordo com a lei e que devem ser adicionadas à lista 1260H”, escreveu Feinberg na carta.

A mensagem foi redigida antes da cúpula de 30 de outubro entre Trump e Xi na Coreia do Sul, onde concordaram com um pacote de medidas que incluiu redução de tarifas e compromissos para suspender certos controles de exportação. Um porta-voz do Pentágono não respondeu ao pedido de comentários.

Em comunicado, o Ministério das Relações Exteriores da China afirmou que “se opõe consistentemente à prática dos EUA de definir a segurança nacional de forma excessivamente ampla, estabelecer listas discriminatórias sob diversos pretextos e reprimir injustificadamente empresas chinesas”.

“Instamos os EUA a corrigirem imediatamente suas ações equivocadas, e tomaremos as medidas necessárias para salvaguardar firmemente os direitos e interesses legítimos das empresas chinesas”, acrescentou o ministério.

Os representantes de todas as empresas chinesas mencionadas na carta não responderam imediatamente aos pedidos de comentário.

IA e robótica

A inclusão de várias empresas chinesas de destaque na versão de janeiro provocou uma forte queda nas ações, afetando Tencent e Contemporary Amperex Technology, fabricante de baterias para a Tesla e outras montadoras. A inclusão representaria um sério desafio para a Alibaba, que está intensificando seus esforços para competir globalmente em inteligência artificial, assim como para as demais empresas.

No início do mês, um memorando da Casa Branca, revelado pelo Financial Times, afirmou que a Alibaba havia fornecido apoio tecnológico ao Exército chinês contra alvos nos EUA. A empresa rejeitou as acusações, classificando-as como “completamente falsas” e como uma “operação de relações públicas maliciosa” projetada “para minar o recente acordo comercial do presidente Trump com a China”.

Tanto Innolight quanto Eoptolink são fabricantes líderes de transceptores ópticos, essenciais para conectar chips de IA em clusters, e foram identificadas pela Nvidia como parceiras de seu ecossistema. A RoboSense, que fornece sensores amplamente utilizados em condução autônoma e robótica, também aparece como parceira na plataforma de condução autônoma da Nvidia.

A lista, publicada pela primeira vez em 2021, já inclui mais de 130 entidades acusadas de colaborar com o Exército chinês. Entre os nomes estão companhias aéreas, empresas de construção, transportadoras marítimas, fabricantes de hardware e empresas de comunicações.

Uma análise do escritório jurídico Hogan Lovells observou que a inclusão na lista 1260H tem “diversas implicações diretas e indiretas”, entre elas restrições a contratos com o Departamento de Defesa dos EUA, possível inclusão em outras listas de partes restritas, danos reputacionais e maiores custos de conformidade.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/11/2025

IRMÃOS BATISTA AMPLIAM NEGÓCIO DE COURO E ANUNCIAM FUSÃO COM A VIVA, CRIANDO GIGANTE DO SETOR

Nova empresa terá capacidade de processar 20 milhões de unidades de couro por ano

Por João Sorima Neto — São Paulo



JBS Couros amplia negócio e anuncia fusão com a Viva — Foto: Reprodução / JBS Couros

A JBS Couros, dos irmãos Batista, está expandindo sua atuação no setor e anunciou a união com a Viva, empresa também especializada em processamento de couros, criando uma nova companhia no segmento, a JBS Viva. A joint venture nasce como líder no setor, segundo comunicado divulgado pelas empresas, com 35 fábricas e 11 mil funcionários, distribuídos no Brasil, Itália, Uruguai, Argentina, México e Vietnã.

A JBS Viva vai atuar no processamento e na comercialização de peles e a joint venture amplia a presença da empresa em diferentes mercados. De acordo com o comunicado, a JBS Viva terá capacidade de processar 20 milhões de unidades de couro por ano. Não foi informado se a criação da joint venture envolve desembolso financeiro pela JBS ou pela Viva.

“A união com a Viva abre novas oportunidades para todos os mais de 7 mil colaboradores da JBS Couros, que agora passam a fazer parte de um negócio ainda mais robusto e preparado para competir globalmente”, afirmou o CEO Global da JBS, Gilberto Tomazoni.

A JBS terá 50% de participação da nova companhia, e o grupo Viva outros 50%. A nova companhia terá um Conselho de Administração com participação equivalente entre os dois grupos. O presidente do conselho e o diretor financeiro serão indicados pela JBS. Já o CEO da nova empresa e o diretor de operações serão indicados pela Viva.

De acordo com o comunicado, a conclusão do negócio, aprovado pelo Conselho de Administração da JBS, está sujeita a condições precedentes usuais a esse tipo de transação e à aprovação dos órgãos competentes.

A Viva nasceu da fusão das empresas Viposa, de Santa Catarina, e da Vancouros, do Paraná, negócio aprovado ano passado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que regula a concorrência do mercado. Foram cinco anos de negociação para a fusão. A Viva nasceu com capacidade de processamento de sete milhões de unidades de couro ao ano e faturamento de R\$ 3,1 bilhões.

A JBS Couros foi criada em 6 de agosto de 2009 como uma empresa independente do grupo, atuando especificamente no mercado de couro. A empresa utiliza majoritariamente a matéria-prima (couro bovino) das operações de abate de gado da própria JBS. Desde sua criação, a JBS Couros já lançou cerca de 2 mil produtos no mercado, com diferentes cores, texturas e designs, destinados ao segmento de moda e lifestyle.

A divisão de negócios de couro da JBS criou o conceito KindLeather de processamento, que considera a rastreabilidade da matéria-prima, sem desperdícios, e com impacto ambiental reduzido. Nesse processo de produção há reaproveitamento de resíduos e uso de produtos químicos mais sustentáveis, que buscam tornar o processamento mais sustentável.

“A cadeia do couro permanece estratégica, reforçando a visão da JBS de que sustentabilidade e rentabilidade caminham juntas”, destacou no comunicado Guilherme Motta, líder da JBS Couros, lembrando que o couro é transformado em diferentes produtos, como calçados e bolsas, além de revestimento para estofamento de veículos e móveis.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/11/2025

TRUMP DIZ QUE XI CONCORDOU EM AUMENTAR COMPRA DE SOJA DOS EUA, APÓS CONVERSA POR TELEFONE

Além do volume de compras agrícolas, EUA e China buscam chegar a um acordo sobre os termos que Pequim se comprometeu a oferecer para exportações de terras-raras e minerais críticos

Por Bloomberg — Washington



Donald Trump e Xi Jinping — Foto: Getty Images via Bloomberg

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que pediu ao presidente chinês, Xi Jinping, que aumentasse a velocidade e o volume das compras agrícolas e afirmou que Pequim havia “mais ou menos concordado” em fazê-lo.

— Acho que ele vai surpreender muito vocês positivamente — disse Trump a repórteres a bordo do Air Force One na terça-feira. — Acho que ele vai, eu



pedi a ele: 'Gostaria que vocês comprassem um pouco mais rápido, gostaria que comprassem um pouco mais'. E ele mais ou menos concordou com isso. "Trump e Xi tiveram uma ligação de uma hora na segunda-feira para discutir comércio e as tensões em andamento entre China e Japão sobre Taiwan. Trump também conversou com a primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, para informá-la sobre a conversa, e o presidente dos EUA descreveu esse diálogo como "ótimo".

— Acho que aquela parte do mundo está indo bem — disse Trump.

China e Japão têm estado envolvidos em um confronto desde que Takaichi afirmou, no início deste mês, que um ataque hipotético da China a Taiwan poderia resultar em uma resposta militar de Tóquio. Pequim vê a ilha como seu próprio território e repudiou as declarações de Takaichi, exigindo uma retratação.

Desde então, a China emitiu um aviso para evitar viagens ao Japão, suspendeu a exibição de alguns filmes japoneses e proibiu a importação de frutos do mar japoneses. Ambos os países também intensificaram exercícios militares, com a China anunciando patrulhas no Mar da China Oriental e o Japão revelando planos de implantar mísseis em uma área próxima a Taiwan.

Os esforços de Trump para mediar esse conflito ocorrem enquanto os EUA também pressionam a China para resolver detalhes-chave de uma trégua firmada entre os líderes durante seu encontro no mês passado na Coreia do Sul.

As duas nações buscam chegar a um acordo sobre os termos de "licenças gerais" que a China se comprometeu a oferecer para exportações de terras-raras e minerais críticos com destino aos EUA até o fim do mês. Trump também espera acelerar as compras chinesas de soja americana após um boicote efetivo durante a maior parte do ano, em resposta ao aumento de suas tarifas.

Na semana passada, a China fez a maior compra de soja dos EUA para o ano comercial de 2025-2026, maior compra diária em dois anos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRASIL GASTA R\$ 20 BI COM REMUNERAÇÕES ACIMA DO TETO E LIDERA RANKING DE SUPERSALÁRIOS; VEJA PAÍSES

País tem o maior contingente de servidores com supersalários na comparação com outros dez países pesquisados; tema é ponto de discussão da reforma administrativa

Por Luiz Guilherme Gerbelli

BRASÍLIA - O Brasil gastou R\$ 20 bilhões em um ano com remunerações a servidores públicos acima do teto constitucional. O País lidera um ranking com o maior número de servidores com supersalários na comparação com outros dez países, de acordo com estudo conduzido pelo Movimento Pessoas à Frente e pela República.org. O tema é um dos principais pontos da proposta de reforma administrativa em tramitação na Câmara.

São quase 53,5 mil servidores ativos e inativos que recebem acima de R\$ 46.366,19, valor permitido por lei e que equivale ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A Argentina aparece na segunda colocação, com 27 mil servidores nessa condição. Os Estados Unidos ocupam a terceira posição - foram encontrados 4.081 casos.

Além desses três países, o estudo, encomendado ao pesquisador Sergio Guedes-Reis, da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD), apurou a situação de Alemanha, Chile, Colômbia,

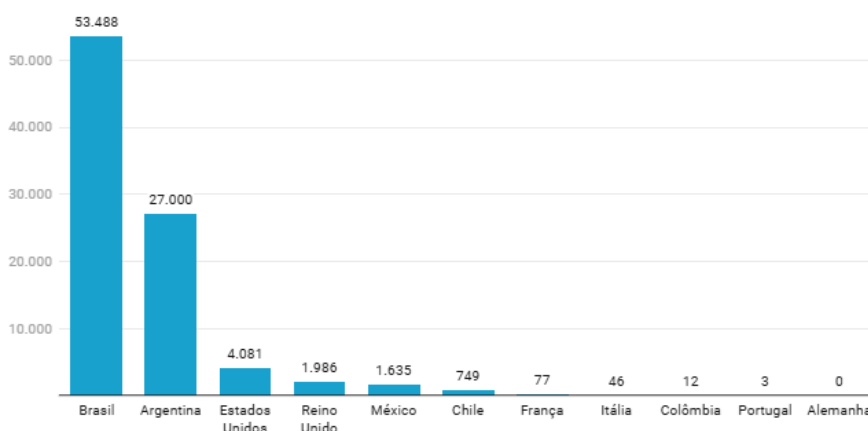
França, Itália, México, Portugal e Reino Unido. Nos países sem um teto constitucional determinado, foram considerados os salários do presidente e do primeiro-ministro.

Os 53,5 mil servidores que recebem supersalários representam apenas 1,34% dos cerca de 4 milhões de servidores ativos e inativos analisados. Em valores, o Brasil gastou R\$ 20 bilhões entre agosto de 2024 e julho deste ano com remunerações acima do teto constitucional.

“Quando a gente olha para essa situação dos supersalários concentrados em pouquíssimas carreiras, em pouquíssimos servidores públicos, percebemos que essa situação tem a ver com carreiras que são mais estruturadas, têm mais poder de influência e que acabam abocanhando mais recursos públicos para turbinar seus salários”, afirma Jessika Moreira, diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente, organização da sociedade civil que elabora estudos e diretrizes sobre a gestão pública do País.

Ranking dos supersalários

Brasil é líder em número de servidores com salário acima do teto constitucional



Fonte: Movimento Pessoas à Frente e República.org - [Obter dados](#)

No Brasil, a amostra do estudo apurou os salários de algumas áreas do Poder Executivo, como Advocacia-Geral da União, Banco Central e Forças Armadas; das magistraturas federal e estaduais; dos 24 Ministérios Públicos estaduais; da Câmara dos Deputados; do Senado Federal; do Tribunal de Contas da União (TCU); DPU (Defensoria Pública da União); e do Poder Executivo dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

“A reforma administrativa em andamento, sobretudo a proposta apresentada pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, é uma oportunidade para endereçar esse problema, para acabar com os supersalários no serviço público”, diz Jessika. “A maioria dos itens sobre supersalários apresentados na proposta vai na direção correta e deveria ser aprovados pelo Congresso Nacional. Não deveria sofrer modificação.”

O destaque negativo brasileiro também fica evidente quando se faz uma comparação dos gastos dos países por meio da Paridade do Poder de Compra (PPP, na sigla em inglês). Entre agosto e julho deste ano, o Brasil gastou US\$ 8 bilhões com supersalários, o maior entre todos os países pesquisados. Na Argentina, o custo foi de US\$ 381,7 milhões. Em seguida, apareceram os Estados Unidos (US\$ 271,2 milhões).

Procurado, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) afirmou que cerca de 1% de um total de 1,2 milhão de ativos e inativos recebendo acima do teto constitucional. “Embora esses servidores tenham seus subsídios ou vencimentos limitados pelo teto, eles recebem parcelas de natureza indenizatória.”

O que propõe a reforma administrativa

Os supersalários estão na mira da reforma administrativa, de autoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e que tramita no Congresso. O texto limita os chamados “penduricalhos”, que acabam elevando os salários para acima do permitido.

As verbas indenizatórias, que inflam o salário da elite do funcionalismo público com penduricalhos, deverão ter natureza reparatória e destinar-se exclusivamente ao pagamento de despesas realmente episódicas, eventuais e transitórias.

Será proibido o pagamento de penduricalhos de forma rotineira e permanente e a concessão indistinta de verba à totalidade de uma categoria, acabando com o que acontece hoje. Os auxílios de alimentação, saúde e transporte ficarão fora dessa restrição.

O orçamento para o pagamento de verbas indenizatórias terá um “teto de gastos” e não poderá crescer mais do que a inflação do ano anterior, com base nos valores pagos em 2020. Além disso, o pagamento retroativo desses valores somente poderá ocorrer por decisão judicial transitada em julgado.

Sobre a reforma administrativa, o Ministério da Gestão informou que, num evento organizado pelo Movimento Pessoas à Frente, na segunda-feira, 24, “a ministra Esther Dweck manifestou sua avaliação de que o enfrentamento aos supersalários e privilégios é uma agenda necessária, mas é necessário diálogo e construção de consenso políticos em torno de propostas que avancem nessa direção. Sem consenso, essa agenda não vai avançar.”

Parcela pequena, mas desigualdade é grande

Os supersalários colocaram 40 mil servidores na parcela dos 1% mais ricos da população brasileira - com renda anual acima de R\$ 685 mil no ano passado. E quase 9 mil servidores estão no grupo dos 0,4% mais ricos do Brasil - ganham mais de R\$ 1,2 milhão no ano.

“Para a grande maioria dos servidores públicos no Brasil, a gente percebe uma desigualdade imensa, porque mais da metade dos servidores públicos do País ganha até R\$ 3,3 mil, sobretudo nos municípios”, afirma Jessika.



Reforma administrativa tramita no Congresso Nacional Foto: Dida Sampaio/Estadão

A categoria que mais se beneficia dos supersalários no Brasil, segundo o estudo, é a dos magistrados. São 21 mil juízes que, ao todo, recebem R\$ 11,5 bilhões.

Em seguida, aparecem 12,2 mil servidores do Poder Executivo federal, somando R\$ 4,33 bilhões além do teto - 82,4% desses valores

concentrados em carreiras como advogados da União e procuradores federais. O levantamento também apontou 10,3 mil integrantes do Ministério Público privilegiados acima do limite constitucional, cujo total somou R\$ 3,2 bilhões no período analisado.

“Já sabíamos que os supersalários eram concentrados nessas carreiras. A gente queria entender como isso refletia no universo internacional”, afirma Jessika.

“O que a gente percebe é que o ganho além do teto constitucional, que vinha concentrado na magistratura e nos membros do Ministério Público, já migra agora para os advogados públicos. Ou seja, há uma mudança de poderes, começando a influenciar carreiras dentro do Poder Executivo”, acrescenta.

Segundo o estudo, quase 11 mil juízes receberam US\$ 400 mil - no cálculo em Poder de Poder de Compra (PPP), que compara o poder aquisitivo descontando o efeito do câmbio - ou cerca de R\$ 1 milhão entre agosto de 2024 e julho de 2025. Como remuneração inicial, aponta o estudo, os juízes

brasileiros têm o quarto maior valor entre os países analisados, atrás apenas de Reino Unido, Estados Unidos e México.

No topo dos salários do Poder Judiciário, um juiz no Brasil “chega a ganhar seis vezes mais do que as autoridades máximas do Judiciário português” e quatro vezes mais do que ministros das cortes constitucionais da Alemanha, da França, da Argentina e dos EUA.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/11/2025

EX-PRESIDENTE DOS CORREIOS DIZ QUE PLANO DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA É ‘MORTE ASSISTIDA’

Para Guilherme Campos, que esteve à frente da estatal no governo Temer, Bolsonaro errou ao nomear general para o cargo, enquanto Lula manteve por mais de dois anos advogado no posto; Correios não se manifestaram

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O ex-presidente dos Correios Guilherme Campos classifica como “morte assistida” o plano de recuperação em estudo pela atual gestão da estatal, que deseja tomar R\$ 20 bilhões em empréstimos com aval do Tesouro Nacional, para tentar reverter a grave crise da empresa.

Campos, que esteve à frente da companhia de junho de 2016 e maio de 2018, no governo Michel Temer, entende que há um foco em redução de gastos pelo plano elaborado pelo atual presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, sem que isso venha acompanhado de uma estratégia eficiente para aumentar receitas.



Guilherme Campos, ex-presidente dos Correios e hoje secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura Foto: PSD

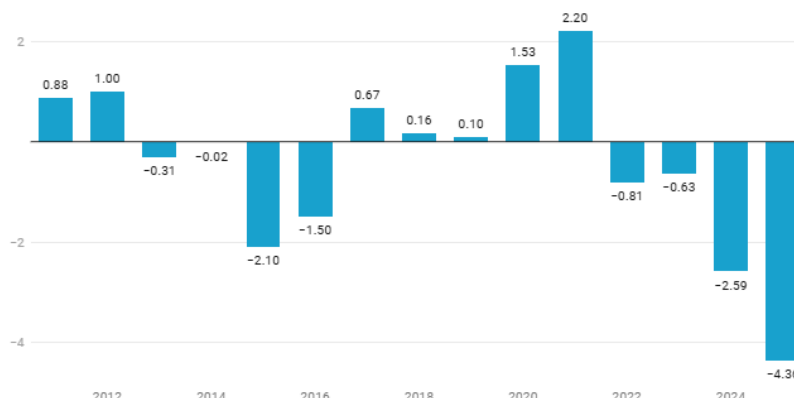
“O que tenho lido só fala de custo, uma visão de quem não acredita nos Correios como empresa - e que, fazendo empréstimo de longo prazo, possa estar administrando um fechamento da estatal (no futuro). Por isso, chamo de morte assistida. Reconheço a ausência de mais detalhes (sobre o plano); mas, do que eu leio e ouço, não vejo perspectiva”, afirmou.

Procurados, os Correios não se manifestaram.

A estatal vive uma crise econômica sem precedentes e, apenas no primeiro semestre deste ano, registrou prejuízo de R\$ 4,37 bilhões, um aumento de 222% - o triplo - em relação ao prejuízo de R\$ 1,35 bilhão registrado no mesmo período do ano anterior.

Resultado dos Correios

(em R\$ bilhões)



(*) em 2025, resultado de janeiro a junho

Source: Fonte: Correios - [Get the data](#)

Na última semana, os Correios aprovaram o plano de recuperação, que contempla três fases: recuperação financeira, consolidação e crescimento.

“Nos próximos 12 meses, os recursos serão aplicados em medidas determinantes, tais como: Programa de Demissão Voluntária e remodelagem dos custos com plano de saúde; 100% de adimplência com fornecedores; modernização e readequação do modelo operacional e infraestrutura tecnológica; liquidez assegurada durante a evolução do modelo econômico da empresa ao longo de 2026”, afirmaram os Correios.

Guilherme Campos assumiu a empresa depois de dois anos de fortes prejuízos: de R\$ 2,1 bilhões em 2015 e de R\$ 1,5 bilhão em 2016. Em 2017, reverteu o resultado para um lucro de R\$ 670 milhões, seguido de outro resultado positivo de R\$ 160 milhões em 2018.



O então presidente dos Correios, Guilherme Campos, à frente da empresa em 2017, entende que as gestões Bolsonaro e Lula colocaram pessoas sem experiência de gestão à frente da companhia
Foto: Sergio Castro/Estadão

Em maio daquele ano, ele deixou o posto para se candidatar a deputado federal, mas não conseguiu se eleger. Hoje, ele é secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária do governo Lula.

Emmanuel Rondon, servidor de carreira do Banco do Brasil, foi escolhido pelo presidente Lula para assumir os Correios em setembro deste ano, no lugar de Fabiano Silva dos Santos - um advogado que assumiu no início deste ano, ligado ao grupo Prerrogativas, sem experiência em gestão de empresas.

Erros de Lula e Bolsonaro

Campos entende que houve uma profunda mudança no setor de logística e entregas no mundo, que começou ainda na sua gestão, entre 2016 e 2018, mas que foi ignorada por todos os presidentes que vieram depois dele.

“O presidente Bolsonaro indicou um general (Floriano Peixoto) para presidir os Correios por quatro anos. Respeito muito a carreira militar, mas eles não entendem de empresas. Houve um completo isolamento da presidência: clientes deixaram de ser prioridade e houve descontinuidade de projetos de reestruturação, inovação, melhorias e adequação ao mercado”, afirmou.



No governo Lula, por sua vez, ele entende que a indicação do advogado Santos manteve a falta de experiência administrativa à frente dos Correios, ao mesmo tempo que o setor acelerou as transformações, com um brutal aumento da concorrência nos serviços de encomendas.

“A falta de experiência vale para as duas gestões (Floriano Peixoto e Fabiano Silva dos Santos). Também para as duas gestões a falta de uma política voltada para treinamento e adequação à nova realidade dos funcionários da empresa. Moral da ‘tropa’ muito baixo. E, no atual governo, houve compromissos de campanha com diversas categorias da empresa que não acordaram para a nova realidade”, afirmou.

Ele entende que os fortes lucros entre os anos de 2020 e 2021, de R\$ 1,53 bilhão e R\$ 2,2 bilhões, deixaram a gestão Peixoto acomodada, com os ganhos provocados pela pandemia. Em paralelo, o setor de logística já passava por fortes transformações, sem que os Correios se preparassem para essa nova realidade.

“Os Correios já vinham enxugando quadro de funcionários. E aí veio a pandemia, que aumentou muito o volume de entregas. No final da pandemia, o mundo já era outro, e os Correios não conseguiram ficar no mesmo patamar de competitividade dos concorrentes e vieram os prejuízos. Quem entrou em 2023 também não percebeu isso”, disse.

Sob sua gestão, ele diz que implementou um plano de demissão voluntária, que reduziu o quadro de funcionários em 8 mil pessoas, além de ter alterado regras de acesso para os planos de saúde da empresa, mas principalmente houve foco em aumento de receitas. Hoje, Rondon planeja um outro PDV, para desligar até 10 mil funcionários.

“Eu acredito nos Correios; é um patrimônio nacional, uma marca forte, os carteiros são queridos na comunidade. O presidente precisa entender isso, usar essa força e buscar novas formas de receitas, como uma empresa de varejo. Hoje, dá para reverter, mas vai ser muito mais difícil e demorado”, diz.

Campos diz a ideia do marketplace (vendas online) já estava na sua gestão, assim como o uso de entregadores avulsos (crowdchip) para reduzir custos. Ele também cita a ideia de se fazer parcerias com empresas aéreas, que não foram implementadas.

Ele diz que o caminho inevitável para a empresa será transformar o seu modelo de negócios, porque o mercado de encomendas hoje está dominado pelo setor privado.

“O correio japonês virou o maior captador de poupança do país. Virou uma instituição financeira. Na Inglaterra, virou o balcão de atendimento do governo. Na França, virou um balcão de serviços. Alemanha tem o modelo que eu mais gosto. O Deutsche Post passou a fazer parcerias em diversas atividades com a iniciativa privada. O Brasil precisa achar o seu caminho”.

No início do semana, o governo ampliou a projeção de déficit nas empresas estatais este ano, de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 9,2 bilhões. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, admitiu que o impacto fiscal pode ser ainda maior.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/11/2025

OPINIÃO - CONGRESSO SABOTA AS CONTAS PÚBLICAS E FAZ POLÍTICA DA PIOR QUALIDADE PARA RETALIAR O GOVERNO

Se os agentes de saúde precisam ser valorizados, isso deve acontecer com quem está ativa, para que haja melhora do serviço

Por Alvaro Gribel

A aprovação pelo Senado do regime especial para agentes de saúde é política da pior qualidade exercida pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que apenas retaliou o governo Lula pela

indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal. Na Câmara, Hugo Motta já havia feito o mesmo, aprovando uma PEC sobre o tema, com algumas diferenças entre os dois projetos.

O tema é sensível para os parlamentares, porque os agentes de saúde são uma categoria com penetração por todo o território nacional e tem a simpatia da população, por cuidar de pessoas doentes, em casa, com trabalho importante de prevenção. Por isso, se o projeto vai a plenário, a aprovação é praticamente certa, já que nenhum deputado e senador quer estar mal falado na boca dos agentes pelos rincões do País.



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- PB) e Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), em cerimônia na Câmara Foto: Vinicius Loures/Agência Câmara

Mas, ainda que seja uma categoria a ser valorizada, a proposta é descabida sob vários aspectos: não tem estimativa clara de impacto, não traz compensações para o aumento de despesas, estabelece uma idade mínima baixa para aposentadoria em um País com expectativa de vida

cada vez mais alta, e abre as portas para que outras categorias peçam as mesmas benesses.

O projeto também concede paridade e integralidade para aposentados, medidas que vão na contramão de qualquer regime de previdência que pretenda ser sustentável. A paridade estabelece reajustes iguais para o trabalhador da ativa e o aposentado, medida que não faz sentido, já que apenas o primeiro pode ter ganhos de produtividade, contribuindo para o crescimento da economia.

Já a integralidade é uma benesse que permite ao trabalhador se aposentar com o último - e mais alto - salário da carreira, valor que não é compatível com as contribuições que fez ao longo da vida. Na prática, alguém terá que contribuir mais - e receber menos - para arcar com esse custo, ou sobrarão ao governo fechar a conta, cobrando mais impostos do resto da sociedade.

Idades mínimas de 52 anos para homens e 50 anos para mulheres também não fazem sentido, porque o IBGE vem informando que a expectativa de vida dos brasileiros está cada vez maior. Se a análise for feita a partir da idade de "sobrevida", ou seja, o quanto o brasileiro vive, em média, após chegar aos 60 anos, o número é ainda mais alto.

A ideia de que a aposentadoria é uma espécie de "compensação" por trabalhos árduos prestados é equivocada. Esse erro acontece também com os setores de segurança e educação. Se os agentes de saúde precisam ser valorizados, isso deve acontecer com os profissionais da ativa, para que haja melhora na qualidade do serviço.

Mas nada disso importa ou foi discutido, o Congresso queria apenas impor uma derrota ao governo, ainda que em forma de sabotagem às contas públicas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/11/2025

GOVERNO LEILOA 19 AEROPORTOS REGIONAIS NA ESTREIA DO PROGRAMA AMPLIAR NESTA QUINTA-FEIRA

Com a expectativa de atrair R\$ 1,25 bilhão em investimentos, os certames serão realizados a partir das 10h, na sede da B3, em São Paulo

Por Elisa Calmon (Broadcast) e Luiz Araújo (Broadcast)



SÃO PAULO E BRASÍLIA - Dezenove aeroportos regionais localizados na Amazônia Legal e no Nordeste serão leiloados nesta quinta-feira, 27, marcando a primeira rodada do Programa AmpliAR, do Ministério de Portos e Aeroportos. A expectativa é de atrair R\$ 1,25 bilhão em investimentos. Os certames serão realizados a partir das 10h, na sede da B3, em São Paulo.

O AmpliAR integra o conjunto de ações federais voltadas ao fortalecimento da aviação regional e prevê, ao longo das próximas fases, a modernização de até cem aeroportos em todo o País. O ministério estima um potencial de investimentos entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 5,3 bilhões.

Nesta etapa inicial, serão ofertados 19 aeroportos por meio de um modelo simplificado de concessão, com mecanismos de reequilíbrio contratual que buscam atrair investimentos e garantir a sustentabilidade operacional.

Caso algum aeroporto não receba propostas, ele permanecerá disponível para as rodadas seguintes do AmpliAR. O programa já tem aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para incorporar outros 81 terminais. Os leilões de amanhã devem servir como um termômetro do apetite do mercado por esse novo modelo de concessão.

Portfólio

Os aeroportos oferecidos na primeira etapa estão distribuídos entre 11 Estados.

Região Norte

Oito deles ficam na Região Norte:

- Acre: Tarauacá
- Amazonas: Barcelos, Itacoatiara e Parintins
- Pará: Itaituba
- Rondônia: Cacoal e Vilhena
- Tocantins: Araguaína

Região Nordeste

No Nordeste, integram a lista os aeroportos:

- Bahia:

Horácio de Mattos, em Lençóis; Paulo Afonso; Guanambi;

- Ceará:

Canoa Quebrada/Dragão do Mar, em Aracati; e Comandante Ariston Pessoa, em Cruz/Jericoacoara

Maranhão:

Barreirinhas;

Pernambuco:

Santa Magalhães, em Serra Talhada; Araripina; e Garanhuns

Piauí:

Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato;

Centro-Oeste Mato Grosso:

Aeroporto de Porto Alegre do Norte.

Aviação regional

Se o AmpliAR for plenamente executado, será o primeiro programa federal a promover um avanço significativo na estruturação de aeroportos regionais. Desde 2012, diferentes governos anunciaram iniciativas semelhantes, mas sem entregar as melhorias previstas.

Além dos terminais que devem ser concedidos à iniciativa privada, outros 40 continuarão sob gestão da Infraero, com obras custeadas por recursos públicos.

A precariedade de grande parte desses aeroportos — com pistas e instalações limitadas — restringe a operação a aeronaves de menor porte, afastando as companhias aéreas comerciais. Como consequência, a oferta de voos regionais vem encolhendo de forma consistente nas últimas décadas, apesar da vasta extensão territorial brasileira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/11/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI QUE PERMITE EXÉRCITO EXECUTAR OBRAS PÚBLICAS SEM LICITAÇÃO

Dispensa poderá ser aplicada em casos de obras paralisadas, abandonadas ou atrasadas há mais de 1 ano

Por Beatriz Roscoe, Valor — Brasília



Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) — Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Por 427 votos a favor e 18 votos contrários, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) um projeto de lei que permite que o Exército execute obras públicas sem licitação. O texto segue para o Senado Federal.

O projeto, do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), foi relatado pelo deputado Lula da Fonte (PP-PE). Pelo texto aprovado, a dispensa poderá ser aplicada

em casos de obras paralisadas, abandonadas ou atrasadas há mais de 1 ano, em obras estratégicas de infraestrutura, desde que acima de R\$ 15 milhões.

Também não exigirão licitação obras de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional, estadual ou municipal, envolvendo infraestrutura rodoviária, ferroviária, metroviária e hidroviária, portos e aeroportos, e geração e transmissão de energia.

Pelo texto, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais poderão celebrar parceria com o Exército quando comprovada a capacidade para executar as respectivas obras e serviços de engenharia e “demonstrada a conveniência da celebração da parceria”.

“É amplamente reconhecida pela sociedade brasileira a competência técnica, a eficiência e a probidade do Exército Brasileiro na execução de obras e serviços de engenharia. Permitir que a Força assuma a execução de obras públicas paralisadas, abandonadas ou em atraso constitui medida eficaz e oportuna, capaz de assegurar economicidade, celeridade e lisura na aplicação dos recursos públicos, além de garantir a retomada de empreendimentos de elevado interesse social e estratégico”, diz o relator no parecer.

O projeto também determina que as parcerias para realização de obras entre órgãos públicos federais, estaduais e municipais e o Exército deverão contemplar atividades voltadas ao treinamento e à capacitação de jovens incorporados, com vistas à formação de soldados especialistas em obras e serviços de engenharia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/11/2025

BRASIL TERÁ MENOR CUSTO LOGÍSTICO E MAIOR CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO, DIZEM ESPECIALISTAS

Por Kariny Leal e Victoria Netto, Valor — Rio

Especialistas do setor logístico afirmam que o novo Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, que deve ser publicado pelo governo federal ainda este ano, tem capacidade de reduzir os custos logísticos do país e ampliar a possibilidade de desenvolvimento. Reunidos em um dos encontros da série Logística no Brasil, promovida pelo Valor, com oferecimento de Infra S.A e Ministério dos Transportes, executivos da indústria disseram que a complementariedade de modais é um dos destaques do projeto.

"O PNL é o nosso guia", disse Leonardo Cezar Ribeiro, secretário nacional de transporte ferroviário. "Temos a meta de dobrar a capacidade de participação das ferrovias na matriz do país. Isso vem dentro de um trabalho de trazer uma infraestrutura que se conecte ao modal rodoviário."



Leonardo Cezar Ribeiro, Eduardo Rebuszi, Ulisses Oliveira e Eduardo Kantz — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Conforme Ribeiro, o Ministério de Transportes planeja uma infraestrutura de transportes que olhe para a integração dos modais rodoviário e ferroviário, tentando também endereçar gargalos ambientais e regulatórios. "Temos hoje no Brasil um ciclo histórico de investimentos em infraestrutura, mas ainda há um espaço para investir no setor de transporte, seja rodoviário ou ferroviário. Precisamos atrair capital de longo prazo. A expansão de logística que planejamos significa também um redesenho estrutural da economia",

afirmou o secretário.

Na mesma linha, o presidente da Federação do Transporte de Cargas do Estado do Rio de Janeiro (Fetranscarga), Eduardo Rebuszi, reforçou que os modais ferroviário e rodoviário devem ter modelos complementares. "Precisamos de um equilíbrio na nossa matriz de transporte. O rodoviário é complementar. Precisamos também da cabotagem e do ferroviário. Assim, nossa economia vai crescer."

Também presente no debate, Ulisses Oliveira, diretor de assuntos corporativos e sustentabilidade do Porto Sudeste, destacou a necessidade de diversificar o uso de portos no país, para que não haja uma sobrecarga no porto de Santos.

O Porto Sudeste, que é parte do Complexo de Itaguaí, tem integração com duas grandes rodovias e capacidade de integrar a região Sudeste, na visão do diretor. "Há muitas possibilidades de desenvolvimento possível pelo Complexo Portuário de Itaguaí. Quando olhamos para a malha portuária do país, a sensação é de existir somente um porto [o de Santos]. É um ativo importante,

mas temos outros. Há uma tese de que o Porto de Santos pode chegar a um limite, e que sem isso o Brasil não poderia mais escoar cargas. Isso não é verdade."

Para Oliveira, o PNL tem essa capacidade de melhorar os planejamentos e diversificar os modais, mas falha na falta de previsão dos terminais privados. "Deixamos de fora uma parte determinante da logística. Sem isso, não haverá integração no país."

Eduardo Kantz, diretor de relações institucionais e ESG da Prumo, que também participou do painel, avalia que gasodutos, oleodutos e minerodutos devem ainda ser incluídos no planejamento estratégico da logística. "No Açu, temos o mineroduto, que recebe minério de ferro. Isso também endereça gargalos de competitividade e de capacidade portuária."

Para Kantz, a integração entre rodovias, ferrovias e portos, além de minerodutos e gasodutos, são fundamentais para destravar o investimento industrial. "São modelos fundamentais para que haja desenvolvimento econômico e social", afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/11/2025

NOVO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA VAI CONSIDERAR LIMITAÇÕES FISCAIS, SUSTENTABILIDADE E REFORMA TRIBUTÁRIA

O PNL é um instrumento de Estado para diagnosticar as necessidades e oportunidades dos subsistemas de transporte (rodoviário, ferroviário e aquaviário) e propor soluções para o desenvolvimento do setor

Por Victoria Netto e Kariny Leal, Valor — Rio

Com a previsão de entregar, até o fim do ano, o Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, afirmou que o documento terá uma nova metodologia e que vai incluir limitações fiscais, sustentabilidade e reforma tributária. O objetivo, disse, é transformar o PNL, que já passou por seis consultas públicas, em uma política de Estado "perene e estável".

O PNL é um instrumento de Estado para diagnosticar as necessidades e oportunidades dos subsistemas de transporte (rodoviário, ferroviário e aquaviário) e propor soluções para o desenvolvimento do setor.

Segundo Santoro, o processo de elaboração do plano demonstra a transparência e a natureza participativa do novo processo. "Toda a metodologia está aberta à consulta para quem quiser olhar", disse nesta quarta-feira (26), em painel na sede da Firjan, no Rio, que discutiu a política nacional e financiamento de infraestrutura. A discussão faz parte do ciclo de eventos "Logística do Brasil", promovido pelo Valor.

O plano, de acordo com Santoro, passa a utilizar séries históricas completas dos manifestos de carga (MDF-e), cruzadas com algoritmos avançados de origem e destino. Isso permite compreender rotas reais, volumes efetivos e tendências futuras de movimentação.

A revisão metodológica também inclui dois pilares inéditos no planejamento nacional: sustentabilidade e limitação fiscal. "Não adianta imaginar que o Brasil terá dinheiro para quase um trilhão de projetos", disse Santoro. Ele destacou que projetos inviáveis do ponto de vista ambiental também deixam de compor a carteira.

"Não faz sentido incluir no planejamento obras que jamais teriam licença ambiental."

Outro eixo estruturante, de acordo com o secretário, foi ouvir o empresariado. Pesquisas qualitativas já concluídas mapearam gargalos logísticos percebidos por quem opera nos territórios e, sobretudo, suas intenções de investimento.

Santoro também aponta a Reforma Tributária como oportunidade para corrigir distorções criadas por benefícios fiscais que “deturpam o fluxo natural da carga”. Com novas regras, espera-se recuperar racionalidade na escolha de rotas e meios de transporte, fortalecendo hidrovias, cabotagem, portos e conexões intermodais.



(esq. para dir) Fabio Couto, repórter do Valor; Luciana Costa; George Santoro, Jorge Bastos e Mauro Ribeiro Viegas Filho — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Recursos e cabotagem como modal estratégico

Também no evento, a diretora de infraestrutura de transição energética do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciana Costa, afirmou que um dos insumos mais importantes de infraestrutura é o dinheiro e que o banco de fomento trabalha de forma coordenada com os ministérios, mas que o recurso é limitado.

“O BNDES é um grande instrumento de financiamento de longo prazo no país, em até 35 anos, mas a gente entende que o recurso não é infinito. Hoje o BNDES dá financiamento de infraestrutura sem subsídio na taxa, porque a gente não quer onerar o Tesouro”, disse.

Segundo Costa, um dos mecanismos adotados pelo BNDES é a emissão de debêntures, o que, além de induzir a infraestrutura, também fomenta o mercado de capitais. “Com isso, a gente reduz a percepção de risco, o que se reflete na redução do custo de capital”, disse.

Para o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, o Rio de Janeiro é uma peça-chave no desenvolvimento nacional, como segundo maior arrecadador no país. O executivo avaliou que há uma “grande gama de projetos” que a serem realizados no Estado na capital fluminense. “A gente tem os portos que precisam ser mais explorados”, afirmou.

Na Região Sudeste, Bastos destacou que a construção do Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo (Ferroanel) também beneficiará o Rio, desviando carga naturalmente para o Porto de Itaguaí. “É um porto natural, que tem um calado fantástico e precisa ser mais explorado.”

Bastos avalia que a cabotagem (navegação na costa) é um modal estratégico, devido à extensa costa brasileira e à presença de portos em quase todas as capitais. Para ele, o modelo pode reduzir custos logísticos de longa distância e diversificar a dependência do Porto de Santos.

A avaliação foi endossada por Mauro Ribeiro Viegas Filho, diretor-executivo e presidente do conselho empresarial de infraestrutura da Firjan. Para ele, a reforma tributária pode colocar fim à “guerra fiscal” e à burocracia que trava o modal, restando apenas regulamentar a “Lei do Mar”, projeto do governo que prevê estimular o transporte marítimo entre portos brasileiros.

Ainda segundo o diretor-executivo da Firjan, o país saiu de um cenário de falta de recursos para uma realidade de financiamento viável. “O nosso papel aqui no Rio é o de fomentar a infraestrutura para quem [oportunidades] se sinta atraído e venha para cá”, disse.

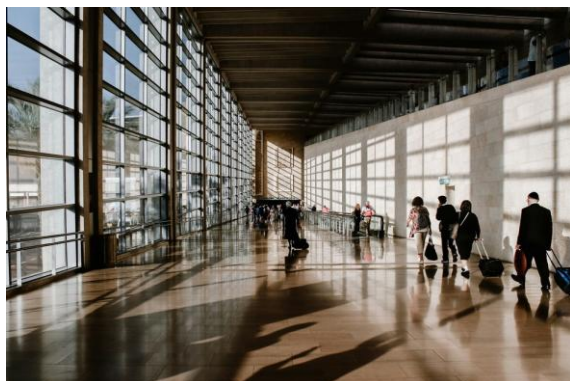
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/11/2025

TCU DÁ SINAL VERDE PARA 1º LEILÃO DO PROGRAMA AMPLIAR

Com o programa, o governo quer parcerias privadas para ampliação, manutenção e exploração de 19 aeroportos regionais deficitários, localizados na Amazônia Legal e no Nordeste

Por Guilherme Pimenta, Valor — Brasília



— Foto: Unsplash

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu sinal verde ao primeiro leilão do programa AmpliAR, que foi criado pelo governo federal com o intuito de modernizar a infraestrutura aeroportuária nas cidades do interior.

Em despacho, o ministro Bruno Dantas, relator do processo, deu aval ao certame conduzido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), mas fez alertas para os riscos do modelo desenhado pelo governo e, em despacho, determinou atenção na

fiscalização.

Com o programa, o governo quer parcerias privadas para ampliação, manutenção e exploração de 19 aeroportos regionais deficitários, localizados na Amazônia Legal e no Nordeste. Esses ativos, segundo a pasta, possuem baixa atratividade econômica, inviabilizando concessões comuns ou Parcerias Público-Privadas (PPPs) convencionais.

Assim, com um investimento de R\$ 1 bilhão, a estratégia do governo é incorporar esses aeroportos a contratos de concessão que já estão firmados, com reequilíbrio econômico-financeiro.

Em despacho assinado na noite de ontem, o ministro pediu análise da área técnica para eventual assimetria informacional criada pelo governo ao dispensar inventário físico e projetos detalhados, que foram substituídos por estimativas do Plano Aeroviário Nacional com multiplicadores de risco.

"Este cenário propicia dois grandes riscos estratégicos: a seleção adversa na fase de propostas, na qual concorrentes com informações privilegiadas ou maior apetite ao risco podem distorcer a competitividade do certame; e o risco moral (moral hazard) na fase pós-contratual", alertou o ministro.

Assim, pontuou, a restrição da competitividade às atuais concessionárias, "somada à incerteza sobre o estado real dos ativos, pode afastar os parceiros mais eficientes e atrair apenas aqueles dispostos a especular sobre a fragilidade das estimativas ou a apostar em renegociações futuras".

A área técnica do TCU terá, agora, que avaliar se a governança do modelo, principalmente na chamada Fase de Diagnóstico, além da robustez das cláusulas contratuais, são suficientes para "mitigar comportamentos estratégicos oportunistas" dos participantes, de forma a assegurar que a permuta de obrigações – investimento regional em contrapartida a benefícios na concessão – "resulte em efetiva vantagem para o erário e para os usuários".

Segundo Dantas, pode haver no modelo um "incentivo racional para que o parceiro privado maximize a identificação de vícios ocultos ou inviabilidades técnicas nessa fase, utilizando-os como alavanca para pleitear revisões que desfigurem a proposta original e o equilíbrio inicial do contrato, apesar da matriz de distribuição de riscos inicial".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PROJETO PREVÊ CRÉDITO EXTRA DE R\$ 500 MILHÕES PARA PROGRAMA DAS FRAGATAS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 26/11/2025 - 22:11



Proposta do governo federal, que prevê participação da União no capital da Emgepron, será analisada em comissão mista de orçamento e no plenário do Congresso

O Congresso analisa um projeto que abre crédito especial de R\$ 500 milhões, em favor do Ministério da Defesa, no orçamento de 2025 para o Comando da Marinha. O PLN 32/2025 prevê que o valor viabilize a participação da União no capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e permita a continuidade do Programa Fragatas Classe Tamandaré

durante o ano de 2026. O projeto de lei do Congresso Nacional (PLN), apresentado pelo governo federal, será analisado pela Comissão Mista de Orçamento e, em seguida, pelo plenário, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado.

De acordo com o Ministério da Defesa, os recursos serão usados para construir navios de escolta dotados de sistemas e sensores para proteção do tráfego marítimo. “As fragatas Classe Tamandaré também vão patrulhar as águas brasileiras. Elas reforçarão a fiscalização de atividades econômicas, como petróleo e pesca, e ajudarão no combate a crimes transfronteiriços e ambientais”, justifica a mensagem que acompanha o projeto.

O governo afirma que essa proposta utiliza a Lei Complementar 221/25, que permite descontar despesas com projetos estratégicos em defesa nacional do cálculo da meta de resultado primário e do limite anual de gastos. “O pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024, referente a Recursos Livres da União”, acrescenta.

Ressalta ainda que tal crédito não implicará ajustes do Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027, pois refere-se à ação constante de programa destinado exclusivamente a operações especiais. A lei, sancionada na última semana, destina R\$ 30 bilhões para projetos estratégicos nos próximos seis anos.

O Programa Fragatas Classe Tamandaré, coordenado pela Marinha do Brasil, prevê a construção de quatro navios. O PFCT é uma parceria entre a MB e a sociedade de propósito específico (SPE) Águas Azuis, formada pela thyssenkrup Marine Systems, pela Embraer Defesa e Segurança e pela Atech, e gerenciado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). Os navios contarão com deslocamento aproximado de 3.500 toneladas e são dotados de convoo, hangar para helicóptero, radares, sensores e armamentos de última geração.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

BASE DA ATEM EM SANTARÉM RECEBE ISPS CODE DE SEGURANÇA EM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

Da Redação Portos e logística 26/11/2025 - 20:53



A base do grupo Atem no Terminal Portuário de Santarém, no Pará, recebeu a certificação International Ship and Port Facility Security Code (ISPS Code). Criado pela Organização Marítima Internacional (IMO), o ISPS Code avalia a adoção de normas internacionais para proteção de navios e instalações portuárias, incluindo ameaças de terrorismo, contrabando e riscos ao comércio exterior.

A empresa informou que a certificação foi concedida após a cumprir as etapas previstas pelo código, incluindo diagnóstico operacional, implantação de melhorias estruturais e procedimentais, capacitação de equipes e auditorias técnicas. Com a certificação, Santarém torna-se a terceira base da Região Norte certificada pelo ISPS Code, ao lado das unidades de Manaus, no Amazonas, e Belém, no Pará.

O diretor de engenharia, infraestrutura e regulamentação do grupo Atem, Ricardo Dias, disse que a certificação de Santarém é resultado de trabalho estruturado, que integra engenharia, segurança e governança. “Ampliamos a previsibilidade operacional e fortalecemos a confiabilidade das cadeias logísticas atendidas pelo grupo Atem em toda a região”, afirmou Dias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

SUBMARINO ‘ALMIRANTE KARAM’ É LANÇADO MAR E ‘TONELERO’ É ENTREGUE AO SETOR OPERATIVO DA MARINHA

Da Redação Indústria naval 26/11/2025 - 21:34



Força naval destacou que entregas marcam transição rumo ao submarino de propulsão nuclear, etapa mais complexa do Prosub

A Marinha do Brasil (MB) realizou, nesta quarta-feira (26), a cerimônia ‘Prosub25’, que reuniu dois marcos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub): a mostra de armamento do submarino Tonelero (S42) e o batismo e lançamento ao mar do submarino Almirante Karam (S43). Os atos, no Complexo Naval de Itaguaí (RJ), simbolizam a conclusão do ciclo de construção dos submarinos

convencionais e inauguram a transição para o desenvolvimento e a construção do submarino nuclear convencionalmente armado (SNCA) Álvaro Alberto, considerada a etapa mais complexa do programa.

O Tonelero é o terceiro submarino brasileiro modelo Scorpène, construído no Brasil pela Itaguaí Construções Navais (ICN), com o apoio da francesa Naval Group. Já o Almirante Karam é o quarto meio naval da série. As unidades da série Scorpène são modelos convencionais multipropósito, capazes de operar em águas rasas e profundas e projetados para atuar em qualquer etapa de guerra submarina, como em ações antissuperfície, antissubmarino e em operações especiais. O primeiro deles, o Riachuelo, que dá nome à classe, foi incorporado pela Marinha em setembro de 2022. O segundo, Humaitá, em janeiro de 2024.

A construção dos submarinos faz parte do acordo de transferência de tecnologia do Naval Group para o Brasil, que incluiu o treinamento na França de equipes do estaleiro em técnicas de construção de submarinos. Trabalhadores foram treinados em programa de qualificação para soldadores, caldeireiros, encanadores e eletricitistas, compartilhando com a ICN conhecimento sobre o processo produtivo, desde a conformação das chapas metálicas à integração e testes dos sistemas de bordo.

A cerimônia teve início com a mostra de armamento do submarino Tonelero. Projetado pela francesa Naval Group e construído no país pela ICN, o S42 passa a integrar a força de submarinos após a conclusão dos testes de aceitação no mar, etapa que marcou o término de seu processo construtivo. Na sequência, houve início o batismo e lançamento ao mar do submarino Almirante Karam, quarto submarino convencional construído no Prosub. O ato homenageou o almirante de esquadra Alfredo Karam, veterano da Segunda Guerra Mundial. A madrinha do submarino, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), realizou o batismo, seguindo o ritual tradicional da quebra da garrafa contra o casco.

Após o lançamento ao mar, o Almirante Karam realizará uma nova sequência de testes. Nessa fase, ele será submetido a provas de imersão, navegação na superfície e imersão a grande profundidade, além dos testes de desempenho dos principais sistemas e do emprego de armas. Ao final desse processo, estará plenamente apto a cumprir missões com discrição, precisão e efetividade, reforçando a defesa nacional.

Após as homenagens, a madrinha, junto com o ministro da Defesa, José Múcio, e o comandante da Marinha, almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, acionaram remotamente o elevador de navios, que deslocou o submarino Almirante Karam até o nível do mar. A descida marcou a entrada do submarino na fase de testes de aceitação no mar, etapa antes da futura incorporação ao setor operativo da força naval.

Com três submarinos já incorporados — Riachuelo, Humaitá e Tonelero, e com o quarto já lançado ao mar, cuja entrega ao setor operativo da Marinha está prevista para 2026, o Prosub avança em direção à fase mais importante do programa: a construção do SNCA Álvaro Alberto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

KEPLER WEBER CONSTRUIRÁ UNIDADE PARA ARMAZENAGEM DE ATÉ 240 MIL TONELADAS EM GO

Da Redação Portos e logística 26/11/2025 - 21:01



A Kepler Weber informou, nesta quarta-feira (26), que assinou contrato com a São Martinho, do setor de sucoenergéticas, para a construção em Montividiu, em Goiás, de uma unidade de armazenagem e beneficiamento de grãos com capacidade para 240 mil toneladas e possibilidade de recepção de 240 toneladas por hora. A nova unidade será destinada ao recebimento, à limpeza, à secagem e à armazenagem do milho, que será depois transportado para a planta industrial da São Marinho em Quirinópolis.

A previsão é de que ela entre em operação em 2027, depois das etapas iniciais de terraplenagem, obras civis e instalação de equipamentos. O gerente de aplicação e implantação de projetos da Kepler Weber, Leonel Maldaner, explicou que, pelo acordo, a empresa assumiu toda a responsabilidade pela construção, do planejamento à entrega final, além do fornecimento dos equipamentos. “Esse projeto será desenvolvido na metodologia BIM e contará com rotas de fluxos 100% automatizadas”, disse.

O diretor comercial e de logística da São Martinho, Helder Gosling, informou que o investimento na nova unidade visa a garantir mais eficiência e segurança no abastecimento da planta de Quirinópolis. “Essa estrutura permitirá maior previsibilidade operacional, flexibilidade logística aos nossos fornecedores de milho e suporte à expansão da produção”, detalhou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025



SHELL CONCLUI ASSINATURA DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO NA BACIA DE SANTOS

Da Redação Offshore 26/11/2025 - 18:25

A Shell Brasil anunciou, nesta quarta-feira (26), a assinatura dos contratos de concessão adquiridos no 5º Ciclo da Oferta Permanente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP),

realizado em junho deste ano. A empresa avalia que consolidará sua posição estratégica na Baía de Santos, crescendo sua posição no setor de águas profundas no país. Foram concedidos os seguintes blocos: S-M-1819, S-M-1821, S-M-1912 e S-M-1914.

A Shell tem direitos de exploração como operadora e 100% de participação. Em nota, a empresa informou que cada contrato estabelece sete anos para a fase de exploração e 27 anos para a fase de produção, com possibilidade de prorrogação conforme as cláusulas contratuais. O bônus de assinatura totaliza aproximadamente R\$ 21,3 milhões.

“Com a assinatura desses contratos, reforçamos nosso compromisso de longo prazo com o desenvolvimento da segurança energética do Brasil. Essas novas concessões ampliam nosso portfólio para 72 contratos de óleo e gás no país, fortalecendo a relevância do país para nossas operações”, declarou o gerente geral de exploração, desenvolvimento e subsuperfície da Shell Brasil, Lúcio Prevatti.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

ROTTERDÃ TERÁ TERMINAL PARA CARGAS DESTINADAS A PARQUES EÓLICOS OFFSHORE

Da Redação Portos e logística 26/11/2025 - 17:45



A Autoridade Portuária de Roterdã informou, nesta quarta-feira (26), que destinará uma área de 450.000 metros quadrados (m²) para instalação de um terminal especializado na movimentação de cargas destinadas a usinas eólicas offshore, com previsão de entrada em operação em 2029. Anunciou ainda que, desde esta quarta-feira, os interessados em usar as instalações podem se inscrever para conhecer as condições e dar sugestões.

Segundo a administração portuária, o terminal oferecerá estruturas para armazenamento, transporte, pré-montagem e entrega de componentes para turbinas eólicas e fundações. Ele terá acesso marítimo direto ao mar e será equipado com cais robusto e instalações logísticas de grande capacidade.

O terminal terá 835 metros de cais, adequado para plataformas autoelevatórias e atividades de pré-montagem, entre outras aplicações. Está prevista também uma instalação roll-on/roll-off, para facilitar todos os modais de transporte, além de equipamentos para descomissionamento de parques eólicos.

A Autoridade Portuária de Roterdã explicou que o objetivo é dar à indústria de energia eólica offshore a capacidade necessária e estimular o crescimento do setor, lembrando que ele representa papel importante na transição de combustíveis fósseis para fontes de energia sustentáveis e que há previsão de construção de novos parques eólicos no Mar do Norte.

Segundo a empresa, a falta de capacidade portuária necessária, com as especificações adequadas, é fator limitante à construção de novos parques eólicos. A Autoridade Portuária de Roterdã informou que, com a conclusão do terminal, vai oferecer a infraestrutura de grande escala e alta qualidade que o mercado exige.

Matthijs van Doorn, vice-presidente comercial da Autoridade Portuária de Roterdã, destacou ainda a localização do porto, no Mar do Norte, o calado profundo e a existência de um polo offshore como diferenciais favoráveis ao futuro terminal. “Com esse novo terminal, estamos dando importante contribuição para a capacidade necessária para o setor de energia eólica offshore”, disse van Doorn.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

CONAB PREVÊ RECORDE NA PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO EM 2026

Da Redação Portos e logística 26/11/2025 - 17:49



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou nesta quarta-feira (26) nova projeção sobre a produção de carne de frango no Brasil em 2026 com previsão de que pode chegar a cerca de 15,86 milhões de toneladas. Se confirmado, será o maior volume da série histórica, superando a estimativa para 2025, de 15,5 milhões de toneladas. Segundo a companhia, somadas as carnes de aves, suína e bovina, devem ser produzidas no país 32,6 milhões de toneladas, com alta de 0,4% em relação ao previsto para este ano, de 32,48 milhões de toneladas. O resultado seria também o maior registrado.

A Conab estima que a exportação de carne de frango em 2025 chegará a 5,2 milhões de toneladas, volume superior às 5,15 milhões de toneladas embarcadas no ano passado, apesar das dificuldades enfrentadas em decorrência do registro em maio de caso de gripe aviária no Rio Grande do Sul. A companhia informou que a China, o maior importador de carne de frango, anunciou o reinício das compras do produto brasileiro.

Apesar da expectativa de aumento das exportações em 2026, a Conab avaliou que não haverá impacto sobre o mercado interno, por causa do aumento da produção e da oferta, cujo crescimento previsto é de 3,1%, passando de 10,3 milhões de toneladas em 2025 para 10,62 milhões de toneladas em 2026.

No caso da carne suína, a expectativa para 2025 é de produção de 5,63 milhões de toneladas e de exportação de 1,48 milhão de toneladas. A disponibilidade interna é estimada em 4,16 milhões de toneladas, superando as 4 milhões de toneladas de 2024.

A Conab prevê que os resultados positivos devem se repetir no ano que vem. Para 2026, a Conab estima alta na produção de 4,5% em comparação com este ano, com 5,88 milhões de toneladas. Para a exportação, o volume previsto é 1,6 milhão de toneladas e, para disponibilidade interna, de 4,3 milhões de toneladas, 3,2%, a mais que a estimada para este ano.

Já a produção de carne bovina é estimada pela Conab, para 2025, em 11,38 milhões de toneladas, acima do volume de 2024. Para as exportações, a expectativa é de 4,21 milhões de toneladas, que seria o maior volume já registrado. O resultado é influenciado por compras da China, responsável por 53,7% do total e que compensaram a redução de vendas para os Estados Unidos após a imposição por esse país de tarifas de 50% sobre o produto brasileiro.

A companhia prevê redução da produção de carne bovina em 2026, com estimativa de 10,89 milhões de toneladas, mas com estabilidade no volume exportado, que deverá chegar a 4,25 milhões de toneladas. Há expectativa de redução também na quantidade do produto vendido no mercado interno, previsto em 6,67 milhões de toneladas.

Para os ovos, a estimativa é de aumento de 2,6% na produção total em 2026, passando das 49 bilhões de unidades estimadas para este ano para 50,3 bilhões de unidades. Com isso, a Conab prevê nova alta na oferta do produto no mercado interno.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

FROTA DE APOIO MARÍTIMO EM AJB ENCERROU OUTUBRO ESTÁVEL

Por Danilo Oliveira Offshore 26/11/2025 - 17:50



Número de embarcações de suporte offshore com bandeira brasileira representa 82% do total, segundo relatório mais recente elaborado pelo Syndarma/Abeam

A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) totalizou 463 embarcações em outubro, mesma quantidade de setembro e 11 unidades a mais do que em outubro de 2024. De acordo com o relatório mais recente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), 381 correspondiam a unidades de bandeira brasileira e 82 de bandeira estrangeira, na posição de outubro de 2025. No mesmo mês do ano passado, a frota era composta por 380 embarcações de bandeira nacional e 72 estrangeiras.

Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 213 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 118 de bandeira brasileira. Cerca de 98 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

Em outubro, as embarcações com bandeira nacional representam 82% da frota de apoio offshore, enquanto 18% correspondem a embarcações de apoio com bandeiras estrangeiras. Nos meses anteriores, os percentuais de participação da bandeira nacional na atividade oscilaram entre 83% e 84%. Em setembro, eram 386 unidades de bandeira brasileira e 77 de bandeiras estrangeiras. Em agosto, 387 de bandeira brasileira e 74 de bandeiras de outros países. Em julho, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 463 embarcações, das quais 386 de bandeira brasileira e 77 de bandeiras estrangeiras.

Em junho, foram 385 de bandeira brasileira e 79 de bandeiras estrangeiras. Em maio, havia 385 de bandeira brasileira e 79 de bandeiras estrangeiras, totalizando 464 unidades. Em abril, havia 386 de bandeira brasileira e 76 de bandeira estrangeira. Em março, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 459 embarcações, das quais 386 de bandeira brasileira e 73 de bandeiras estrangeiras. Em janeiro e em fevereiro, também eram 459 embarcações, das quais 382 de bandeira brasileira e 77 de bandeiras estrangeiras.

De acordo com a publicação, a frota em outubro era composta por 44% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 203, um barco a mais que no mês anterior. Outros 14% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini suprimentos), que correspondem a 63 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 64 unidades no período (14%), enquanto 34 eram RSVs (embarcações equipadas com robôs), 22 barcos de apoio eram FSVs (suprimentos de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 16 MPSVs (multipropósito) e CSVs (apoio a construção offshore), além de 21 PLSVs (lançamento de linhas).

Em edições anteriores, o Syndarma/Abeam promoveu reclassificações do tipo de algumas embarcações em virtude da incorporação de equipamentos que ensejaram alteração da atividade principal desenvolvida pela embarcação, ou por novos agrupamentos por tipos de embarcação. "Estas reclassificações e agrupamentos não resultaram na adição ou subtração de embarcações, portanto sem impacto no total de embarcações em relação ao relatório anterior", ressaltou a entidade.

A Bram Offshore/Alfanave, do grupo norte-americano Edison Chouest, permanece como a empresa de navegação com mais embarcações em operação, ou aguardando contratação, com 78 unidades (11 estrangeiras), seguida pela CBO, que opera 45 barcos de apoio com bandeira brasileira. A OceanPact e a Tranship aparecem na sequência, respectivamente, com 28 (duas estrangeiras) e 26 barcos de pavilhão nacional, seguidas pela Starnav com 24 de bandeira brasileira e uma estrangeira.

Segundo o relatório, a DOF/Norskan (17 de bandeira brasileira e 6 estrangeiras) aparece com 23 barcos de apoio. A Wilson Sons Ultratug (WSUT), com 23 embarcações (22 de bandeira brasileira), vêm logo em seguida. A Camorim vêm com 18 unidades, das quais 17 unidades de bandeira brasileira e uma de bandeira estrangeira.

Já considerando as últimas reclassificações, a frota da Bram/Alfanave, segundo o relatório, agora conta com 49 PSVs/OSRVs, 12 AHTS, 9 RSVs, 4 WSV(estimulação de poços) e 3 CSV/MPSVs (multi-função), entre outras embarcações. A CBO é a empresa de apoio offshore que, em outubro, tinha mais AHTS: 13 embarcações desse tipo, além de 27 PSV/OSRVs e 5 RSVs. A Tranship permanece como a empresa com mais embarcações LH/SV: 23 unidades, seguida pela Camorim, que tem 15 unidades com essas especificações.

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/11/2025

MARINHA FIRMA COOPERAÇÃO SOBRE REGULAÇÃO NUCLEAR NAVAL COM AUTORIDADE ARGENTINA

Da Redação Indústria naval 25/11/2025 - 22:25



Objetivo, de acordo com secretaria da MB, é ampliar intercâmbio técnico e harmonizar práticas de regulação nuclear em ambientes marítimo e fluvial

A Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (SecNSNQ) da Marinha do Brasil firmou, nesta terça-feira (25), seu primeiro memorando internacional no campo da regulação nuclear naval, formalizando uma parceria com a Autoridade Reguladora Nuclear da República Argentina (ARN). O documento, oficializado durante a última reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear entre os países, estabelece as bases

para intercâmbio de informações e cooperação técnica voltada ao uso pacífico da energia nuclear nos cenários marítimo e fluvial.

O memorando tem como objetivo central uma atuação conjunta, permitindo que os dois órgãos reguladores ampliem o entendimento mútuo sobre seus sistemas de licenciamento e fiscalização. Além de fortalecer a proteção radiológica e aprimorar práticas de segurança nuclear em suas respectivas áreas de competência.

O acordo prevê ainda a elaboração de planos de trabalho específicos que vão detalhar projetos, obrigações das partes, prazos e formas de execução. As atividades serão acompanhadas por representantes designados por ambas as instituições, com reuniões periódicas para avaliação dos futuros trabalhos.

A SecNSNQ destacou que o acordo reforça a tradição de mais de quatro décadas de cooperação entre Brasil e Argentina no campo nuclear, iniciada com o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em 17 de maio de 1980, e consolidada ao longo dos anos com novos instrumentos bilaterais.

Para o secretário naval de segurança nuclear e qualidade, almirante de esquadra (reserva), Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, o acordo representa um marco para o fortalecimento da regulação nuclear naval na região. “Brasil e Argentina já possuem uma sólida trajetória de cooperação quanto ao uso pacífico da energia nuclear. Este momento, além de contribuir e aprofundar a confiança mútua de mais de 40 anos, imprime uma importante visão estratégica.

A autoridade marítima brasileira entende que o processo de transição energética, em curso, orienta à busca de trabalhos conjuntos para a evolução da normatização nuclear e sua necessária harmonização, visando o emprego de reatores nucleares embarcados em nível mundial e, especialmente, em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/11/2025

ICTSI É AUTORIZADA A INVESTIR R\$ 950 MILHÕES EM MELHORIAS NO PORTO DO RIO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 25/11/2025 - 21:46



Plano da arrendatária prevê obras para aumento de capacidade operacional e modernização de instalações para equipamentos de movimentação de contêineres para navios de maior porte. Antaq ainda deverá se manifestar sobre pleito

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) autorizou a realização de investimentos urgentes na Rio Brasil Terminal, unidade do grupo filipino ICTSI no Porto do Rio de Janeiro (RJ). A arrendatária solicitou a autorização do poder concedente para os aportes, necessários para a expansão de área e para a

aquisição de equipamentos visando ao aumento da capacidade estática e operacional, além da atualização e modernização de suas instalações para capacitar as estruturas e equipamentos de movimentação de contêineres para novas classes de navios de maior porte. O escopo é da ordem de R\$ 950 milhões, com data-base em outubro deste ano.

A portaria, publicada no Diário Oficial da União da última segunda-feira (24), estabelece que a operadora deverá assumir os riscos previstos no Termo de Risco de Investimento (TRI). O secretário nacional de portos, Alex Ávila, determinou o encaminhamento do processo administrativo à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que deverá se manifestar quanto à natureza contratual ou não dos investimentos realizados, bem como quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do pleito da empresa.

“A eficácia da aprovação preliminar fica condicionada à manifestação da Antaq quanto à verificação do equilíbrio contratual”, determinou o secretário em seu despacho. Após análise e deliberação acerca do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), os autos devem ser devolvidos ao ministério para deliberação final e assinatura de termo aditivo ao contrato de arrendamento, caso sejam cumpridos todos os requisitos legais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/11/2025



EMPRESA NORUEGUESA DE COMBUSTÍVEIS VERDES VISITA SUAPE

Da Redação Portos e logística 25/11/2025 - 20:56

Uma comitiva com dirigentes da empresa norueguesa Topsoe, especializada no desenvolvimento de tecnologias de produção de hidrogênio verde, e-

combustíveis e descarbonização industrial, visitou Suape na última segunda-feira (24) para conhecer a estrutura do complexo portuário pernambucano. A expectativa é de que a companhia invista em Pernambuco em projetos de hidrogênio de baixa emissão, e-metanol, reutilização de CO₂.

O gerente-geral Brasil da Topse, André Defaveri, disse que pôde constatar que o complexo está preparado para receber projetos voltados à transição energética, com forte potencial para hidrogênio verde, amônia verde e e-metanol. “A Topsoe, como licenciadora de tecnologias para descarbonização, atua para apoiar a estruturação das condições e da infraestrutura necessárias à implementação desses projetos”, explicou.

O diretor-presidente da autoridade portuária de Suape, Armando Bisneto, avaliou que a visita aumenta as perspectivas de cooperação e pode estimular futuros investimentos no complexo pernambucano. Segundo ele, o objetivo é reforçar a posição de Suape como referência em soluções portuárias e logísticas alinhadas à transição energética.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/11/2025

COM 21% DA MOVIMENTAÇÃO, SOJA LIDERA EXPORTAÇÕES PELOS PORTOS DO PARANÁ EM 2025

Da Redação Portos e logística 25/11/2025 - 19:42



A soja em grão, com 13.015.446 toneladas, foi a commodity mais movimentada pelos portos paranaenses de janeiro a outubro de 2025, de acordo com o relatório da Portos do Paraná. De acordo com a autoridade portuária, o volume corresponde a 21,2% da movimentação do período, que atingiu 61.213.363 toneladas. Em valor FOB, do produto no ponto de embarque, representaram 5,2 bilhões de dólares

A movimentação de soja em outubro nos portos paranaenses teve alta de 60% na comparação com o mesmo mês de 2024, passando de 508.876 toneladas

para 815.327 toneladas. A Portos do Paraná atribuiu o aumento à produção recorde da safra brasileira e à demanda da China, que praticamente parou de importar o produto dos Estados Unidos.

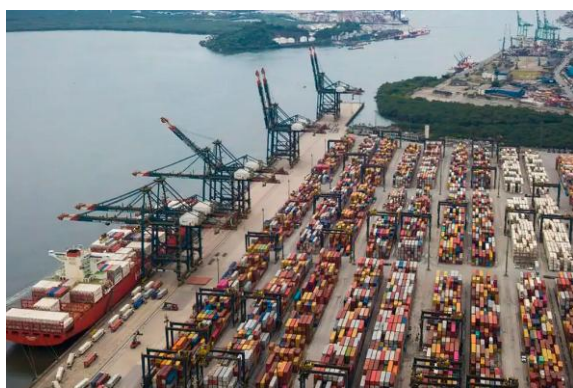
De janeiro a outubro, o Porto de Paranaguá foi o segundo do país em movimentação de farelo de soja, com 28% do total e 5.517.043 toneladas, que geraram receita de 1,8 bilhão de dólares em valor FOB. O produto, usado na produção de ração animal, teve aumento de 3% em relação ao ano passado, quando a movimentação foi de 5.333.259 toneladas. Países Baixos (Holanda), França, Espanha e Coreia do Sul foram os principais importadores. No caso do óleo de soja, Paranaguá foi o líder nacional em exportações no período, com 63% de toda a produção nacional e mais de 860 mil toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/11/2025

REPRESENTANTES DO AGRO PEDEM LEILÃO DO TECON 10 EM ETAPA ÚNICA E SEM RESTRIÇÕES

Por Nelson Moreira Portos e logística 25/11/2025 - 19:26



Exportadores discutiram regras do leilão, que está em votação no TCU, durante audiência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Participantes alertaram para risco de judicialização e adiamento da disputa

Representantes de produtores rurais, de exportadores e de entidades ligadas a setores de logística e de defesa da iniciativa privada foram unânimes em defender a realização do leilão do Tecon Santos 10 em uma só fase e sem limitação a nenhum participante. Eles participaram de audiência pública, nesta terça-feira (25), convocada pelo presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Evair Vieira de Melo (PP-ES). A sessão debateu os impactos do certame sobre o agronegócio brasileiro.

O encontro, na semana seguinte à sessão do Tribunal de Contas da União que adiou para 8 de dezembro a decisão final sobre as regras para a realização do certame, teve como principal tema a controvérsia sobre a participação ou não de grupos econômicos que já controlam terminais de contêineres no Porto de Santos e armadores que operam no complexo portuário. E a discussão no Tribunal dominou os debates na comissão do Legislativo.

A sessão do TCU realizada em 18 de novembro foi suspensa por um pedido de vistas do ministro Augusto Nardes após o ministro revisor, Bruno Dantas, abrir divergência em relação ao voto do relator, Antônio Anastasia. Amparado em parecer da setorial técnica da corte de contas, o relator apresentou voto favorável à realização em uma etapa e com participação de todos, contrariando o que propusera a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que havia sugerido o leilão em duas fases com exclusão de interessados.

O engenheiro Luís Cláudio Santana Montenegro foi o primeiro a contestar a proposta da Antaq e também os argumentos do ministro Bruno Dantas de que a permissão de participação de grandes grupos econômicos que controlam terminais em Santos e armadores que operam no porto levariam a concentração de mercado, aumento de preços de fretes e prejuízos para os usuários do terminal. Ele apresentou dados que, segundo ele, contestam que a verticalização levaria à concentração de mercado e argumentou que mesmo em terminais privados controlados por armadores há concorrência com atendimento a diversas empresas de navegação.

Ele foi seguido em sua argumentação por Brenno Queiroz, presidente do Comitê de Logística da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea), que defendeu a celeridade na aprovação das regras para a realização do leilão e disse que a limitação de participantes pode atrapalhar o aumento da capacidade de transporte por Santos, comprometer as exportações e até mesmo a produção do setor. “A decisão sobre o Tecon Santos 10 deve ser pautada por aspectos técnicos e por fatores que considerem a necessidade dos produtores”, afirmou.

O mesmo argumento foi defendido pela secretária executiva do Conselho Deliberativo da Associação dos Exportadores de Açúcar (Aexa), Ângela Quintanilha. Segundo ela, que também condenou a possibilidade de limitação de participação dos que já operam terminais e armadores, o interesse primordial deve ser a oferta de capacidade. Ângela disse que a falta de capacidade de movimentação em Santos já está causando prejuízos ao setor açucareiro, e o atraso no leilão do Tecon 10 tende a agravar a situação. “A produção avança, mas o Porto de Santos engasga”, afirmou.

Ângela criticou os critérios usados pela Antaq na definição de regras, como a que limita a participação no leilão, por se basear em pareceres de especialistas que, disse, não conhecem a realidade dos produtores e dos exportadores. “A conta vai para o usuário, que é esquecido na hora das decisões e não é ouvido”, criticou.

Mais enfático, André de Seixas, presidente da associação Logística Brasil, atacou o voto do ministro revisor do TCU, por considerar que se assemelhou a um discurso político, e não a técnico. Seixas previu a judicialização da disputa, caso seja mantida a proposta de limitação apresentada pela Antaq e endossada por Dantas. “Se eu sou um prejudicado, depois de todo trabalho técnico, eu vou à judicialização”, afirmou, referindo-se ao estudo feito por equipe técnica do TCU que recomendou o leilão em fase única e aberto a todos.



Seixas disse esperar que todos os ministros do TCU envolvidos na análise do caso do Tecon Santos aproveitem o prazo aberto pelo pedido de vistas para avaliar o voto de Dantas, a fim de compará-lo aos dados da unidade técnica, rechaçando e acelerando a tramitação do processo. “Estamos atrasando o leilão com argumentos que não se sustentam tecnicamente”, assegurou.

Rodrigo Marinho, diretor executivo do Instituto Livre Mercado, também condenou a proposta da Antaq e o voto do revisor Bruno Dantas. Marinho avalia que eles podem comprometer a concorrência, afastando da disputa players com experiência comprovada em operações em vários portos do mundo e limitar a capacidade de investimentos no Tecon 10. “A proposta é ter um leilão direcionado e indica que querem expulsar o capital estrangeiro”, atacou.

Marinho também prevê a judicialização da disputa e o atraso na realização do leilão e da entrada em operação do Tecon 10. Segundo ele, o voto do ministro relator gera confusão para criar reserva de mercado para grupos econômicos. “Bruno Dantas vai reduzir a concorrência e afastar investidores por falta de segurança jurídica”, disse.

O diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron, também usou o parecer do setor técnico do TCU para defender o leilão em uma fase e sem limitação. Ele disse que as autoridades não conhecem o setor exportador e, no caso do café e do agronegócio em geral, se baseiam em notícias sobre os recordes de produção, mas sem saber que esses números poderiam ser melhores se o país tivesse infraestrutura portuária melhor e mais capacidade de escoamento de cargas.

Segundo Heron, somente em 2025 mais de 2.800 contêineres com café ficaram parados em portos por falta de capacidade de movimentação. Ele disse na audiência que, se o quadro não for modificado em curto espaço de tempo, o que pode ser feito com a entrada em operação do Tecon 10, a situação pode se agravar e os produtores terem que diminuir sua produção por falta de condições de escoamento. “Há expectativa de crescimento, mas por onde vai sair o café, por onde vai sair o algodão, por onde vai sair o açúcar?”, perguntou.

O coordenador-geral de arrendamentos do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor), Carlos Magno Lopes da Silva Filho, evitou entrar na discussão da polêmica sobre as regras do leilão e limitou-se a dizer que a pasta espera a decisão final do TCU para definir os prazos para sua realização. Ele previu que, por causa dos atrasos devido ao pedido de vistas, o certame não será antes do fim de janeiro ou início de fevereiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/11/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 26/11/2025